



Diagnóstico Socioterritorial do Município de Andirá - PR

2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 – Centro – Andirá – PR

0800 115 1500

contato@andira.pr.gov.br

<https://andira.pr.gov.br/>

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 – Centro – Andirá – PR

(43) 3538-8100 - Ramal 236

acaosocialpmandira@yahoo.com.br

Elaboração

SER DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL

Rua Atalípio Magarinos, 257 – sala 05 – Centro – Concórdia – SC

(49) 3444-8970

compras@serdhe.com.br

<http://www.serdhe.com.br>



@sermaisdh



(49) 3444-8970



(49) 99979-2211

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APAE** – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- BPC** – Benefício de Prestação Continuada
- CADSUAS** – Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social
- CAGED** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CCI** – Centro de Convivência do Idoso
- CID** – Classificação Internacional de Doenças
- CLT** – Consolidação das Leis Trabalhistas
- CNES** – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
- COHAPAR** – Companhia de Habitação do Paraná
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- DATASUS** – Departamento de Informática do Sistema único de Saúde
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- HPV** – Human Papillomavirus
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social
- IPARDES** – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social
- NOB-RH/SUAS** – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
- NOB-SUAS** – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
- PAEFI** – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
- PAIF** – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
- PBF** – Programa Bolsa Família
- PCF** – Programa Criança Feliz



PIB – Produto Interno Bruto

PNI – Programa Nacional de Imunizações

PPA – Plano Plurianual

PR – Paraná

PR – Paraná

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RMA – Registro Mensal de Atendimentos

SADT – Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SC – Santa Catarina

SC – Santa Catarina

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SER DHE – Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial

SINASC – Sistema de Informação de Nascidos Vivos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização do Município de Andirá no Estado do Paraná.....	15
FIGURA 2: Municípios limítrofes com Andirá -PR	16
FIGURA 3: Domicílios no Município de Andirá - PR	38
FIGURA 4: Características do entorno dos domicílios.....	41
FIGURA 5: Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Andirá - PR (1991, 2000 e 2010)	46
FIGURA 6: Linha do tempo da Assistência Social no Município de Andirá - PR.....	47
FIGURA 7: Modelo de ficha de atendimento	104

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: População do Município de Andirá - PR (1970 - 2022).....	19
GRÁFICO 2: Pirâmide etária da população	20
GRÁFICO 3: População, por raça/cor.....	21
GRÁFICO 4: População urbana e rural.....	22
GRÁFICO 5: Taxa de aprovação - Brasil, Paraná e Andirá (2023)	25
GRÁFICO 6: Taxa de reprovação - Brasil, Paraná e Andirá (2023)	25
GRÁFICO 7: Taxa de abandono escolar - Brasil, Paraná e Andirá (2023).....	26
GRÁFICO 8: Distorção idade-série (2024).....	27
GRÁFICO 9: Nascidos vivos, por sexo (2019 - 2023).....	30
GRÁFICO 10: Nascidos vivos com peso adequado (2019 - 2023).....	33
GRÁFICO 11: Taxa de mortalidade infantil (2019 - 2022).....	34
GRÁFICO 12: Características dos domicílios	39
GRÁFICO 13: Cadastros para habitação, por área de interesse e faixa de renda (2023)	40
GRÁFICO 14: Tipo de moradia atual (2023)	40
GRÁFICO 15: Produto Interno Bruto (2017 - 2021)	44
GRÁFICO 16: Índice de Gini (1991, 2000 e 2010)	46
GRÁFICO 17: Total de pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária.....	56
GRÁFICO 18: Número de famílias em acompanhamento pelo PAIF	71
GRÁFICO 19: Atendimento particularizados e visitas domiciliares	72
GRÁFICO 20: Número de famílias encaminhadas para inclusão ou atualização do Cadastro Único	73
GRÁFICO 21: Número de indivíduos encaminhados para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	74
GRÁFICO 22: Número de famílias encaminhadas para o CREAS.....	74
GRÁFICO 23: Famílias que participaram do PAIF e pessoas em atividades coletivas não continuadas	76
GRÁFICO 24: Número de pessoas em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	77
GRÁFICO 25: Número de famílias em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)I	78
GRÁFICO 26: Número de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas	81
GRÁFICO 27: Instituições públicas e da sociedade civil	85
GRÁFICO 28: Público atendido por faixa etária e raça/cor	90
GRÁFICO 29: Público atendido, por faixa etária e tipos de deficiência	90
GRÁFICO 30: Público atendido em situação de violação de direitos, por faixa etária e sexo	91
GRÁFICO 31: Público atendido por tipos de violação de direitos.....	93
GRÁFICO 32: Avaliação da Rede Socioassistencial	94
GRÁFICO 33: Avaliação sobre a intersetorialidade com a Assistência Social	97
GRÁFICO 34: Atendimento via Rede de Proteção (2024).....	100



LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Área urbana do Município de Andirá - PR.....	18
MAPA 2: Divisão territorial do Município de Andirá para análise de dados do Cadastro Único	49
MAPA 3: Percentual de famílias com renda média mensal de até ½ salário mínimo inscritas no Cadastro Único	51
MAPA 4: Localização da Rede Socioassistencial do Município de Andirá - PR	86



LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Estabelecimentos de ensino (2024)	22
TABELA 2: Estabelecimentos de ensino, por localização e dependência administrativa (2024)	23
TABELA 3: Número de matrículas na Educação Básica (2024)	24
TABELA 4: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2017 - 2023)	28
TABELA 5: Estabelecimentos de saúde (2024)	29
TABELA 6: Idade das mães de nascidos vivos (2019 - 2023)	31
TABELA 7: Número de consultas pré-natais (2019 - 2023)	32
TABELA 8: Número de óbitos, por CID-10 (2019 - 2023)	34
TABELA 9: Cobertura vacinal (2022)	36
TABELA 10: Tipos de domicílios particulares permanentes ocupados	39
TABELA 11: Espaços públicos de esporte e lazer	42
TABELA 12: Número de trabalhadores por setor econômico (2024)	43
TABELA 13: Número de trabalhadores por tipo de vínculo empregatício e remuneração real média (2023)	44
TABELA 14: IDHM de Educação, Longevidade e Renda (1991, 2000 e 2010)	45
TABELA 15: Número de famílias inscritas no Cadastro Único	50
TABELA 16: Número de famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda média mensal	50
TABELA 17: Data da última atualização cadastral das famílias inscritas no Cadastro Único	52
TABELA 18: Escolaridade do Responsável Familiar	53
TABELA 19: Número e percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família inscritas no Cadastro Único	54
TABELA 20: Número de pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária	55
TABELA 21: Número e percentual de pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único	57
TABELA 22: Famílias de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, por território	58
TABELA 23: Total de pessoas inscritas no Cadastro Único beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada	59
TABELA 24: Composição da equipe do Órgão Gestor	60
TABELA 25: Composição do Conselho Municipal de Assistência Social (2024 - 2027)	60
TABELA 26: Composição da equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	62
TABELA 27: Composição da equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Projeto Esperança	62
TABELA 28: Composição da equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Centro de Convivência do Idoso (CCI)	62
TABELA 29: Composição da equipe do Programa Criança Feliz	63
TABELA 30: Composição da equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	63
TABELA 31: Composição da equipe da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	64
TABELA 32: Composição da equipe de referência de pequenos grupos na Proteção Social Especial de Alta Complexidade	64

TABELA 33: Composição da equipe de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)	65
TABELA 34: Composição da equipe da Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Casa Lar	65
TABELA 35: Composição da equipe do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas Lar dos Velhinhos Dona Aracy Barbosa	66
TABELA 36: Composição da equipe do Serviço de Acolhimento Família Acolhedora	66
TABELA 37: Espaço físico do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	67
TABELA 38: Espaço físico dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	67
TABELA 39: Espaço físico do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	68
TABELA 40: Espaço físico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	68
TABELA 41: Espaço físico das Unidades de Acolhimento	69
TABELA 42: Benefícios eventuais concedidos/entregues	75
TABELA 43: Novos casos inseridos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	79
TABELA 44: Pessoas com direitos violados que ingressaram no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	80
TABELA 45: Atendimentos realizados no Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	80
TABELA 46: Equipamentos públicos e entidades socioassistenciais que compõem a Rede Socioassistencial	85
TABELA 47: Endereços das instituições da Rede Socioassistencial	86
TABELA 48: Serviços ofertados pela Rede Socioassistencial	87
TABELA 49: Faixas etárias atendidas em cada instituição da Rede Socioassistencial	88
TABELA 50: Público atendido por faixa etária e sexo	89
TABELA 51: Encaminhamentos para outras instituições	93
TABELA 52: Localização das secretarias municipais de Andaraí - PR	95
TABELA 53: Ações, programas, projetos e/ou benefícios destinados às pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade social	96
TABELA 54: Pontos positivos na articulação intersetorial	98
TABELA 55: Obstáculos na articulação intersetorial	99
TABELA 56: Relatório anual SERP (2024)	100



SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	2
LISTA DE FIGURAS.....	4
LISTA DE GRÁFICOS.....	5
LISTA DE MAPAS.....	6
LISTA DE TABELAS.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	12
2. JUSTIFICATIVA.....	12
3. OBJETIVO.....	13
3.1. Objetivos específicos.....	14
4. METODOLOGIA.....	14
5. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	15
5.1. Breve história do Município de Andirá.....	16
6. DEMOGRAFIA.....	18
6.1. Número de habitantes.....	18
6.2. Pirâmide etária da população.....	19
6.3. População por sexo.....	20
6.4. População por raça/cor.....	21
6.5. População urbana/rural.....	21
7. EDUCAÇÃO.....	22
7.1. Número de estabelecimentos de ensino.....	22
7.2. Matrículas na Educação Básica.....	23
7.3. Taxa de rendimento escolar.....	24
7.4. Distorção idade-série.....	26
7.5. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.....	27
8. SAÚDE.....	28
8.1. Número de estabelecimentos de saúde.....	28
8.2. Natalidade.....	29
8.2.1. Nascidos vivos.....	29
8.2.2. Idade da mãe de nascidos vivos.....	30
8.2.3. Número de consultas pré-natais.....	32
8.2.4. Peso de nascidos vivos.....	32
8.3. Mortalidade.....	33
8.3.1. Mortalidade infantil.....	33

8.3.2. Mortalidade geral	34
8.4. Cobertura vacinal	35
9. INFRAESTRUTURA URBANA E MEIO AMBIENTE	37
9.1. Domicílios recenseados, por tipo e uso	37
9.2. Características dos domicílios	39
9.3. Perfil da demanda por habitação	39
9.4. Características do entorno	41
9.5. Espaços públicos de esporte e lazer	42
10. ECONOMIA	42
10.1. Setores econômicos	42
10.2. Renda média dos trabalhadores	43
10.3. Produto Interno Bruto	44
10.4. Índice de Desenvolvimento Humano e Municipal	45
10.5. Índice de Gini	46
11. ASSISTÊNCIA SOCIAL	47
11.1. Histórico da política de Assistência Social	47
11.2. Cadastro Único	48
11.2.1. Número de famílias por território	49
11.2.2. Número de famílias por faixa de renda	50
11.2.3. Data da última atualização da família	52
11.2.4. Escolaridade do Responsável Familiar	53
11.2.5. Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	54
11.2.6. Número de pessoas, por faixa etária	55
11.2.7. Número de pessoas com deficiência	56
11.2.8. Famílias de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos	57
11.2.9. Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada inscritos no Cadastro Único	59
11.3. Rede Socioassistencial	59
11.3.1. Composição das equipes da rede socioassistencial	59
11.3.1.1. Composição das equipes da Proteção Social Básica	61
11.3.1.2. Composição das equipes da Proteção Social Especial de Média Complexidade	63
11.3.1.3. Composição das equipes da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	64
11.3.2. Estrutura física dos equipamentos	67
11.3.3. Proteção Social Básica	69
11.3.3.1. Volume de famílias em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	70



11.3.3.2. Atendimentos particularizados	71
11.3.3.2.1. Atendimentos particularizados e visitas domiciliares	71
11.3.3.2.2. Famílias encaminhadas para inclusão ou atualização do Cadastro Único	72
11.3.3.2.3. Indivíduos encaminhados para acesso ao Benefício de Prestação Continuada	73
11.3.3.2.4. Famílias encaminhadas para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	74
11.3.3.2.5. Benefícios eventuais	75
11.3.3.3. Atendimentos coletivos	76
11.3.3.3.1. Famílias participando regularmente de grupos do PAIF e pessoas em atividades não continuadas	76
11.3.3.3.2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	76
11.3.4. Proteção Social Especial de Média Complexidade	77
11.3.4.1. Volume de famílias em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	78
11.3.4.1.1. Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI	79
11.3.4.1.2. Pessoas vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no PAEFI	79
11.3.4.2. Atendimentos realizados no CREAS	80
11.3.4.3. Serviço de Proteção Social a Adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa	81
11.3.5. Proteção Social Especial de Alta Complexidade	81
12. DADOS PRIMÁRIOS	83
12.1. Rede Socioassistencial	84
12.1.1. Perfil da Rede Socioassistencial	84
12.1.2. Público atendido pela Rede Socioassistencial	88
12.1.2.1. Público atendido em situação de violações de direitos	91
12.1.3. Avaliação da Rede Socioassistencial	94
12.2. Intersetorialidade	95
12.3. Conselho Tutelar	99
12.4. Considerações sobre os dados primários	101
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
APÊNDICES	107
APÊNDICE I – Questionário para a Rede Socioassistencial	107
APÊNDICE II - Questionário para as políticas intersetoriais	115

1. INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Socioterritorial configura-se como uma ferramenta essencial para a análise descritiva das realidades locais, por meio do cruzamento e interpretação de dados e informações relacionados à política de assistência social. Seu objetivo é subsidiar a formulação de estratégias, a alocação de recursos, a implementação de ações e a qualificação dos serviços voltados à garantia de direitos e à proteção social da população em situação de vulnerabilidade e risco social.

A elaboração, atualização e ampliação contínua desse diagnóstico são fundamentais, tendo em vista as constantes transformações nas condições sociais e políticas do município, no perfil sociodemográfico da população e na estrutura da rede socioassistencial. Tais mudanças impactam diretamente a oferta de serviços e a efetividade da proteção social destinada a famílias e indivíduos em risco social ou pessoal.

Nesse contexto, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012 (NOB-SUAS) estabelece que os entes federativos devem elaborar seus respectivos Planos de Assistência Social a cada quatro anos, em consonância com o ciclo do Plano Plurianual (PPA). Como parte integrante desse processo, está prevista a realização do diagnóstico socioterritorial, que deve considerar a leitura crítica dos territórios e microterritórios. Essa leitura possibilita identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os compõem, reconhecendo suas necessidades, desafios e potencialidades para o aprimoramento das políticas públicas de assistência social.

2. JUSTIFICATIVA

A necessidade da elaboração de **Protocolo de Operacionalização da Vigilância Socioassistencial e de Diagnóstico Socioterritorial** decorre da carência de um instrumento técnico adequado para a organização e sistematização das



informações relacionadas à Vigilância Socioassistencial, que atualmente compromete a eficácia na análise e no planejamento das políticas públicas na área da Assistência Social.

Conforme a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS), de 2012, o Diagnóstico Socioterritorial é um processo contínuo de investigação das situações de vulnerabilidades e riscos sociais identificados nos territórios, associado a interpretação e análise das demandas sociais, estabelecendo relações a avaliações de impacto das ações planejadas.

A Vigilância Socioassistencial é uma das funções da Política de Assistência Social em estreita relação com as áreas responsáveis pela oferta de serviços socioassistenciais à população nas Proteções Sociais Básica e Especial e a defesa de direitos. À Vigilância Socioassistencial compete:

- a) Produzir e analisar dados qualitativos e quantitativos;
- b) Realizar tarefas de manipulação e produção de banco de dados em softwares específicos;
- c) Produzir e interpretar tabelas e gráficos;
- d) Calcular indicadores relativos à vulnerabilidade social e à pobreza;
- e) Elaborar documentos técnicos com análises baseadas em dados, como os diagnósticos socioterritoriais;
- f) Produzir e analisar dados georreferenciados;
- g) Propor e realizar diagnósticos.

3. OBJETIVO

Fortalecer a gestão da Assistência Social por meio de ferramentas que proporcionem maior clareza sobre o perfil socioeconômico e as principais vulnerabilidades da população local, além de orientar o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e assertivas.

3.1. Objetivos específicos

- Formulação de instrumento técnico adequado para a organização e sistematização das informações relacionadas à Vigilância Socioassistencial;
- Identificar as principais vulnerabilidades da população local, de forma territorializada;
- Reunir informações sobre a Rede Socioassistencial, bem como sobre as políticas intersectoriais do município.

4. METODOLOGIA

A elaboração do **Protocolo de Operacionalização da Vigilância Socioassistencial e de Diagnóstico Socioterritorial** será realizada pela Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial (SER DHE), utilizando técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa, conforme especificadas a seguir.

a) Pesquisa documental: levantamento de informações em materiais administrativos sem tratamento analítico.

b) Pesquisa com dados primários: elaboração e envio de questionário semiestruturado para instituições públicas e privadas (sociedade civil) da rede socioassistencial.

c) Pesquisa com dados secundários: levantamento de informações a partir de sites oficiais dos âmbitos federal, estadual e municipal e de instituições de pesquisa, por exemplo:

- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED);
- Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS);
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);

- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES);
- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

5. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Andirá é um município do Estado do Paraná e fica distante cerca de 430 km de Curitiba, capital do estado. Pertence à Mesorregião Norte Pioneira Paranaense e à Região Geográfica Imediata de Londrina, sua posição geográfica é latitude 23°03'06" Sul e longitude 50°13'35" Oeste, com altitude de 491 metros.

Faz divisa com os municípios paranaenses de Bandeirantes, Itambaracá e Cambará, e com o município paulista de Palmital. O município é formado por Andirá (sede) e o distrito de Nossa Senhora Aparecida e possui área territorial de 233,417 km². Seu gentílico é conhecido como andiraense.

FIGURA 1: Localização do Município de Andirá no Estado do Paraná



Fonte: ABREU, Raphael Lorenzeto de., 2006.

FIGURA 2: Municípios limítrofes com Andirá -PR



Fonte: Ipardes, 2025.

5.1. Breve história do Município de Andirá

A origem do atual Município de Andirá remonta ao ano de 1927, quando foi fundado o povoado de Ingá, situado em território pertencente, na época, ao Município de Cambará. A criação do núcleo urbano foi impulsionada pela passagem dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, que cruzavam terras de propriedade de Bráulio Barbosa Ferraz. Nesse mesmo ano, foi construída na localidade uma estação ferroviária, batizada de "Ingá" — nome de uma fruta silvestre abundante na região.

Com o progresso proporcionado pela ferrovia, Bráulio Barbosa Ferraz decidiu dividir sua propriedade em lotes de aproximadamente cinco alqueires, que foram colocados à venda. Essa iniciativa deu início à formação de um núcleo urbano ao redor da estação, adotando o mesmo nome da parada ferroviária: Ingá.

Entre os primeiros moradores do povoado destacam-se Bráulio Barbosa Ferraz, Amadeu Bernim, Carlos Ribeiro da Silva, Domingos Marcondes Machado, Firmino Corrêa, Manoel Messias da Silva e Raul Vaz.

No dia 15 de março de 1935, por meio do Decreto-Lei Estadual n.º 347, o povoado de Ingá foi elevado à categoria de distrito judiciário, ainda subordinado ao Município de Cambará.

Durante as divisões territoriais de 1936 e 1937, e no período de 1939 a 1943, Ingá continuou figurando como distrito pertencente a Cambará.

Em 30 de dezembro de 1943, por meio do Decreto-Lei Estadual n.º 199, o distrito foi desmembrado de Cambará e elevado à categoria de município, adotando o nome "Andirá", uma vez que já existia outro município com o nome "Ingá" no estado da Paraíba. O nome Andirá, de origem tupi, significa uma espécie de morcego. A sede do novo município foi estabelecida no antigo distrito de Ingá.

A instalação oficial do município ocorreu em 1º de janeiro de 1947, sendo constituído inicialmente por dois distritos: Andirá (sede) e Itambaracá.

Posteriormente, pela Lei Municipal n.º 81, de 21 de setembro de 1953, foi criado o distrito de São Joaquim do Pontal, anexado ao município de Andirá.

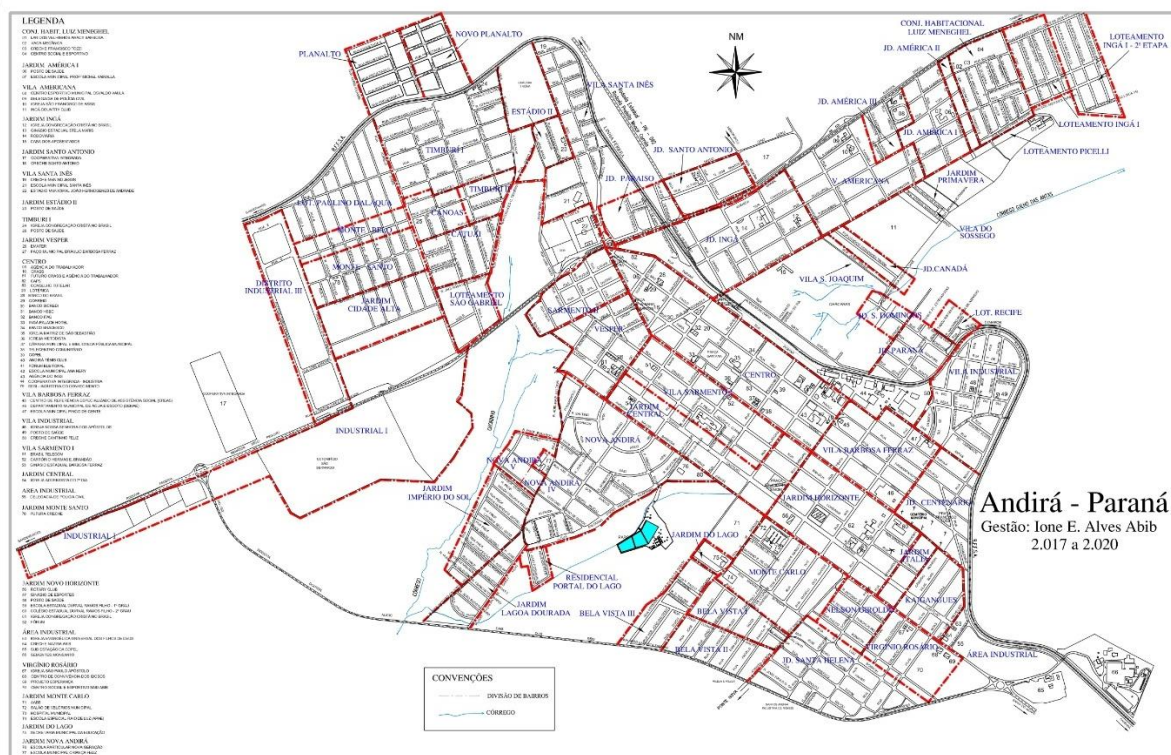
No entanto, pela Lei Estadual n.º 3.235, de 7 de novembro de 1955, os distritos de Itambaracá e São Joaquim do Pontal foram desmembrados de Andirá para a criação do novo município de Itambaracá.

Segundo a divisão territorial datada de 1º de julho de 1960, o município de Andirá passou a ser constituído apenas pelo distrito sede.

Em 26 de fevereiro de 1964, pela Lei Estadual n.º 4.838, foi criado o distrito de Nossa Senhora Aparecida, incorporado ao município.

De acordo com a divisão territorial de 1º de janeiro de 1979, o município de Andirá passou a ser composto por dois distritos: Andirá e Nossa Senhora Aparecida (IBGE, 2025).

MAPA 1: Área urbana do Município de Andirá - PR



Fonte: Secretaria de Viação e Serviços Públicos, 2025.

6. DEMOGRAFIA

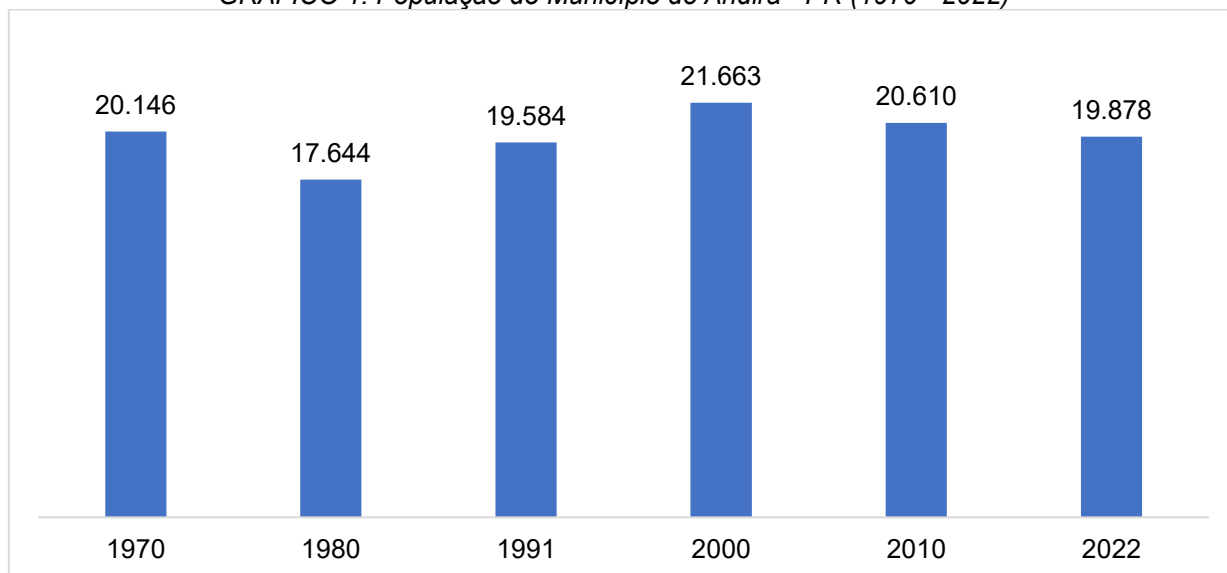
6.1. Número de habitantes

A população do município de Andirá apresentou variações ao longo das décadas de 1970 a 2022. Em 1970, o número de habitantes era de 20.146. Na década seguinte, observou-se uma redução populacional, com 17.644 habitantes registrados em 1980.

Nas décadas seguintes, o município voltou a apresentar crescimento demográfico, totalizando 19.584 habitantes em 1991 e 21.633 em 2000. No entanto, em 2010, houve nova queda populacional, com o total de habitantes reduzido para 20.610.

Em 2022, a população do município era de 19.878 habitantes, conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de crescimento populacional anual do município foi de -0,30%.

GRÁFICO 1: População do Município de Andirá - PR (1970 - 2022)



Fonte: IBGE, 2022.

6.2. Pirâmide etária da população

A população do município é predominantemente adulta, totalizando 10.888 (55%) pessoas entre 20 e 59 anos. Os habitantes entre 40 e 44 anos representaram o maior quantitativo por faixa etária, cujo total era de 1.494 pessoas.

A população infantojuvenil entre 0 e 19 anos somou 4.725 (24%) habitantes, sendo que o maior número de habitantes tinha entre 15 e 19 anos, cuja soma foi de 1.279 pessoas.

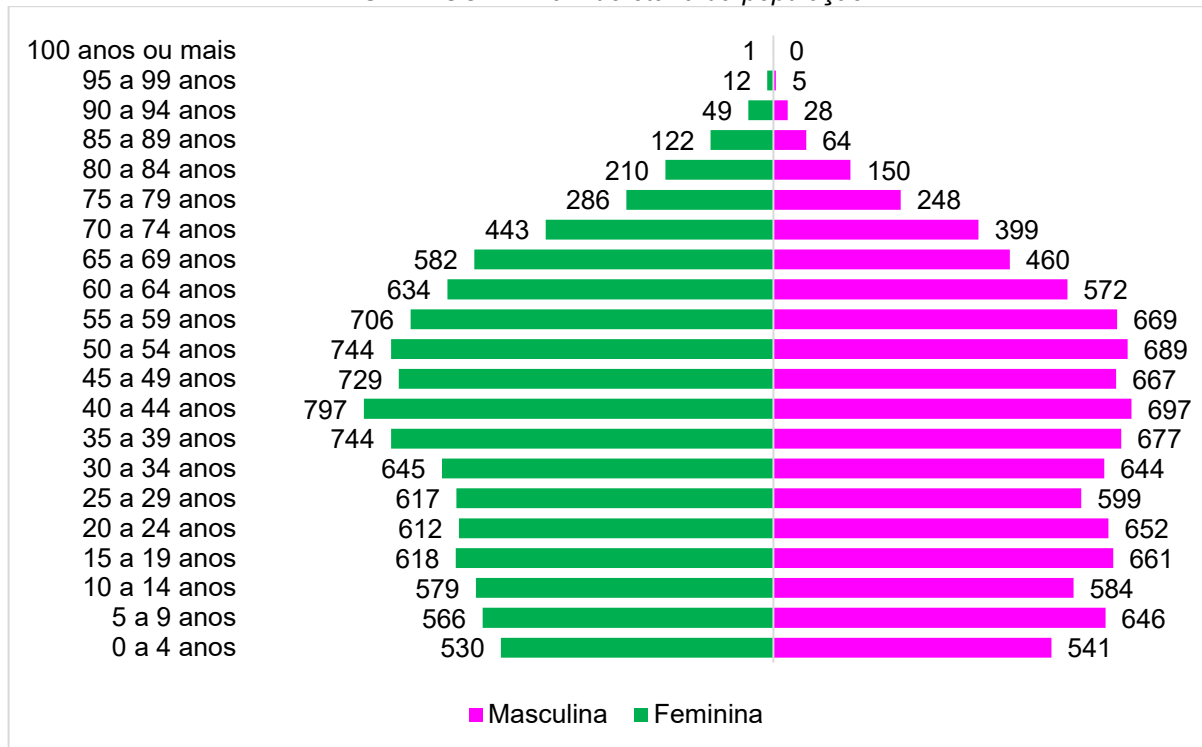
As pessoas idosas, com 60 anos ou mais, totalizaram 4.265 (21%) habitantes, e a faixa etária com maior quantitativo de pessoas tinham entre 60 e 64 anos, totalizando 1.206 habitantes.

O índice de envelhecimento registrou 123,77 pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 com até 14 anos.

Visualmente é possível perceber que a base da pirâmide etária de 2022 era mais estreita (correspondendo às faixas etárias de crianças, adolescentes e jovens)

na comparação com o meio da pirâmide, mais larga (correspondendo às faixas etárias da população adulta).

GRÁFICO 2: Pirâmide etária da população

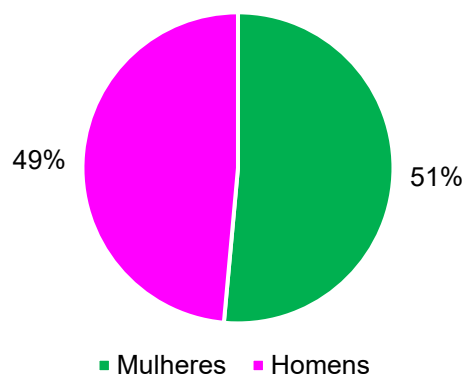


Fonte: IBGE, 2022.

6.3. População por sexo

A razão de sexo da população do município era de 94,39 homens para cada 100 mulheres.

Em 2022, havia 10.226 (51%) pessoas do sexo feminino e 9.652 (49%) pessoas do sexo masculino.

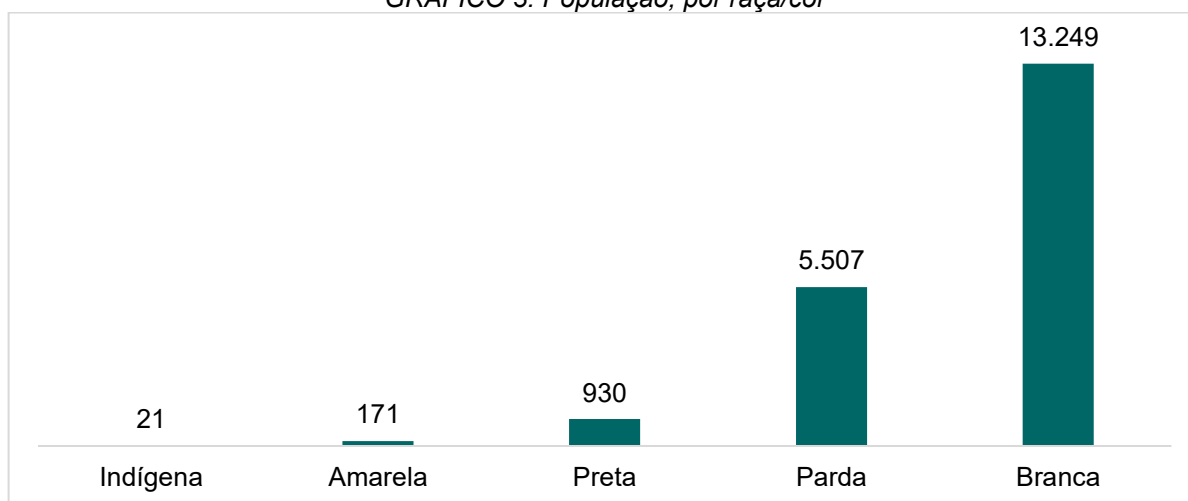


6.4. População por raça/cor

O quesito raça ou cor é uma classificação usada pelo IBGE desde 2020 para denominação étnica ou racial das pessoas no Brasil. Essa classificação inclui os termos: preta, parda, amarela, indígena ou branca. Cada uma dessas categorias é autoatribuída, ou seja, a própria pessoa se autodefine como pertencente a algum desses termos.

Conforme os dados do Censo de 2022, a população de Andirá era majoritariamente branca, totalizando 13.249 (66,7%). As pessoas que se autodeclararam pardas somaram 5.507 (27,7%), havia 930 (4,7%) pessoas pretas, 171 (0,9%) amarelas e 21 (0,1%) indígenas.

GRÁFICO 3: População, por raça/cor



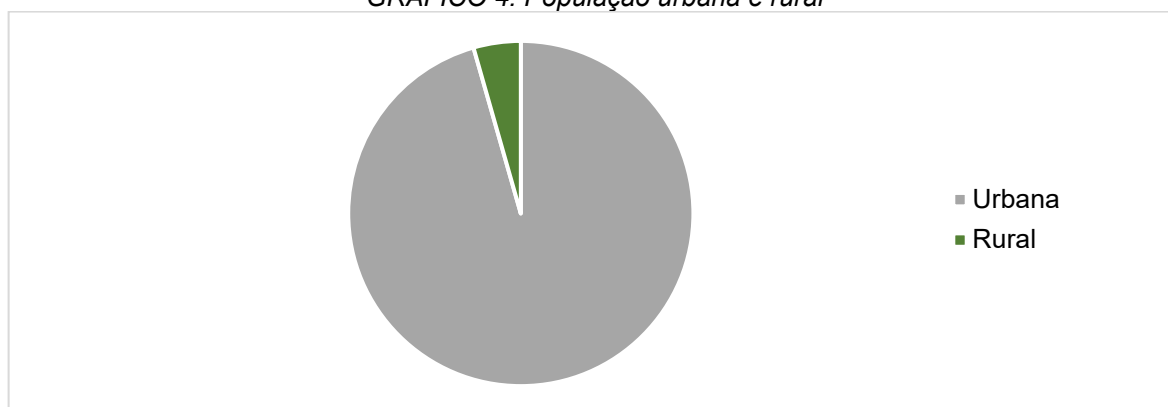
Fonte: IBGE, 2022.

6.5. População urbana/rural

A maior parte da população do município reside na área urbana, somando 18.998 (96%) pessoas. Na área rural residiam o total de 880 (4%) habitantes.



GRÁFICO 4: População urbana e rural



Fonte: IBGE, 2022.

7. EDUCAÇÃO

7.1. Número de estabelecimentos de ensino

Conforme o Censo Escolar de 2024, produzido e divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no Município de Andirá havia 19 estabelecimentos de ensino:

- ↳ 14 – Educação Especial;
- ↳ 13 – Educação Infantil;
- ↳ 12 – Ensino Fundamental;
- ↳ 3 – Ensino Médio;
- ↳ 3 – Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- ↳ 1 – Educação Profissional.

TABELA 1: Estabelecimentos de ensino (2024)

Nível escolar	Etapa de ensino	Estabelecimentos
Educação Infantil	Creche	8
	Pré-escola	8
	Total	13
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	8
	Anos Finais	5
	Total	12
Ensino Médio	Ensino Médio Propedêutico	3



Nível escolar	Etapa de ensino	Estabelecimentos
	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	1
	Total	3
Educação Profissional	Associada ao Ensino Médio	1
	Total	1
Educação de Jovens e Adultos	Ensino Fundamental	3
	Ensino Médio	1
	Total	3
Educação Especial	Classes Comuns	13
	Classes Exclusivas	1
	Total	14
Total Geral		19

Fonte: Inep, 2024.

A maioria das escolas estão localizadas na área urbana do município. Na área rural há 1 escola estadual disponível para a população residente nessa localidade.

TABELA 2: Estabelecimentos de ensino, por localização e dependência administrativa (2024)

Dependência administrativa	Urbana	Rural
Municipal	12	-
Estadual	3	1
Privada	3	-
Total	18	1

Fonte: Inep, 2024.

7.2. Matrículas na Educação Básica

Em 2024, o total de 3.747 estudantes estavam matriculados na Educação Básica do município.

- ↳ 2.032 – Ensino Fundamental;
- ↳ 941 – Educação Infantil;
- ↳ 603 – Ensino Médio;
- ↳ 290 – Educação Especial;
- ↳ 171 – Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- ↳ 139 – Educação Profissional.



TABELA 3: Número de matrículas na Educação Básica (2024)

Nível escolar	Etapa de ensino	Matrículas
Educação Infantil	Creche	482
	Pré-escola	459
	Total	941
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	1.252
	Anos Finais	780
	Total	2.032
Ensino Médio	Ensino Médio Propedêutico	464
	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	139
	Total	603
Educação Profissional	Associada ao Ensino Médio	139
	Total	139
Educação de Jovens e Adultos	Ensino Fundamental	107
	Ensino Médio	64
	Total	171
Educação Especial	Classes Comuns	180
	Classes Exclusivas	110
	Total	290
Total Geral		3.747

Fonte: Inep, 2024.

7.3. Taxa de rendimento escolar

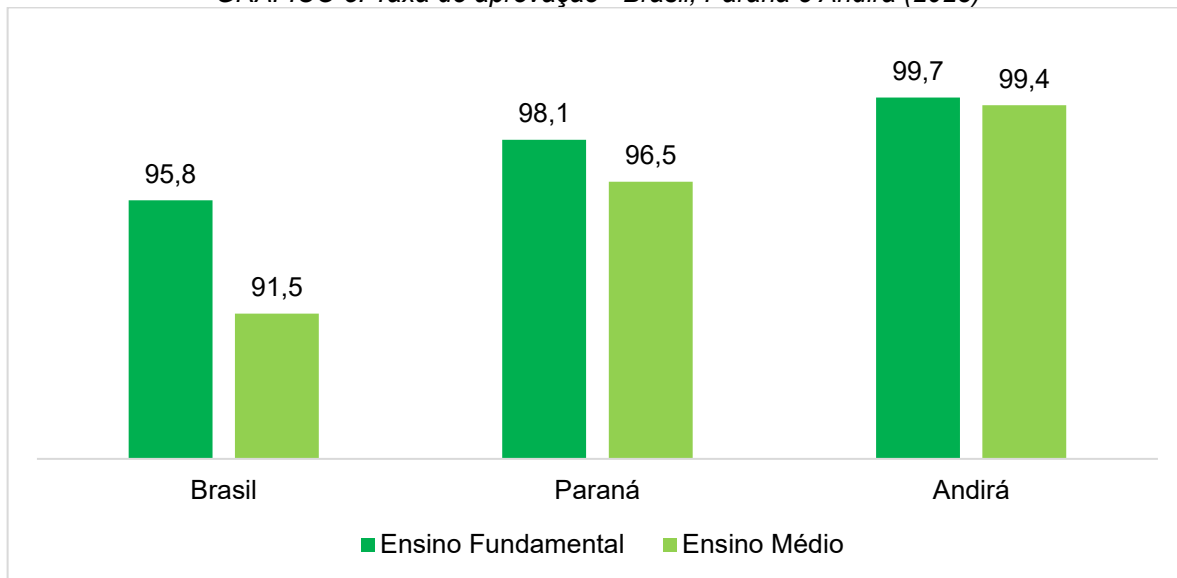
As taxas de rendimento escolar são indicadores produzidos anualmente pelo Inep, com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. Elas permitem acompanhar o desempenho das escolas e dos municípios e são utilizadas no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que mede a qualidade da educação no país a cada dois anos.

Essas taxas consideram informações sobre aprovação, reprovação, abandono e transferência dos alunos, coletadas na segunda etapa do Censo Escolar, chamada de "Situação do Aluno". Esses dados complementam as informações iniciais da matrícula e ajudam a compor um panorama mais completo da trajetória escolar dos estudantes.

Nos gráficos a seguir estão disponíveis as taxas de rendimento escolar de 2023 do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Brasil, do Estado do Paraná e do Município de Andirá para comparação.

O Município de Andirá obteve as melhores taxas de aprovação: 99,7 no Ensino Fundamental e 99,4 no Ensino Médio na comparação com as taxas nacionais e estaduais.

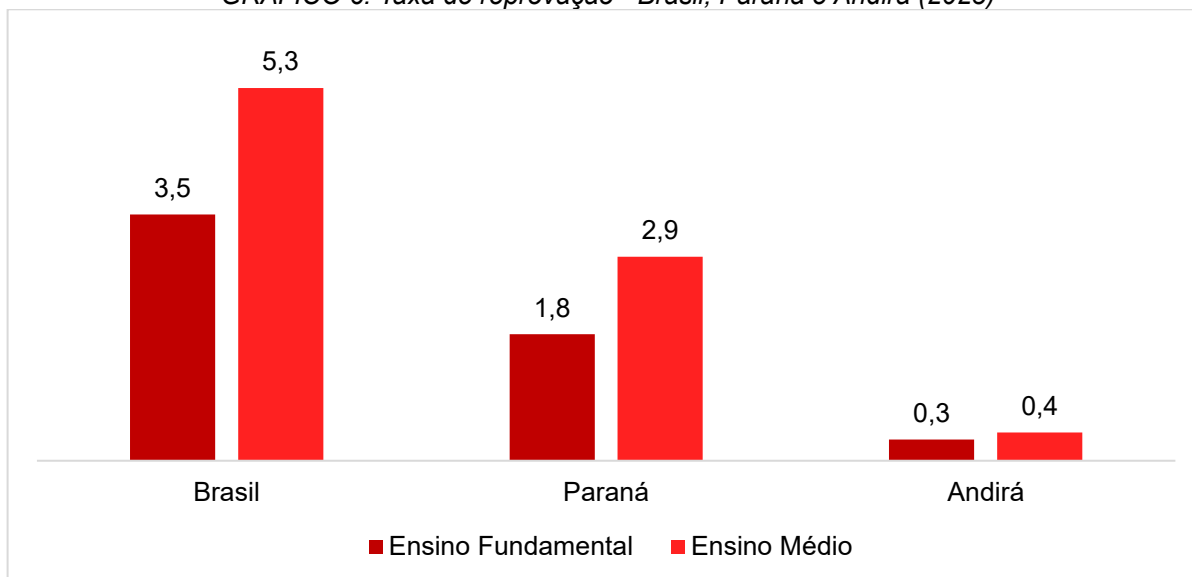
GRÁFICO 5: Taxa de aprovação - Brasil, Paraná e Andirá (2023)



Fonte: Inep, 2023.

Consequentemente, as taxas de reprovação do município foram as menores no quadro geral: 0,3 no Ensino Fundamental e 0,4 no Ensino Médio. O Brasil obteve as maiores taxas de reprovação em 2023: 3,5 no Ensino Fundamental e 5,3 no Ensino Médio.

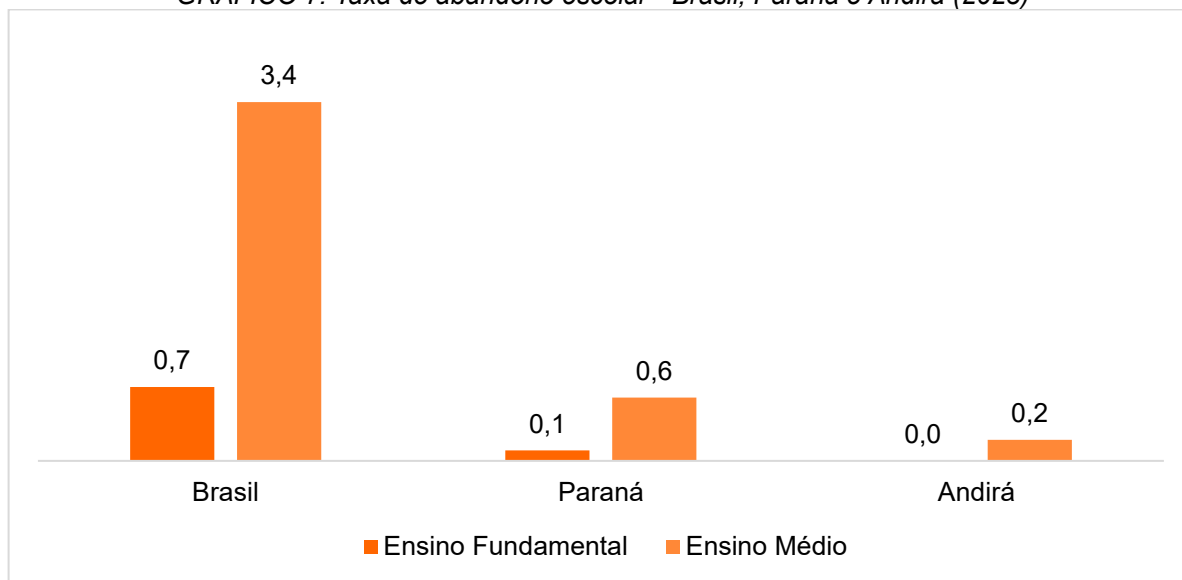
GRÁFICO 6: Taxa de reprovação - Brasil, Paraná e Andirá (2023)



Fonte: Inep, 2023.

Com relação ao abandono escolar, o Município de Andirá obteve a taxa de 0,2 no Ensino Médio e não houve abandono escolar no Ensino Fundamental. A maior taxa de abandono escolar no quadro geral foi a nacional no Ensino Médio: 3,4.

GRÁFICO 7: Taxa de abandono escolar - Brasil, Paraná e Andirá (2023)



Fonte: Inep, 2023.

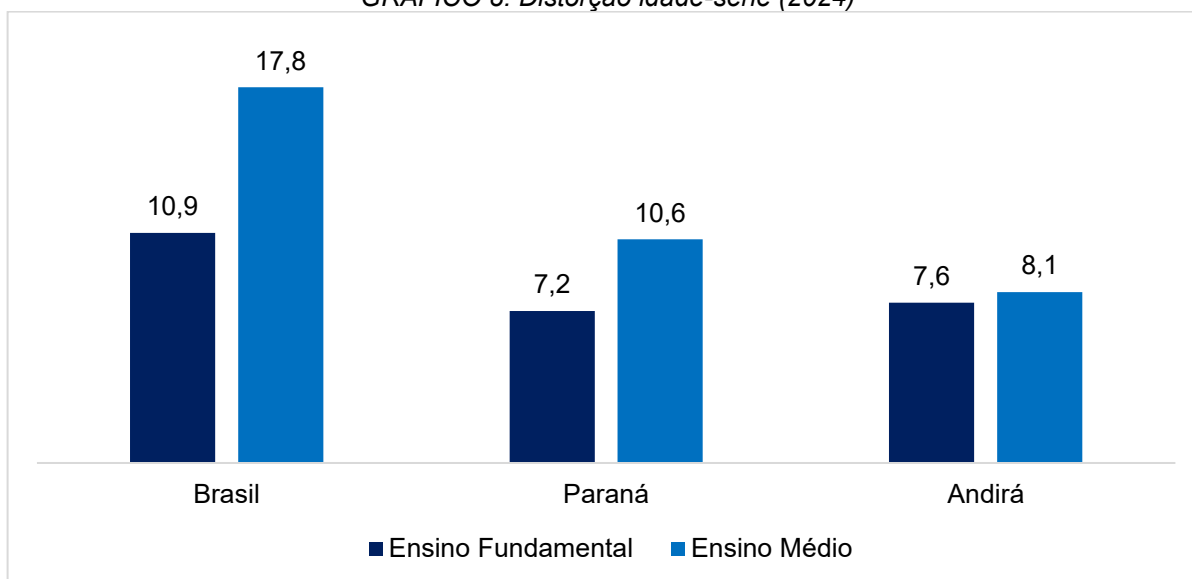
7.4. Distorção idade-série

A distorção idade-série indica o percentual de estudantes matriculados na escola com atraso escolar de 2 anos ou mais.

No gráfico a seguir é possível observar que a distorção idade-série ocorre principalmente durante o Ensino Médio.

Os percentuais nacionais no Ensino Fundamental e Ensino Médio foram os maiores, no quadro geral: 17,8 no Ensino Médio e 10,9 no Ensino Fundamental. No Estado do Paraná as taxas foram: 10,6 no Ensino Médio. O percentual de distorção idade-série no Ensino Fundamental de Andirá foi maior que a do Paraná: 7,6, contudo, no Ensino Médio foi a menor no quadro geral: 8,1.

GRÁFICO 8: Distorção idade-série (2024)



Fonte: Inep, 2024.

7.5. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007. Agrega em um único indicador os resultados do fluxo escolar e das médias de desempenho nas avaliações. É calculado com os dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

A escala varia de 0 (zero) a 10. O objetivo é que o Brasil alcance a média 6, que corresponde à média de desempenho de países desenvolvidos.

Na tabela a seguir pode-se observar que os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Andirá atingiram a média 6 nos anos de 2017, 2019 e 2023.

Os estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio têm aumentado a média do Ideb ao longo dos anos, apresentando ligeira queda no índice em 2021. As médias de 2023 foram, respectivamente, 5,8 e 4,7.

A queda no Ideb pode ser reflexo da pandemia de Covid-19, que afetou a aprendizagem dos estudantes e, consequentemente afetou os índices de monitoramento da qualidade do ensino do país (Dias; Ramos, 2022).

TABELA 4: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2017 - 2023)

Etapa de ensino	2017	2019	2021	2023
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	6,4	6,5	5,9	6,8
Ensino Fundamental – Anos Finais	4,5	5,4	5,1	5,8
Ensino Médio	3,3	4,6	4,0	4,7

Fonte: Inep, 2025.

8. SAÚDE

8.1. Número de estabelecimentos de saúde

O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) é um sistema de informação oficial que reúne dados de todos os estabelecimentos de saúde do país.

O Município de Andirá, em dezembro de 2024, contava com 56 estabelecimentos de saúde para sua população, cujos maiores quantitativos referiam-se a 21 consultórios isolados, 11 unidades de apoio diagnose e terapia e 8 centros de saúde/unidade básica.

Para melhor compreensão, a seguir apresenta-se a definição de alguns tipos de estabelecimentos de saúde.

- **Centros de Saúde/Unidade Básica:** unidade para realização de atendimentos de atenção básica e integral a uma população, de forma programada ou não, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior. A assistência deve ser permanente e prestada por médico generalista ou especialista nestas áreas. Podendo ou não oferecer: Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT) e Pronto Atendimento 24 horas;
- **Clínicas/Centros de especialidades:** clínica especializada destinada à assistência ambulatorial em apenas uma especialidade/área da assistência (Centro Psicossocial/Reabilitação, etc.);



- **Consultórios Isolados:** sala isolada destinada à prestação de assistência médica ou odontológica ou de outros profissionais de saúde de nível superior;
- **Farmácias:** estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos/essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais/alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica;
- **Policlínica:** unidade de saúde para prestação de atendimento ambulatorial em várias especialidades, incluindo ou não as especialidades básicas, podendo ainda ofertar outras especialidades não medidas. Podendo ou não oferecer: SADT e Pronto Atendimento 24 horas.
- **Unidades de Apoio Diagnóstico e Terapia:** unidades isoladas onde são realizadas atividades que auxiliam a determinação de diagnóstico e/ou complementam o tratamento e a reabilitação do paciente.

TABELA 5: Estabelecimentos de saúde (2024)

Estabelecimento de saúde	Total
Consultório Isolado	21
Unidade de Apoio Diagnóstico e Terapia (SADT Isolado)	11
Centro de Saúde/Unidade Básica	8
Policlínica	6
Clínica/Centro de Especialidade	4
Farmácia	2
Hospital Geral	1
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar na área de Urgência	1
Central de Gestão em Saúde	1
Centro de Atenção Psicossocial	1
Total Geral	56

Fonte: CNES, dezembro de 2024.

8.2. Natalidade

8.2.1. Nascidos vivos

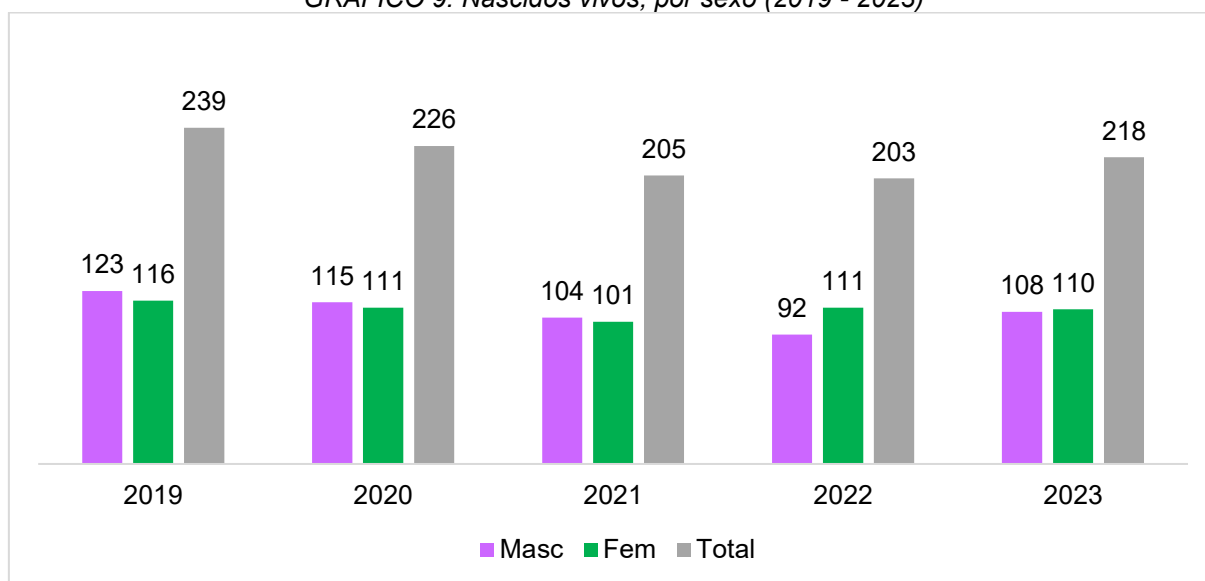
No âmbito da saúde e do registro civil, considera-se "nascido vivo" o produto da concepção que, após a completa expulsão ou extração do corpo materno, apresenta sinais vitais, como respiração, batimentos cardíacos ou pulsação do cordão

umbilical, independentemente da idade gestacional. Em termos práticos, trata-se de um recém-nascido que manifesta vida após o parto.

No gráfico a seguir estão os quantitativos totais e especificados por sexo dos nascidos vivos de 2019 a 2023. Observa-se que houve diminuição no número de nascimentos de 2019 a 2022, apresentando aumento em 2023.

Além disso, de 2019 a 2021 nasceram mais bebês do sexo feminino, situação que se inverte nos anos 2022 e 2023, quando nasceram mais bebês do sexo masculino.

GRÁFICO 9: Nascidos vivos, por sexo (2019 - 2023)



Fonte: DataSUS, 2025.

8.2.2. Idade da mãe de nascidos vivos

Na série histórica analisada (de 2019 a 2023), observa-se que a faixa etária das mulheres residentes em Andaraí que foram mães variou entre 20 e 34 anos.

Nos anos de 2019 e 2022, o maior número de mulheres mães de nascidos vivos estava na faixa etária de 20 a 24 anos; em 2020 o maior quantitativo ocorreu entre mulheres de 30 a 34 anos; em 2021 com mulheres entre 25 e 29 anos e; em 2023 o maior quantitativo de mulheres que foram mães de nascidos vivos tinha idade entre 25 e 34 anos.

Com relação à ocorrência de gravidez precoce entre crianças e adolescentes, nota-se que na série histórica analisada, apenas nos anos de 2019 e 2020 houve

meninas entre 10 e 14 anos que foram mães de nascidos vivos no município, não havendo registro nos anos seguintes.

Entre as adolescentes de 15 a 19 anos, observa-se que o quantitativo anual variou entre 24 e 32, sendo 32 adolescentes mães em 2020 e em 2022 o menor quantitativo, de 24 adolescentes mães de nascidos vivos.

É importante destacar que, conforme a Lei n.º 12.015/2009, que alterou o Código Penal ao incluir os crimes sexuais contra vulneráveis por meio do art. 217-A, constitui crime "ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos".

Dessa forma, os casos de gravidez em crianças e adolescentes com menos de 14 anos devem ser acompanhados com atenção pela rede socioassistencial, bem como pela rede intersetorial que envolvam outras políticas públicas como, educação e saúde, visando à informação e conscientização sobre os riscos da gravidez precoce. Além de configurar um crime, essa situação pode acarretar sérias consequências econômicas, sociais e de saúde para as meninas.

Estudos indicam um aumento no risco de morbidade e mortalidade tanto para a gestante quanto para o bebê, além de outros impactos significativos, como abandono escolar, baixa autoestima, maior vulnerabilidade a infecções sexualmente transmissíveis, entre outros efeitos negativos na vida de meninas que engravidam antes dos 20 anos (Oliveira, 1998).

TABELA 6: Idade das mães de nascidos vivos (2019 - 2023)

Faixa etária	2019	2020	2021	2022	2023	Total
10 a 14 anos	3	1	-	-	-	4
15 a 19 anos	30	32	30	24	26	142
20 a 24 anos	64	53	42	59	43	261
25 a 29 anos	58	53	49	51	58	269
30 a 34 anos	57	54	47	44	58	260
35 a 39 anos	23	25	30	19	25	122
40 a 44 anos	3	8	7	5	7	30
45 a 49 anos	1	-	-	1	1	3
Total	239	226	205	203	218	1.091

Fonte: DataSUS, 2025.

8.2.3. Número de consultas pré-natais

O pré-natal é fundamental para proteger a saúde da gestante e do bebê durante toda a gestação. De acordo com o Ministério da Saúde, é recomendada a realização de pelo menos seis consultas, preferencialmente iniciadas no primeiro trimestre. Esse acompanhamento deve ser conduzido por um profissional de saúde, como médico ou enfermeiro, e a frequência das visitas varia conforme o avanço da gravidez.

Como pode ser observado na tabela a seguir, a maioria das mulheres gestantes residentes no município realizaram 7 ou mais consultas pré-natais em todos os anos analisados.

TABELA 7: Número de consultas pré-natais (2019 - 2023)

Consultas	2019	2020	2021	2022	2023
Nenhuma	3	1	3	5	3
De 1 a 3 consultas	5	1	-	4	4
De 4 a 6 consultas	58	37	31	35	42
7 ou mais consultas	173	187	171	159	169
Total	239	226	205	203	218

Fonte: DataSUS, 2025.

8.2.4. Peso de nascidos vivos

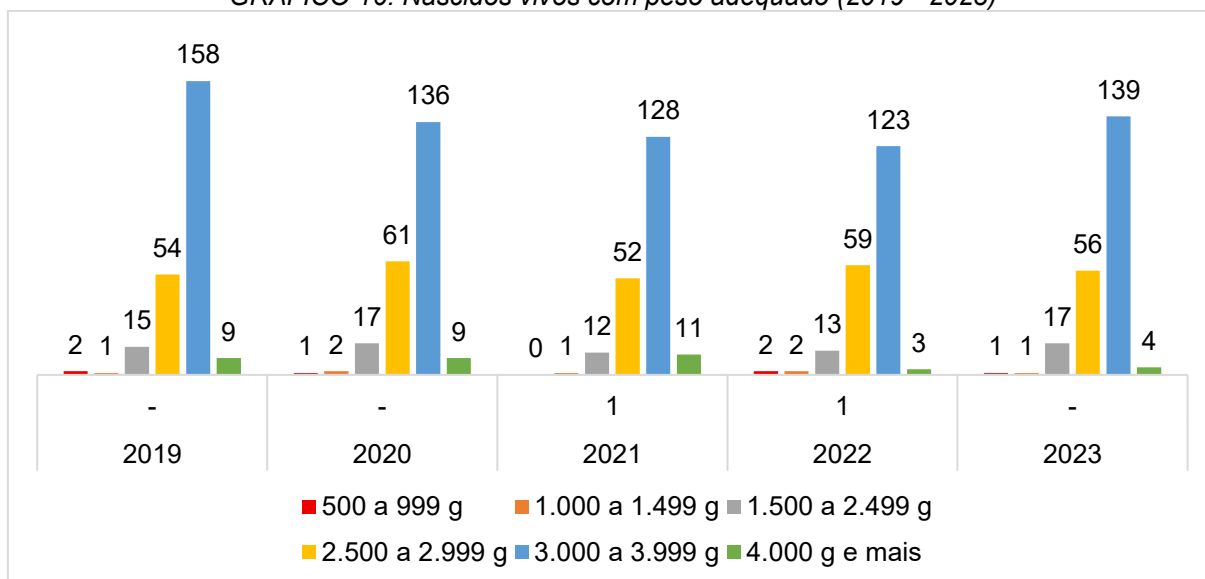
O peso ao nascer é um importante indicador da saúde do recém-nascido e está diretamente relacionado às condições da gestação, ao crescimento fetal e ao bem-estar materno.

Considera-se peso adequado ao nascer aquele entre 2.500 e 3.999 gramas, valor associado a menores riscos de complicações neonatais e melhor prognóstico no desenvolvimento infantil. Monitorar esse indicador é fundamental para avaliar a qualidade da atenção pré-natal e identificar possíveis desigualdades ou vulnerabilidades na saúde materno-infantil.

Entre 2019 e 2023 predominaram nascidos vivos com peso considerado adequado, ou seja, a maioria dos bebês nasceu com peso entre 3.000 e 3.999 gramas. Com o segundo maior quantitativo, nota-se que eram recém-nascidos com peso entre 2.500 e 2.999 gramas.

O indicador de número de consultas pré-natais realizadas pelas mulheres gestantes está diretamente relacionado ao indicador de nascidos vivos com peso adequado, uma vez que durante o acompanhamento pré-natal é possível identificar complicações de forma precoce e intervir da melhor forma possível, conduzindo a uma gestação mais saudável para mulher e bebê.

GRÁFICO 10: Nascidos vivos com peso adequado (2019 - 2023)



Fonte: DataSUS, 2025.

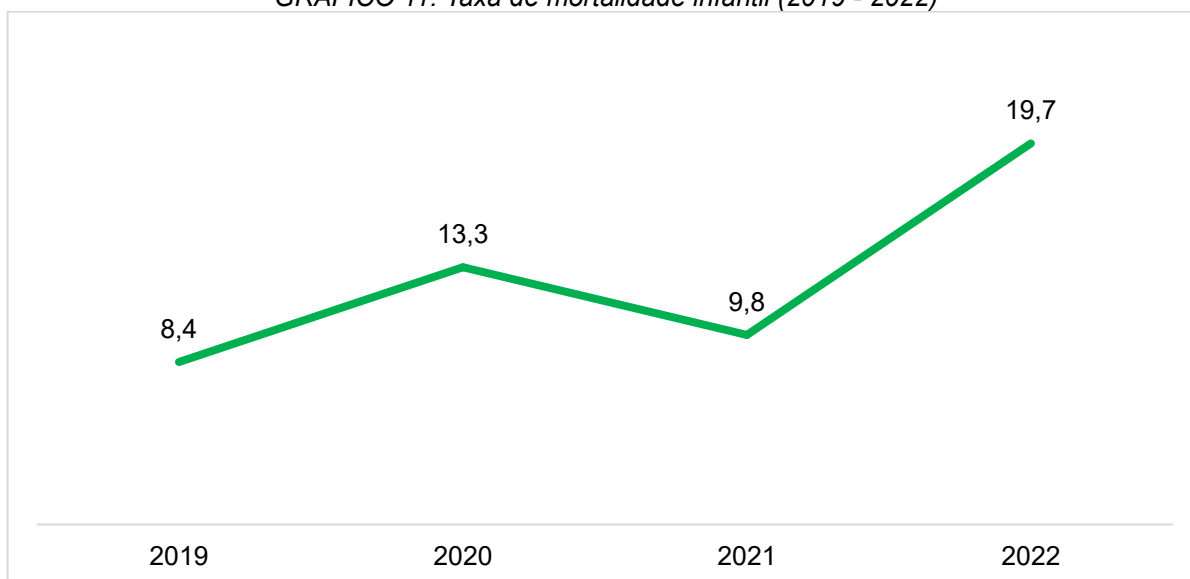
8.3. Mortalidade

8.3.1. Mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil é calculada pela razão entre o número de óbitos de crianças menores de 1 ano e o total de nascidos vivos, multiplicada por mil, em um determinado território (município, estado, região ou país) e ano de referência.

Conforme apresentado no gráfico a seguir, observa-se um aumento na taxa de mortalidade infantil no município ao longo da série histórica analisada, com exceção do ano de 2021, quando foi registrada uma redução, atingindo 9,8 por mil nascidos vivos.

GRÁFICO 11: Taxa de mortalidade infantil (2019 - 2022)



Fonte: IBGE, 2022.

8.3.2. Mortalidade geral

A Classificação Internacional de Doenças – 10ª Revisão (CID-10) é um instrumento de padronização epidemiológica utilizado para registrar e organizar informações sobre doenças, sinais, sintomas, achados clínicos anormais, queixas, condições sociais e causas externas. Essa classificação é essencial para a análise do perfil de morbidade de populações, facilitando o monitoramento e o planejamento de ações em saúde pública.

Os problemas de saúde envolvendo doenças do sistema circulatório foram as principais causas de óbitos no município nos anos de 2019 a 2023. Apenas em 2021, as doenças infecciosas e parasitárias foram as principais causas de morte da população do município.

Doenças dos olhos e dos ouvidos não apresentaram registros como causa de morte no município em nenhum dos anos da série histórica analisada.

Na tabela a seguir estão em destaque os maiores números de óbitos por ano, para melhor compreensão.

TABELA 8: Número de óbitos, por CID-10 (2019 - 2023)

Capítulos CID-10	2023	2022	2021	2020	2019	Total
Cap. I – doenças infecciosas e parasitárias	9	13	99	10	7	138
Cap. II - neoplasias	30	30	33	26	35	154



Capítulos CID-10	2023	2022	2021	2020	2019	Total
Cap III – doenças do sangue	1	-	-	-	-	1
Cap IV – doenças endócrinas	23	16	14	6	12	71
Cap V – transtornos mentais e comportamentais	2	-	2	4	4	12
Cap VI – sistema nervoso	4	6	7	10	6	33
Cap. VII – doenças dos olhos	-	-	-	-	-	-
Cap VIII – doenças dos ouvidos	-	-	-	-	-	-
Cap. IX – sistema circulatório	50	67	59	52	54	282
Cap. X – sistema respiratório	21	18	21	12	23	95
Cap. XI – sistema digestivo	14	13	12	6	9	54
Cap. XII – doenças de pele	1	-	1	1	1	4
Cap. XIII – sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	-	2	1	-	-	3
Cap. XIV – doenças do aparelho geniturinário	9	6	5	5	4	29
Cap. XV – gravidez, parto e puerpério	-	1	1	-	-	2
Cap. XVI – afecções originadas no período perinatal	1	2	1	2	2	8
Cap. XVII – malformações congênitas e anomalias cromossômicas	1	2	2	1	-	6
Cap. XVIII – sintomas, sinais e exames	21	25	8	17	15	86
Cap. XX – causas externas de morbidade e de mortalidade	14	21	21	9	21	86
Total Geral	201	222	287	163	193	1.066

Fonte: DataSUS, 2025.

8.4. Cobertura vacinal

A vacinação é uma das estratégias mais eficazes para preservar a saúde da população, além de prevenir doenças graves, a imunização reduz a disseminação de agentes infecciosos na comunidade, protegendo aqueles que não podem ser vacinados por motivos de saúde.

As vacinas estimulam o sistema imunitário do organismo a proteger a pessoa contra infecções ou doenças, prevenindo a doença, a incapacidade ou a morte por doenças evitáveis.

A cobertura vacinal estima a proporção da população-alvo vacinada, e para seu cálculo, utiliza-se o total de últimas doses do esquema da vacina de interesse no numerador, dividido pela estimativa da população-alvo, no denominador, multiplicado por 100. Para a população de menores de 1 ano, o denominador é extraído do Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC) do ano de 2020.

A meta de cobertura vacinal do Programa Nacional de Imunizações (PNI), é de 80% para a vacina meningocócica ACWY em adolescentes; 90% para as vacinas



BCG, Rotavírus e contra o Human Papillomavirus (HPV); e 95% para as demais vacinas indicadas na rotina do Calendário Nacional de Vacinação.

Na tabela a seguir apresentam-se as coberturas vacinais do Município de Andaraí do ano de 2022, ano mais recente com dados disponíveis. Apenas a BCG e a Pneumocócica obtiveram cobertura vacinal acima de 80%.

As vacinas com pior cobertura foram da Tetra Viral e a dupla adulto e dTpa gestante, com percentuais inferiores a 11%.

TABELA 9: Cobertura vacinal (2022)

Vacina	Cobertura (%)
BCG	85,84
Pneumocócica	80,09
Hepatite B (≥ 30 dias)	73,89
Rotavírus Humano	73,89
Meningococo	71,68
Varicela	69,91
Poliomielite	66,37
DTP	65,04
Hepatite B	65,04
Penta	65,04
Tríplice Viral D1	64,16
Hepatite A	62,39
Tríplice Bacte (DTP) (1º ref)	62,39
Pneumocócica (1º ref)	61,50
Meningococo (1º ref)	60,18
DTP ref (4 e 6 anos)	56,43
Febre Amarela	49,56
Poliomielite (1º ref)	49,56
Poliomielite 4 anos	43,57
dTpa gestante	34,07
Tríplice Viral D2	23,01
Tetra Viral (SRC+VZ)	10,18
Dupla adulto e dTpa gestante	6,19

Fonte: DataSUS, 2025.

9. INFRAESTRUTURA URBANA E MEIO AMBIENTE

9.1. Domicílios recenseados, por tipo e uso

No Município de Andirá havia 8.767 domicílios, conforme o Censo Demográfico de 2022, um crescimento de 17,54% em comparação com os dados do Censo Demográfico realizado em 2010.

Os domicílios são classificados conforme o tipo de uso:

- **Particular permanente:** Domicílio que foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.
- **Particular improvisado:** Domicílio localizado em uma edificação que não tenha dependências destinadas exclusivamente à moradia (por exemplo, dentro de um bar), como também os locais inadequados para habitação e que, na data de referência, estavam ocupados por moradores.
- **Coletivo:** Instituição ou estabelecimento onde a relação entre as pessoas que nele se encontravam, moradoras ou não, na data de referência, era restrita a normas de subordinação administrativa.

Em 2022, no Município de Andirá havia 8.758 domicílios particulares permanentes, 7 domicílios coletivos e 2 domicílios particulares improvisados.

Os domicílios particulares permanentes são subdivididos em:

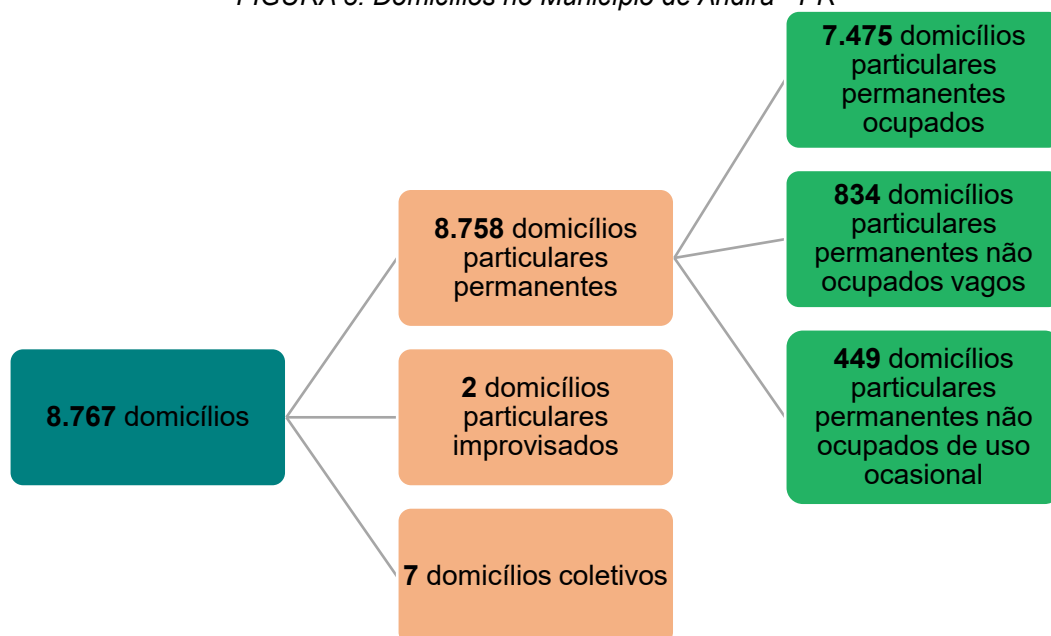
- **Particular permanente ocupado:** Domicílio particular permanente que, na data de referência, estava ocupado por moradores.
- **Particular permanente não ocupado - vago:** Domicílio particular permanente que não tinha morador na data de referência, mesmo que, posteriormente, durante o período da coleta, tivesse sido ocupado.



- **Particular permanente não ocupado - uso ocasional:** Domicílio particular permanente que servia ocasionalmente de moradia na data de referência, ou seja, era o domicílio usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.

Em Andirá havia 7.475 domicílios particulares permanentes ocupados, 834 não-ocupados vagos e 449 não-ocupados de uso ocasional. Na figura a seguir estão os quantitativos e subdivisões dos domicílios do município apresentados de forma sintética:

FIGURA 3: Domicílios no Município de Andirá - PR



Fonte: IBGE, 2022.

Os domicílios particulares permanentes ocupados são classificados por tipo: casa, casa de vila ou condomínio, apartamento, habitação em casa de cômodos ou cortiço, habitação indígena sem paredes ou maloca e estrutura residencial permanente degradada ou inacabada (IBGE, 2024).

Predominam os domicílios tipo casa no Município de Andirá, correspondendo a 99,28%. As casas de vila ou condomínio representaram 0,52% e os apartamentos, 0,20%. Em 2022, não havia outros tipos de domicílios particulares permanentes ocupados no município.

TABELA 10: Tipos de domicílios particulares permanentes ocupados

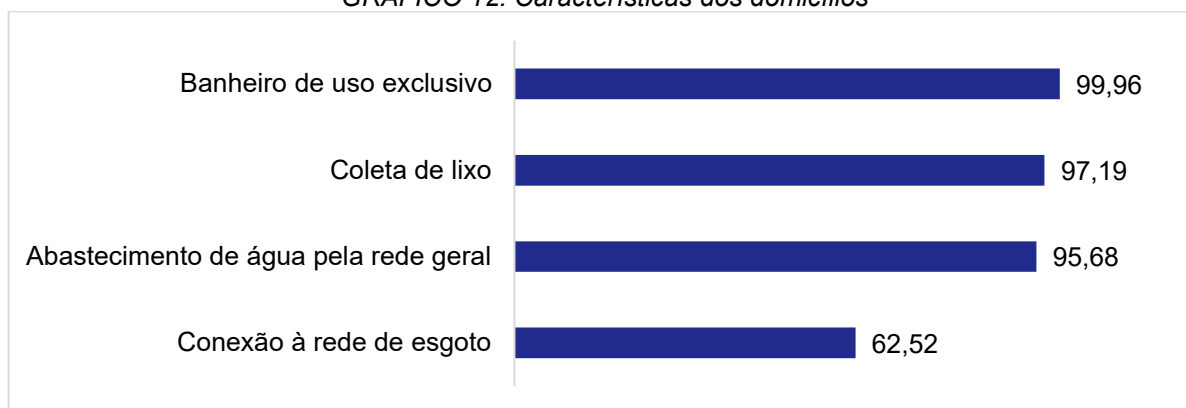
Tipo	Número	%
Casa	7.421	99,28
Casa de vila ou condomínio	39	0,52
Apartamento	15	0,20
Cortiço	-	-
Estrutura Degradada ou inacabada	-	-
Maloca	-	-
Total	7.475	100,00

Fonte: IBGE, 2022.

9.2. Características dos domicílios

As informações sobre as características dos domicílios referem-se ao acesso à infraestrutura básica. Em Andaraí, mais de 90% dos domicílios têm acesso ao abastecimento de água pela rede geral, coleta de lixo e banheiro de uso exclusivo. No entanto, apenas 62,52% dos domicílios têm acesso à rede de esgoto.

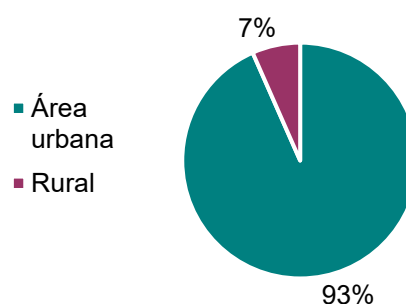
GRÁFICO 12: Características dos domicílios



Fonte: IBGE, 2022.

9.3. Perfil da demanda por habitação

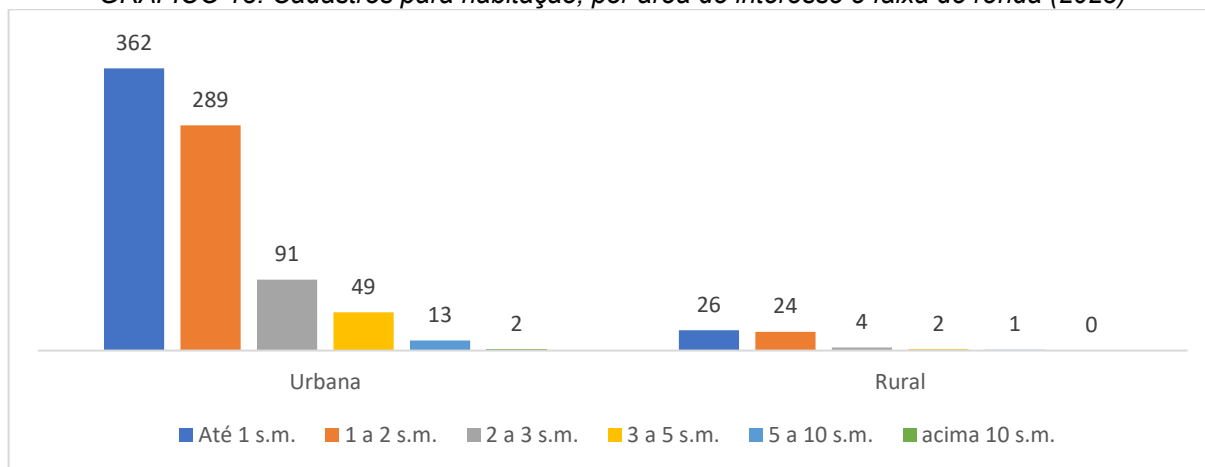
A Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) disponibiliza dados dos cadastros realizados até 2023 nos municípios paranaenses. Utilizou-se a base de dados com recorte dos últimos dois anos disponíveis (2021 – 2023) do Município



de Andirá, onde havia o total de 863 cadastros, sendo 806 (93%) para habitações na área urbana e 57 (7%) para habitações na área rural do município.

Do total de 806 cadastros com interesse em habitações na área urbana do município, 362 (45%) têm renda de até 1 salário mínimo, seguido de 289 (36%) com renda de 1 a 2 salários mínimos. Entre os cadastros referentes à área rural, a característica referente à renda familiar é a mesma: do total de 57 cadastros, 26 (46%) têm renda até 1 salário mínimo e 24 (42%) possuem renda de 1 a 2 salários mínimos.

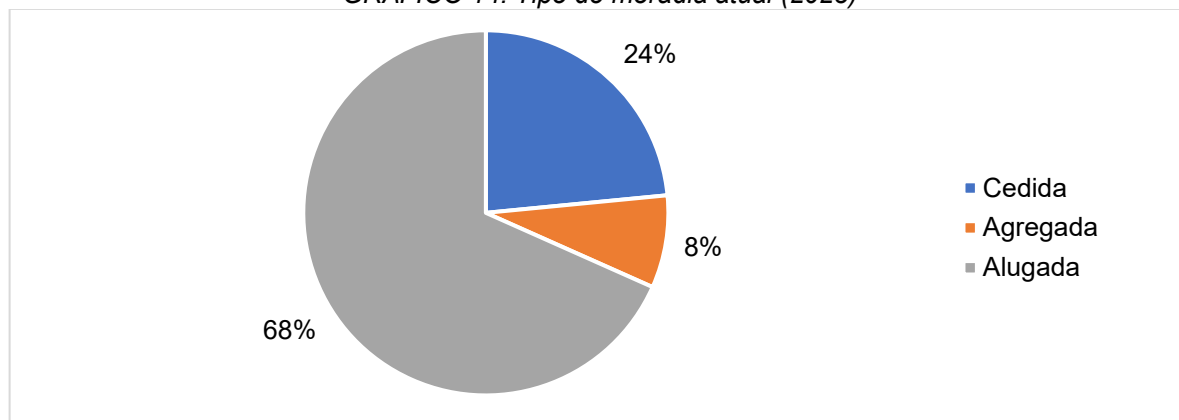
GRÁFICO 13: Cadastros para habitação, por área de interesse e faixa de renda (2023)



Fonte: Cohapar, 2023.

O tipo de moradia atual de 68% dos cadastros residia em residências alugadas, 24% em casas cedidas e 8% dos cadastros estavam residindo de forma agregada em residências de outras pessoas e/ou famílias.

GRÁFICO 14: Tipo de moradia atual (2023)



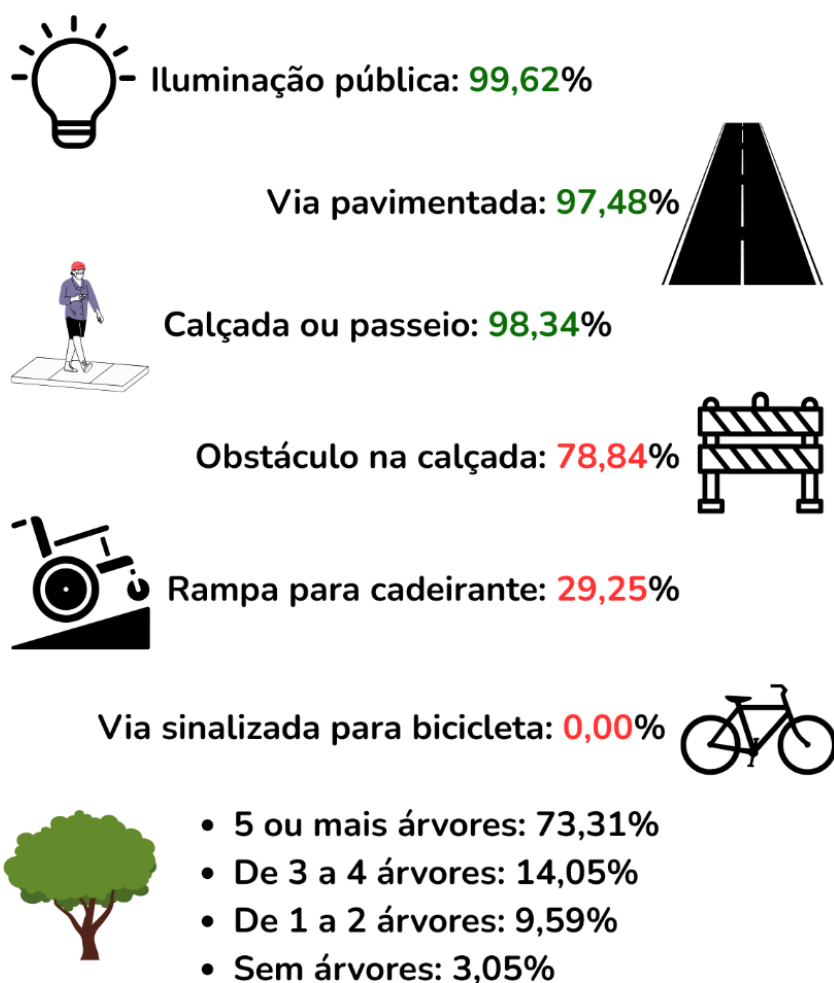
Fonte: Cohapar, 2023.

9.4. Características do entorno

O Censo Demográfico de 2022 apresentou dados referentes à infraestrutura urbana disponível nas ruas onde as pessoas residem, incluindo arborização, iluminação pública, pavimentação, acessibilidade, entre outros.

O Município de Andirá pode ser considerado arborizado, pois conta com 5 ou mais árvores no entorno de mais de 70% dos domicílios. A iluminação pública, pavimentação das vias e a existência de calçadas ou passeios estão disponíveis no entorno de mais de 90% dos domicílios. Contudo, há existência de obstáculos nas calçadas, não há rampas para cadeirantes suficientes nas calçadas e não há vias sinalizadas para bicicletas.

FIGURA 4: Características do entorno dos domicílios



Fonte: IBGE, 2022.

9.5. Espaços públicos de esporte e lazer

Os espaços públicos destinados ao esporte e ao lazer exercem um papel fundamental na promoção do bem-estar físico, emocional e social da população, especialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade. Sua presença contribui para a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento de vínculos comunitários, a prevenção de situações de risco social e a promoção da inclusão.

Na tabela a seguir apresenta-se a lista de praças e parques existentes no município para a prática de esporte e lazer.

TABELA 11: Espaços públicos de esporte e lazer

Local	Endereço	Total
Praça Santana	-	9 praças
Praça Municipal do Timburi e Catuaí	Rua Pedro Zanoni, 4	
Praça Sblandiano Simoni	Rua Londrina, s/n	
Praça Aparecido Bonesso	Rua Paraná, 515 - Centro	
Praça Pé Vermeio	-	
Praça de Esportes	-	
Praça dos Vizinhos	Rua Orlando Vilas Bôas, 494	
Praça Custódio Vieira	Rua São Paulo s/n	
Praça Franciso Tozzi	-	
Ginásio de Esporte José Elis Feliciano (Morcegão)	Rua Tibagi, 300 - 370	1 ginásio
Estádio João Hermógenes de Andrade (Andradão)	Rua São Paulo, 1.078	1 estádio
Parque Municipal Mário Bonacin	Rua Geraldo Dermarchi	1 parque municipal

Fonte: Google Maps, 2025.

10. ECONOMIA

10.1. Setores econômicos

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) reúne dados sobre as admissões e demissões de trabalhadores contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Na tabela a seguir estão disponíveis os dados referentes a 2024, onde é possível observar que o setor de Serviços empregou mais trabalhadores durante o

ano, totalizando 596 admissões. Contudo, foi o setor que mais demitiu, resultado em saldo de 1.

Os setores que apresentaram saldos negativos, ou seja, demitiram mais do que empregaram foram os setores de Comércio e Construção, com saldos -21 e -10, respectivamente.

TABELA 12: Número de trabalhadores por setor econômico (2024)

Grande Grupamento	Admitidos	Desligados	Saldo	Estoque	Vr. Relativa ¹
Agropecuária	373	368	5	273	1,87%
Comércio	372	393	-21	815	-2,51%
Construção	33	43	-10	57	-14,93%
Indústria	548	316	232	1.327	21,19%
Serviços	596	595	1	1.464	0,07%
Total	1.922	1.715	207	3.936	5,55%

Fonte: CAGED, 2024.

10.2. Renda média dos trabalhadores

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um relatório de informações socioeconômicas solicitado anualmente pelo Ministério de Trabalho e Emprego às pessoas jurídicas e outros empregadores para a coleta de dados sobre a situação do mercado de trabalho formal no Brasil.

O relatório mais atual disponível é do ano de 2023. Com relação às informações do Município de Andaraí contidas na tabela a seguir, é possível identificar que o setor com maior oferta de vagas de empregos era o de Serviços, com o total de 2.065 vagas. Desse total, 1.503 eram celetistas e 562 tinham vínculo estatutário.

O setor de Construção foi o que menos ofertou vagas de trabalho, cujo total em 2023 foi de 68 vagas.

A remuneração real média do município era de R\$ 3.120,86, sendo que o setor de serviços disponibilizava a maior remuneração real média cujo valor era de R\$ 3.553,97 e o setor de Construção ofertou a menor remuneração, com o valor de R\$ 2.241,65.

¹ Variação Relativa refere-se à mudança percentual no número de empregos formais (admissões e demissões) em relação ao mês anterior ou ao acumulado do ano.

TABELA 13: Número de trabalhadores por tipo de vínculo empregatício e remuneração real média (2023)

Grande Grupamento	Estoque	Celetista	Estatutário	Remuneração Real Média
Agropecuária	261	261	-	R\$ 2.477,12
Comércio	848	848	-	R\$ 2.474,13
Construção	68	68	-	R\$ 2.241,65
Indústria	1.089	1.042	47	R\$ 3.014,56
Serviços	2.065	1.503	562	R\$ 3.533,97
Total	4.331	3.722	609	R\$ 3.120,86

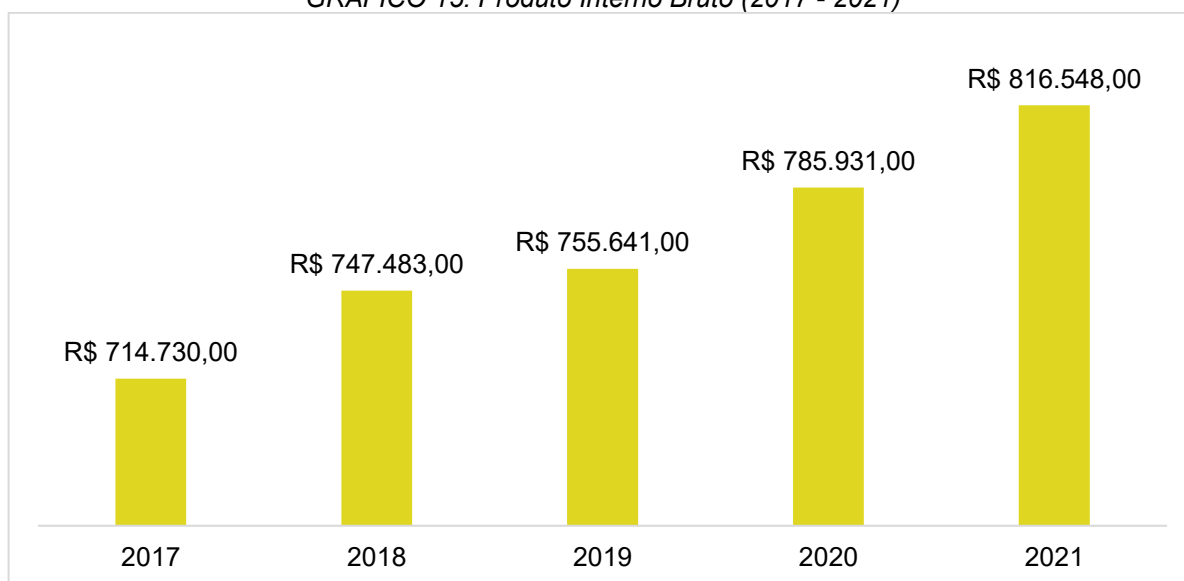
Fonte: RAIS, 2023.

10.3. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) indica toda a produção de bens e serviços em um ano específico e de determinada localização geográfica, calculado na moeda corrente.

No gráfico a seguir estão os valores do PIB do Município de Andara nos anos de 2017 a 2021. Observa-se que o PIB municipal tem apresentado crescimento durante a série histórica analisada. Entre 2017 e 2018 houve crescimento de R\$ 32.753,00 no PIB. Entre 2018 e 2019 houve o menor crescimento, apenas de R\$ 8.158,00. Nos anos de 2020 e 2021 o crescimento foi de R\$ 30.617,00.

GRÁFICO 15: Produto Interno Bruto (2017 - 2021)

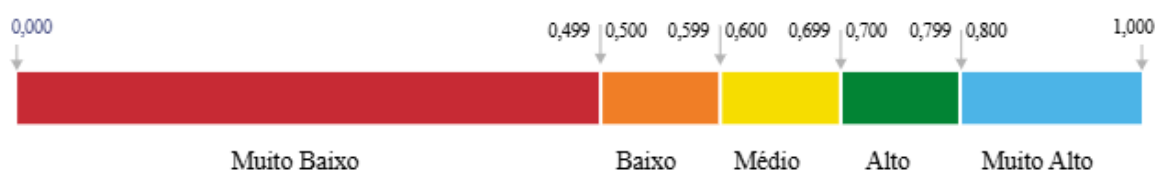


Fonte: IBGE, 2025.

10.4. Índice de Desenvolvimento Humano e Municipal

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador utilizado para medir o grau de desenvolvimento humano em municípios, composto por três dimensões: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 (zero) a 1 (um), ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Os três componentes são agrupados por meio da média geométrica, resultado no IDHM, cujas escalas vão de “muito baixo” a “muito alto”, conforme representado na figura a seguir:



A dimensão “Longevidade” foi responsável pelos maiores índices nos três anos analisados: 0,666; 0,741 e 0,838.

A dimensão “Educação” apresentou maior crescimento de 1991 a 2010, pois saltou de 0,332 (o menor índice em 1991), passando para 0,550 e chegando a 0,660. O crescimento da dimensão “Renda” foi de 0,578, passando para 0,654 e chegando em 0,690 em 2010.

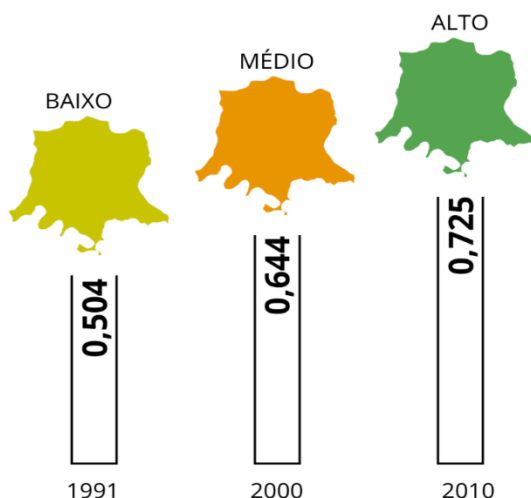
TABELA 14: IDHM de Educação, Longevidade e Renda (1991, 2000 e 2010)

IDHM	1991	2000	2010
Educação	0,332	0,550	0,660
Longevidade	0,666	0,741	0,838
Renda	0,578	0,654	0,690
IDHM	0,504	0,644	0,725

Fonte: Pnud; Ipea, FJP, 2025.

Desse modo, o IDHM de Andirá aumentou entre os anos de 1991 e 2010, saindo de 0,504 (baixo) em 1991, passando para 0,644 (médio) em 2000 e chegando em 0,725 (alto) no ano de 2010.

FIGURA 5: Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Andirá - PR (1991, 2000 e 2010)



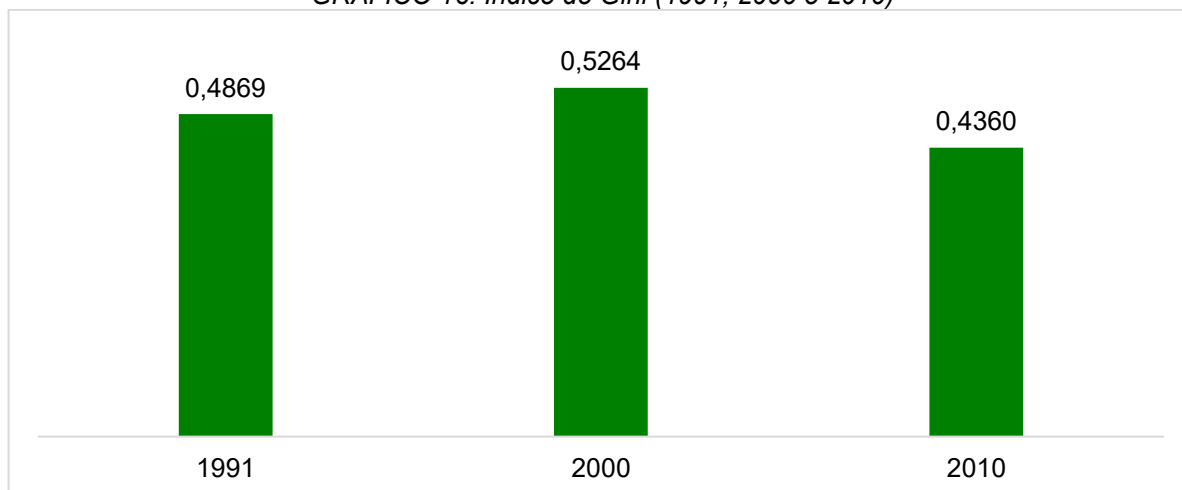
Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2025.

10.5. Índice de Gini

O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em um determinado grupo, comparando os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. Varia de 0 (zero) a 1 (um), onde o valor 0 (zero) representa uma situação de igualdade com relação à renda e, quanto mais próximo do 1 (um), maior a concentração de renda em uma pessoa.

De acordo com os dados apresentados no gráfico a seguir é possível perceber que houve aumento na desigualdade entre 1991 e 2000, pois o índice saltou de 0,4869 para 0,5264 no ano de 2000, índice que diminuiu em 2010, chegando a 0,4360.

GRÁFICO 16: Índice de Gini (1991, 2000 e 2010)



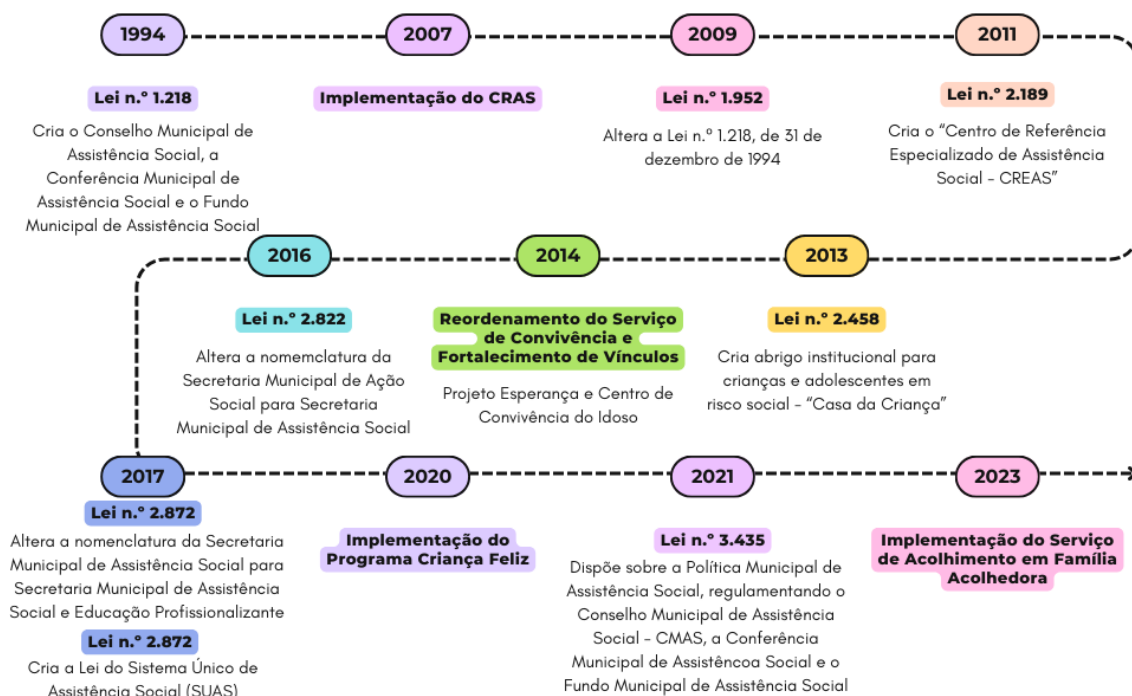
Fonte: DataSUS, 2025.

11. ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.1. Histórico da política de Assistência Social

A política de Assistência Social está sendo estruturada desde os anos 1990 no Município de Andaraí. Na linha do tempo apresentada a seguir é possível acompanhar os principais marcos normativos que instituíram e reorganizaram órgãos, fundos e serviços de assistência social em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

FIGURA 6: Linha do tempo da Assistência Social no Município de Andaraí - PR



Fonte: Elaboração própria Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial, 2025.

11.2. Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007, e atualmente regulamentado pelo Decreto n.º 11.016, de 29 de março de 2022, constitui-se em um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda no Brasil. Seu objetivo é reunir, em um único sistema, informações que permitem ao poder público conhecer a realidade social e econômica dos domicílios, subsidiando a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Por meio do CadÚnico, é possível integrar e organizar dados que possibilitam o acesso da população a programas e benefícios como o Programa Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros.

A importância do Cadastro Único reside em seu papel estratégico para a efetivação de direitos sociais e a redução das desigualdades. Ao fornecer informações precisas e atualizadas, ele orienta a focalização das políticas sociais, assegurando que recursos e serviços cheguem às famílias que mais necessitam. Além disso, o CadÚnico contribui para a gestão eficiente dos programas, evitando sobreposições, otimizando recursos e fortalecendo a articulação entre as diferentes esferas de governo. Trata-se, portanto, de uma ferramenta fundamental para o planejamento e a execução de ações voltadas à promoção da inclusão social e ao combate à pobreza.

Para a análise da base de dados do Cadastro Único do Município de Andirá foram definidos dois critérios:

- a) Cadastros inseridos até dezembro de 2024;
- b) Cadastros atualizados até dezembro de 2024.

Além disso, para a análise territorializada a SER DHE e a Comissão de acompanhamento do diagnóstico acordaram em aplicar a divisão territorial utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde que leva em consideração os territórios atendidos por cada Unidade Básica de Saúde (UBS).

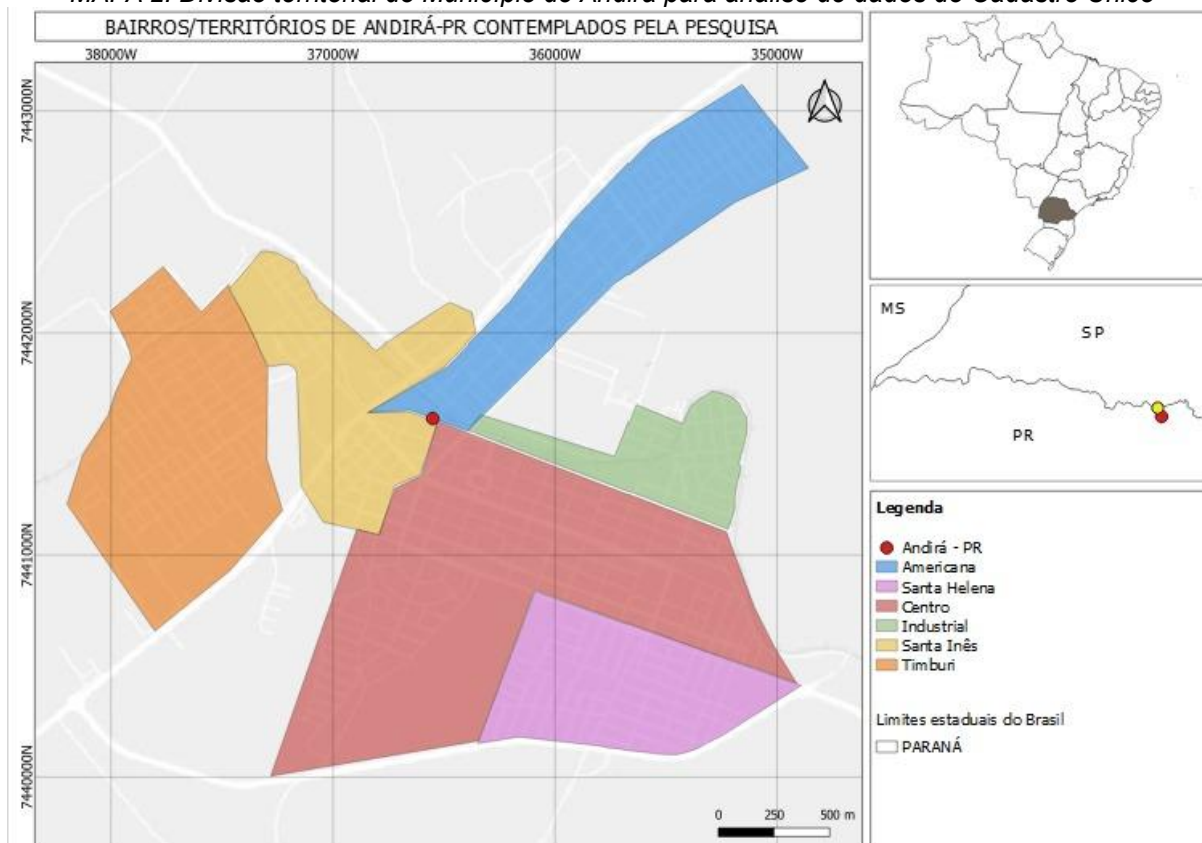
Desse modo, os dados foram organizados em oito territórios:

- Americana;
- Área rural;
- Centro;



- Distrito Nossa Senhora Aparecida;
- Industrial;
- Santa Helena;
- Santa Inês;
- Timburi.

MAPA 2: Divisão territorial do Município de Andirá para análise de dados do Cadastro Único



Fonte: Elaboração própria Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial, 2025.

11.2.1. Número de famílias por território

Ao todo, havia 2.614 famílias inscritas no CadÚnico até dezembro de 2024. A maioria residia em Americana, somando 573 famílias. Na Área Rural moravam o menor quantitativo de famílias cadastradas no CadÚnico, totalizando 41 famílias. Na tabela a seguir estão os quantitativos de famílias, por território, em ordem decrescente, para melhor visualização.

TABELA 15: Número de famílias inscritas no Cadastro Único

Território	Famílias
Americana	573
Timburi	559
Industrial	433
Santa Helena	349
Centro	325
Santa Inês	244
Distrito Nossa Senhora Aparecida	90
Área Rural	41
Total Geral	2.614

Fonte: Cadastro Único, 2024.

11.2.2. Número de famílias por faixa de renda

Em 2024, o salário mínimo era de R\$ 1.412,00, esse valor foi utilizado como parâmetro para identificar a faixa de renda das famílias inscritas no CadÚnico:

- **Até ½ salário mínimo:** famílias com renda média mensal de até R\$ 706,00;
- **1 salário mínimo:** famílias com renda média mensal de até R\$ 1.412,00;
- **Acima de 1 salário mínimo:** famílias com renda média mensal a partir de R\$ 1.412,01.

Observa-se que a maioria das famílias tinha renda média mensal de até ½ salário mínimo, ou seja, recebiam até R\$ 706,00 por mês.

TABELA 16: Número de famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda média mensal

Território	Até R\$ 706,00	Entre R\$ 706,01 e R\$ 1.412,00	Acima de R\$ 1.412,01	Total Geral
Americana	301	122	150	573
Área Rural	20	11	10	41
Centro	181	67	77	325
Distrito Nossa Senhora Aparecida	56	11	23	90
Industrial	260	89	84	433
Santa Helena	160	85	104	349
Santa Inês	143	45	56	244
Timburi	341	120	98	559
Total Geral	1.462	550	602	2.614

Fonte: Cadastro Único, 2024.

Conforme o Decreto n.º 11.016/2022, consideram-se família de baixa renda, aquela família com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo.

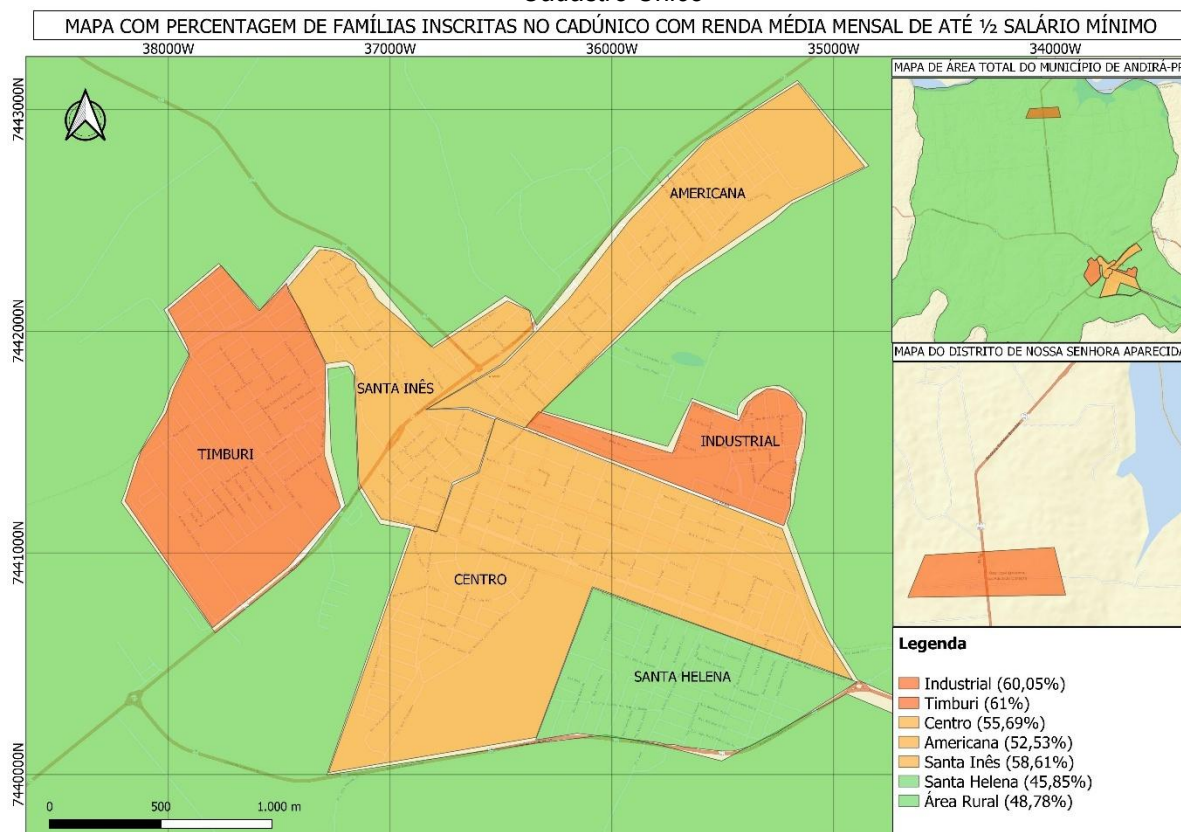
No mapa a seguir os territórios estão classificados por cor conforme a porcentagem de famílias de baixa renda residentes em cada território.

Percentuais	Cores
Acima de 60,01%	Vermelho
Entre 50,01% e 60%	Laranja
Até 50%	Verde

Os territórios com maior porcentagem de famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico eram o Distrito Nossa Senhora Aparecida (62,22%), Timburi (61%) e Industrial (60,05%).

Santa Helena e Área Rural foram os territórios com menor porcentagem de famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico.

MAPA 3: Percentual de famílias com renda média mensal de até ½ salário mínimo inscritas no Cadastro Único



Fonte: Cadastro Único, 2024.

11.2.3. Data da última atualização da família

A atualização regular dos dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é essencial para garantir a continuidade e a adequação do acesso das famílias aos benefícios e políticas públicas, como o Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros.

De acordo com as diretrizes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), os dados cadastrais devem ser atualizados, no mínimo, a cada dois anos ou sempre que houver alteração na composição familiar, renda, endereço ou outras informações relevantes.

A falta de atualização pode levar à suspensão ou cancelamento de benefícios. Além disso, manter os dados atualizados permite que o governo tenha um retrato mais fiel da realidade socioeconômica das famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o planejamento, monitoramento e aprimoramento das políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais.

Nota-se que em 2024 houve o maior número de famílias que atualizaram seus dados cadastrais, totalizando 1.852, mais que o dobro do total do ano anterior que somou 545 com dados atualizados.

Esses números são resultado das ações e campanhas promovidas pela Secretaria de Assistência Social e Educação Profissional para qualificar os dados do CadÚnico do município.

TABELA 17: Data da última atualização cadastral das famílias inscritas no Cadastro Único

Território	2020	2021	2022	2023	2024	Total Geral
Americana	-	12	30	137	394	575
Área Rural	-	1	2	7	31	41
Centro	-	4	22	72	227	325
Distrito Nossa Senhora Aparecida	-	4	7	17	62	90
Industrial	1	5	17	79	331	433
Santa Helena	-	8	35	63	243	349
Santa Inês	-	3	10	44	187	244
Timburi	-	21	35	126	377	559
Total Geral	1	58	158	545	1.852	2.614

Fonte: Cadastro Único, 2024.

11.2.4. Escolaridade do Responsável Familiar

Outra informação importante extraída da base de dados do CadÚnico refere-se à escolaridade das pessoas cadastradas. Na tabela a seguir apresenta-se o número de responsáveis familiares.

No CadÚnico, o responsável familiar é a pessoa indicada pela família para prestar as informações no momento do cadastramento. Essa pessoa deve ser maior de 16 anos, preferencialmente do sexo feminino, e com capacidade para responder pelas informações de todos os membros da família que vivem sob o mesmo teto e compartilham a renda e as despesas.

Cabe ao responsável familiar apresentar documentos pessoais e dos demais integrantes, além de manter os dados atualizados junto ao setor responsável do município. A correta identificação do responsável familiar é fundamental para a gestão adequada dos benefícios e a vinculação da família às políticas públicas de assistência social.

Observa-se que a maioria dos responsáveis familiares tinham o ensino fundamental incompleto, correspondendo a 884 pessoas, seguidas de 822 com ensino médio completo. Essa informação é importante para planejar políticas públicas em articulação com a Educação, principalmente para a oferta de educação profissionalizante.

TABELA 18: Escolaridade do Responsável Familiar

Território	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto ou mais	Total Geral
Americana	77	183	44	51	169	49	575
Área Rural	4	16	7	3	11		41
Centro	31	117	24	24	99	30	325
Distrito Nossa Senhora Aparecida	11	31	5	7	32	4	90
Industrial	61	179	40	36	105	12	433
Santa Helena	30	88	26	26	139	40	349
Santa Inês	36	89	22	25	65	7	244
Timburi	44	181	44	52	202	36	559
Total Geral	294	884	214	224	822	178	2.614

Fonte: Cadastro Único, 2024.

11.2.5. Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política pública do Governo Federal que realiza a transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com o objetivo de combater a fome, reduzir as desigualdades sociais e interromper o ciclo geracional da pobreza.

Destinado a famílias com renda per capita mensal de até R\$ 218, o programa condiciona o recebimento do benefício ao cumprimento de compromissos nas áreas de saúde e educação, como a atualização da caderneta de vacinação e a frequência escolar de crianças e adolescentes.

A seleção das famílias é realizada com base nas informações do CadÚnico, e o benefício é pago mensalmente. Reestruturado pela Lei n.º 14.601, de 2023, o Bolsa Família passou a integrar ações complementares de inclusão social, sendo reconhecido como o maior programa de transferência de renda do Brasil.

Do total de 2.614 famílias inscritas no CadÚnico até dezembro de 2024, 60,02% não recebiam o benefício, com destaque para as famílias do território Santa Helena que corresponderam a 70,20% que não recebiam o benefício.

Esse dado é importante pois, trata-se de uma demanda potencial para políticas públicas municipais que possam ser implementadas em Andaraí a fim de alcançar as famílias de baixa renda que não recebem o Bolsa Família.

TABELA 19: Número e percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família inscritas no Cadastro Único

Território	Não	%	Sim	%	Total Geral
Americana	355	61,95	218	38,05	575
Área Rural	28	68,29	13	31,71	41
Centro	205	63,08	120	36,92	325
Distrito Nossa Senhora Aparecida	53	58,89	37	41,11	90
Industrial	227	52,42	206	47,58	433
Santa Helena	245	70,20	104	29,80	349
Santa Inês	138	56,56	106	43,44	244
Timburi	318	56,89	241	43,11	559
Total Geral	1.569	60,02	1.045	39,98	2.614

Fonte: Cadastro Único, 2024.

11.2.6. Número de pessoas, por faixa etária

Até dezembro de 2024 havia o total de 5.929 pessoas inscritas no CadÚnico do Município de Andaraí, distribuídas da seguinte maneira:

- 1.384 – Timburi;
- 1.263 – Americana;
- 927 – Industrial;
- 798 – Santa Helena;
- 682 – Centro;
- 557 – Santa Inês;
- 213 – Distrito Nossa Senhora Aparecida;
- 105 – Área Rural.

TABELA 20: Número de pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária

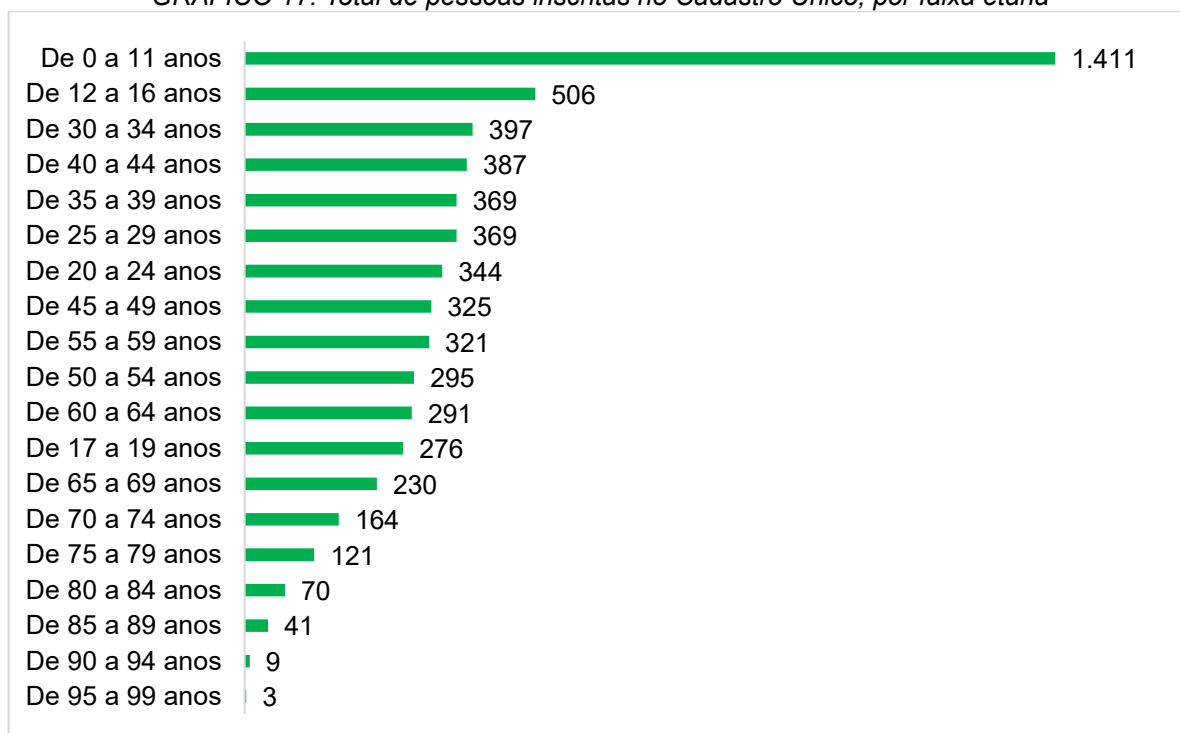
Faixa etária	Americana	Área Rural	Centro	Distrito Nossa Senhora Aparecida	Industrial	Santa Helena	Santa Inês	Timburi	Total Geral
De 0 a 11 anos	286	22	148	58	220	176	127	374	1.411
De 12 a 16 anos	114	10	47	18	75	60	54	128	506
De 17 a 19 anos	65	3	28	6	39	24	31	80	276
De 20 a 24 anos	61	8	35	13	48	52	35	92	344
De 25 a 29 anos	71	7	39	14	51	48	37	102	369
De 30 a 34 anos	90	6	40	16	57	53	31	104	397
De 35 a 39 anos	96	4	44	14	45	49	30	87	369
De 40 a 44 anos	77	7	45	11	69	49	36	93	387
De 45 a 49 anos	68	5	48	15	51	39	28	71	325
De 50 a 54 anos	68	5	40	5	52	41	22	62	295
De 55 a 59 anos	60	6	36	11	70	50	28	60	321
De 60 a 64 anos	55	11	40	15	54	44	33	39	291
De 65 a 69 anos	53	7	31	7	26	36	27	43	230
De 70 a 74 anos	39	3	24	2	30	27	18	21	164
De 75 a 79 anos	28	1	17	6	19	25	7	18	121
De 80 a 84 anos	18	0	12	2	12	14	7	5	70
De 85 a 89 anos	11	0	6	0	8	9	3	4	41
De 90 a 94 anos	3	0	0	0	1	2	2	1	9
De 95 a 99 anos	0	0	2	0	0	0	1	0	3
Total Geral	1.263	105	682	213	927	798	557	1.384	5.929

Fonte: Cadastro Único, 2024.

Como pode-se observar no gráfico a seguir, as crianças de 0 a 11 anos representavam o maior quantitativo de pessoas inscritas no CadÚnico do município, totalizando 1.411 pessoas, seguidas dos adolescentes de 12 a 16 anos que somaram 506 pessoas.

Esses quantitativos podem auxiliar no planejamento da oferta e ampliação de vagas em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes.

GRÁFICO 17: Total de pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária



Fonte: Cadastro Único, 2024.

11.2.7. Número de pessoas com deficiência

Em 2024, havia ao todo, 425 pessoas com deficiência inscritas no CadÚnico do município, representando 7,17% do total de pessoas cadastradas. Desse total, 91 residiam em Americana, 88 em Timburi, 67 no Industrial e 65 no Santa Helena.

Importante identificar quais são essas pessoas com deficiência e que tipos de deficiência têm para auxiliar no acesso aos seus direitos, como o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), por exemplo.

TABELA 21: Número e percentual de pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único

Território	Sim	%	Não	%	Total Geral
Americana	91	7,21	1.172	92,79	1.263
Área Rural	9	8,57	96	91,43	105
Centro	53	7,77	629	92,23	682
Distrito Nossa Senhora Aparecida	14	6,57	199	93,43	213
Industrial	67	7,23	860	92,77	927
Santa Helena	65	8,15	733	91,85	798
Santa Inês	38	6,82	519	93,18	557
Timburi	88	6,36	1.296	93,64	1.384
Total Geral	425	7,17	5.504	92,83	5.929

Fonte: Cadastro Único, 2024.

11.2.8. Famílias de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

Os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) são segmentos da população que, devido a suas características históricas, culturais, sociais ou condições de vulnerabilidade, demandam atenção especial por parte das políticas públicas, especialmente da assistência social.

Esses grupos incluem, entre outros, pessoas em situação de rua, migrantes, refugiados, povos indígenas, comunidades quilombolas, entre outros. O reconhecimento desses grupos visa garantir o acesso a direitos e a oferta de serviços adequados às suas especificidades, promovendo a equidade e o enfrentamento das desigualdades sociais.

Para melhor compreensão, apresenta-se a seguir a definição de três GPTE que estavam inscritos no Cadastro Único do Município de Andaraí:

- **Família Acampada:** aquela que se encontra organizada em movimentos sociais que lutam por acesso à terra e à moradia, tanto na cidade quanto no campo. Os acampamentos são espaços de transição na luta pela terra e pela moradia. Essas famílias podem permanecer acampadas por longos períodos, até que tenham sua situação regularizada;
- **Família de Preso do Sistema Carcerário:** aquela que possui componente recolhido a estabelecimento penal, espaço usado pela Justiça com a finalidade de alojar pessoas presas provisoriamente ou condenadas, ou ainda que estejam submetidas a medida de segurança. Não se enquadram neste grupo famílias com jovens submetidos a regime socioeducativo. Caso o preso esteja recolhido a estabelecimento penal



há mais de 12 meses, ele não será incluído na lista de componente da família moradora do domicílio;

- **Família de Catadores de Material Reciclável:** aquela em que um ou mais componentes têm como atividade econômica a coleta de material reciclável e reaproveitável como papel, papelão e vidro, materiais ferrosos e não ferrosos. A atividade pode se dar nas ruas e lixões, por isso é comum esses trabalhadores serem confundidos com pessoas em situação de rua. Apesar de fazerem da rua seu local de sustento, esta não configura sua sobrevivência nos mesmos termos que para pessoas em situação de rua.

No CadÚnico do município havia ao todo 24 famílias GPTE, sendo: 19 famílias de catadores de materiais recicláveis, 4 famílias de preso do sistema carcerário e 1 família acampada. Na tabela a seguir estão os quantitativos de famílias GPTE residentes em cada território. Observa-se que no Timburi há o maior quantitativo, somando 7 famílias, sendo 5 de catadores de materiais recicláveis e 2 de preso do sistema carcerário.

TABELA 22: Famílias de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, por território

Território	Família Acampada	Família de Preso do Sistema Carcerário	Família de Catadores de Materiais Recicláveis	Total Geral
Americana	-	-	1	1
Área Rural	-	-	1	1
Centro	1	-	3	4
Distrito Nossa Senhora Aparecida	-	-	1	1
Industrial	-	1	4	5
Santa Helena	-	-	1	1
Santa Inês	-	1	3	4
Timburi	-	2	5	7
Total Geral	1	4	19	24

Fonte: Cadastro Único, 2024.

11.2.9. Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada inscritos no Cadastro Único

Na base de dados do CadÚnico não há informações sobre o número de beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Contudo, esses dados estão disponíveis na plataforma VIS DATA 3 *beta*, filtrados por município (Andirá – PR) e por período (de janeiro a dezembro de 2024).

Em 2024 havia a média de 268 pessoas com deficiência e 152 pessoas idosas beneficiárias do BPC inscritas no CadÚnico do Município de Andirá.

TABELA 23: Total de pessoas inscritas no Cadastro Único beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada

Mês	Pessoa com deficiência	Pessoa Idosa	Total Geral
Janeiro	229	143	372
Fevereiro	234	142	376
Março	246	148	394
Abril	249	149	398
Maio	253	150	403
Junho	260	153	413
Julho	273	151	424
Agosto	278	155	433
Setembro	293	157	450
Outubro	298	160	458
Novembro	303	161	464
Dezembro	298	152	450
Total Geral	3.214	1.821	5.035
Média	268	152	420

Fonte: VIS DATA 3 *beta*, 2024.

11.3. Rede Socioassistencial

11.3.1. Composição das equipes da rede socioassistencial

O Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social (CadSUAS), instituído pela Portaria n.º 430, de 3 de dezembro de 2008, é a base oficial de dados do SUAS. Ele reúne informações sobre as prefeituras, órgãos gestores, fundos e conselhos municipais, além das instituições públicas e privadas que oferecem serviços socioassistenciais.

No CadSUAS, encontram-se também dados sobre a identificação e a qualificação dos profissionais que atuam nos serviços, benefícios e na gestão da Assistência Social. Essa plataforma foi utilizada como fonte para a coleta de informações relativas aos recursos humanos das unidades da rede socioassistencial de Andaraí.

Trata-se de uma ferramenta dinâmica, atualizada periodicamente. Por esse motivo, os dados apresentados a seguir podem sofrer alterações conforme novas atualizações sejam realizadas. Vale destacar que as informações utilizadas neste diagnóstico foram extraídas em agosto de 2025.

Primeiramente, apresenta-se a composição das equipes do órgão gestor, ou seja, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante e do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

TABELA 24: Composição da equipe do Órgão Gestor

Cargo	Profissão	Vínculo Institucional	Quantidade
Secretário (a) de Assistência Social	Pedagogo	Comissionado	1
Apoio administrativo	Profissional de nível médio	Servidor/Estatutário	2
		Outro vínculo não permanente	1
Outros	Profissional de nível médio	Outro vínculo não permanente	1
Serviços Gerais	Profissional de nível médio	Servidor/Estatutário	1
Técnico de nível médio	Profissional de nível médio	Comissionado	1
Técnico de nível superior	Assistente Social	Servidor/Estatutário	2
	Pedagogo		1
Total			10

Fonte: CadSUAS, 2025.

TABELA 25: Composição do Conselho Municipal de Assistência Social (2024 - 2027)

Cargo	Profissão	Representação	Quantidade
Conselheiro Presidente	Assistente Social	Governamental – Assistência Social	1
Conselheiro (a) titular	Sem formação profissional	Governamental - Saúde	1
Conselheiro (a) titular	Administrador	Governamental – outras áreas	1
Conselheiro (a) titular	Profissional de nível médio	Governamental – outras áreas	2
Conselheiro (a) titular	Sem formação profissional	Sociedade Civil - usuários	2
Conselheiro (a) titular	Psicólogo	Sociedade Civil - trabalhadores	1



Cargo	Profissão	Representação	Quantidade
Conselheiro (a) titular	Profissional de nível médio	Sociedade Civil - trabalhadores	1
Conselheiro (a) titular	Pedagogo	Sociedade Civil – entidades e organizações de Assistência Social	1
Conselheiro (a) titular	Profissional de nível médio	Sociedade Civil – entidades e organizações de Assistência Social	1
Conselheiro (a) suplente	Assistente Social	Governamental – Assistência Social	1
Conselheiro (a) suplente	Assistente Social	Governamental - Saúde	1
Conselheiro (a) suplente	Pedagogo	Governamental - Educação	1
Conselheiro (a) suplente	Administrador	Governamental – outras áreas	1
Conselheiro (a) suplente	Sem formação profissional	Sociedade Civil - usuários	1
Conselheiro (a) suplente	Profissional de nível médio	Sociedade Civil - usuários	1
Conselheiro (a) suplente	Psicólogo	Sociedade Civil - trabalhadores	1
Conselheiro (a) suplente	Sem formação profissional	Sociedade Civil - trabalhadores	1
Conselheiro (a) suplente	Pedagogo	Sociedade Civil – entidades e organizações de Assistência Social	1
Conselheiro (a) suplente	Outro profissional de nível superior	Sociedade Civil – entidades e organizações de Assistência Social	1
Secretário (a) Executivo	Assistente Social	Governamental – Assistência Social	1
Total			22

Fonte: CadSUAS, 2025.

11.3.1.1. Composição das equipes da Proteção Social Básica

De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS, 2012), a equipe de referência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em municípios de pequeno porte II (considerando o atendimento até 3.500 famílias), como é o caso de Andaraí, deve ser composta por 3 profissionais de nível superior (sendo 2 assistentes sociais e preferencialmente 1 psicólogo) e 3 técnicos de nível médio.

Além disso, toda equipe do CRAS deve contar com um coordenador. Independentemente do porte do município, esse profissional precisa ser concursado, ter formação de nível superior e possuir experiência em trabalhos comunitários, bem como na gestão de programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social.

O cargo de educador(a) ou orientador(a) social, reconhecido pela Resolução CNAS n.º 9, de 15 de abril de 2014, tem como principais funções o apoio, o

acompanhamento e a realização de atividades socioeducativas, de convivência e socialização. Essas ações visam garantir e defender os direitos de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, contribuindo diretamente para o fortalecimento da função protetiva da família.

TABELA 26: Composição da equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Cargo	Profissão	Vínculo Institucional	Número
Coordenador (a)/Dirigente	Assistente Social	Servidor/Estatutário	1
Cadastrador (a)/Entrevistador (a) Social	Profissional de nível médio	Servidor/Estatutário	1
Estagiário (a)	Sem formação profissional	Outro vínculo não permanente	2
Outros	Profissional de nível médio	Servidor/Estatutário	1
		Comissionado	1
Serviços Gerais	Sem formação profissional	Servidor/Estatutário	1
Técnico de nível médio	Profissional de nível médio	Comissionado	1
Técnico de nível superior	Psicólogo	Servidor/Estatutário	1
Total			9

Fonte: CadSUAS, 2025.

TABELA 27: Composição da equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Projeto Esperança

Cargo	Profissão	Vínculo Institucional	Quantidade
Coordenador (a)/Dirigente	Pedagogo	Comissionado	1
Educador (a)/Orientador (a) Social	Profissional de nível médio	Servidor/Estatutário	1
	Pedagogo	Outro vínculo não permanente	1
	Profissional de educação física	Outro vínculo não permanente	1
Estagiário (a)	Profissional de nível médio	Outro vínculo não permanente	1
Outros	Sem formação profissional	Servidor/Estatutário	1
Serviços Gerais	Sem formação profissional	Servidor/Estatutário	3
	Pedagogo		1
Total			10

Fonte: CadSUAS, 2025.

TABELA 28: Composição da equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Centro de Convivência do Idoso (CCI)

Cargo	Profissão	Vínculo Institucional	Quantidade
Coordenador (a)/Dirigente	Sem formação profissional	Comissionado	1
Outros	Profissional de nível médio	Servidor/Estatutário	1
Serviços Gerais	Sem formação profissional	Servidor/Estatutário	4
Total			6

Fonte: CadSUAS, 2025.

TABELA 29: Composição da equipe do Programa Criança Feliz

Cargo	Profissão	Vínculo Institucional	Quantidade
Coordenador (a)/Dirigente	Pedagogo	Comissionado	1
Técnico (a) de nível médio	Profissional de nível médio	Terceirizado	5
Técnico (a) de nível superior	Pedagogo	Terceirizado	1
Total			7

Fonte: CadSUAS, 2025.

11.3.1.2. Composição das equipes da Proteção Social Especial de Média Complexidade

Conforme estabelece a NOB-RH/SUAS (2012), a equipe de referência do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), para atendimento no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, deve ser composta por profissionais que garantam a qualidade dos serviços prestados. Para unidades com capacidade de atendimento de até 50 pessoas/indivíduos, a composição mínima recomendada é: 1 coordenador, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 advogado, 2 profissionais de nível superior ou médio para atuação direta com os usuários (inclusive em ações de abordagem) e 1 auxiliar administrativo.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, estabelecida pela Resolução CNAS n.º 109/2009, define os serviços da Proteção Social Especial que devem ser ofertados pelos CREAS, bem como aqueles que podem ser executados em parceria entre entidades e os órgãos gestores. De acordo com o artigo 3º, parágrafo 1º da Lei n.º 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com redação dada pela Lei n.º 12.435/2011, as entidades de atendimento devem seguir os parâmetros de composição das equipes de referência definidos por essa norma.

TABELA 30: Composição da equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Cargo	Profissão	Vínculo Institucional	Quantidade
Apoio Administrativo	Profissional de nível médio	Servidor/Estatutário	1
Educador (a)/Orientador (a) Social	Pedagogo	Outro vínculo não permanente	1
Outros	Sem formação profissional	Servidor/Estatutário	1
Serviços Gerais	Sem formação profissional	Servidor/Estatutário	1
Técnico de nível superior	Assistente Social	Servidor/Estatutário	1



Cargo	Profissão	Vínculo Institucional	Quantidade
	Pedagogo		2
	Psicólogo		1
Total			8

Fonte: CadSUAS, 2025.

TABELA 31: Composição da equipe da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

Cargo	Profissão	Vínculo Institucional	Quantidade
Coordenador (a)/Dirigente	Pedagogo	Servidor/Estatutário	1
Motorista	Sem formação profissional	Outro vínculo não permanente	1
Outros	Profissional de nível médio	Empregado Celetista do setor privado	1
	Pedagogo		1
Técnico de nível superior	Assistente Social	Empregado Público Celetista	1
	Outro profissional de nível superior	Empregado Celetista do setor privado	1
	Psicólogo	Empregado Público Celetista	1
	Terapeuta Ocupacional	Empregado Celetista do setor privado	1
Total			8

Fonte: CadSUAS, 2025.

11.3.1.3. Composição das equipes da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Para o atendimento da Proteção Especial de Alta Complexidade, a NOB-RH/SUAS (2012) orienta que a composição da equipe seja:

- a) Atendimento em pequenos grupos (abrigo institucional, casa-lar e casa de passagem)

TABELA 32: Composição da equipe de referência de pequenos grupos na Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Profissional/Função	Escolaridade	Quantidade
Coordenador	Nível superior ou médio	1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos
Cuidador	Nível médio e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas



Profissional/Função	Escolaridade	Quantidade
Auxiliar de Cuidador	Nível fundamental e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 auxiliar de cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 auxiliar de cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.

Fonte: FERREIRA, 2011.

b) Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPIs:

TABELA 33: Composição da equipe de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

Profissional/Função	Escolaridade
1 Coordenador	Nível Superior ou Médio
Cuidadores	Nível Médio
1 Assistente Social	Nível Superior
1 Psicólogo	Nível Superior
1 Profissional para desenvolvimento de atividades socioculturais	Nível Superior
Profissional de limpeza	Nível fundamental
Profissional de alimentação	Nível fundamental
Profissional de lavanderia	Nível fundamental

Fonte: FERREIRA, 2011.

TABELA 34: Composição da equipe da Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Casa Lar

Cargo	Profissão	Vínculo Institucional	Quantidade
Coordenador (a)/Dirigente	Profissional de nível médio	Outro vínculo não permanente	1
Cuidador (a)	Profissional de nível médio	Outro vínculo não permanente	1
		Servidor/Estatutário	3
	Pedagogo	Servidor/Estatutário	2
Outros	Sem formação profissional	Servidor/Estatutário	2
Motorista	Sem formação profissional	Servidor/Estatutário	1
Técnico (a) de nível superior	Assistente Social	Servidor/Estatutário	1
	Psicólogo	Servidor/Estatutário	1
Total			12

Fonte: CadSUAS, 2025.



TABELA 35: Composição da equipe do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas Lar dos Velhinhos Dona Aracy Barbosa

Cargo	Profissão	Vínculo Institucional	Quantidade
Coordenador (a)/Dirigente	Contador	Empregado Celetista do setor privado	1
Apoio Administrativo	Outro profissional de nível superior	Empregado Público Celetista	1
Cozinheiro (a)	Sem formação profissional	Empregado Público Celetista	1
	Sem formação profissional	Empregado Celetista do setor privado	1
	Profissional de nível médio		1
Cuidador (a)	Sem formação profissional	Empregado Celetista do setor privado	3
		Empregado Público Celetista	2
	Profissional de nível médio	Empregado Celetista do setor privado	4
		Empregado Público Celetista	2
Outros	Sem formação profissional	Empregado Celetista do setor privado	2
Técnico (a) de nível médio	Profissional de nível médio	Empregado Celetista do setor privado	2
Técnico (a) de nível superior	Assistente Social	Outro vínculo não permanente	1
	Fisioterapeuta	Empregado Celetista do setor privado	1
	Nutricionista	Empregado Público Celetista	1
	Psicólogo	Empregado Celetista do setor privado	1
Total			24

Fonte: CadSUAS, 2025.

TABELA 36: Composição da equipe do Serviço de Acolhimento Família Acolhedora

Cargo	Profissão	Vínculo Institucional	Quantidade
Coordenador (a)/Dirigente	Psicóloga	Servidor/Estatutário	1
Técnico (a) de nível superior	Assistente Social	Servidor/Estatutário	1
Total			2

Fonte: CadSUAS, 2025.

A atualização das informações sobre os recursos humanos disponíveis nas instituições que compõem a rede socioassistencial é fundamental para monitorar se a demanda está sendo atendida, respeitando os profissionais que atuam na rede, sem sobrecarga de trabalho.

11.3.2. Estrutura física dos equipamentos

Os dados referentes à infraestrutura dos equipamentos da rede socioassistencial evidenciam a presença de espaços destinados ao atendimento individualizado e coletivo, o que contribui para a adequação dos serviços às diferentes demandas dos usuários.

Observa-se, a existência de recepções organizadas para acolhimento inicial, banheiros disponíveis para uso do público e da equipe técnica, bem como condições de acessibilidade nas unidades. Os dados apresentados foram extraídos do Censo SUAS de 2024.

TABELA 37: Espaço físico do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Espaço físico e acessibilidade	Dados informados – CRAS
Quantidade de salas com capacidade máxima para 5 pessoas	1
Quantidade de salas com capacidade para 6 a 14 pessoas	1
Quantidade de salas com capacidade para 15 a 29 pessoas	1
Quantidade de salas com capacidade para 30 ou mais pessoas - espaço físico	0
Salas exclusivas de Coordenação, equipe técnica ou administração	2
Quantidade total de banheiros	4
Possui Recepção	Sim
Cozinha/Copa	Sim
Almoxarifado	Não
Espaço externo no CRAS para atividades de convívio	Não
Sala para Arquivos	Não
Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS	Sim, de acordo com a Norma da ABNT (NBR9050)
Rota acessível aos espaços do CRAS (recepção, salas de atendimento e espaços de uso coletivo)	Sim, de acordo com a Norma da ABNT (NBR9050)
Rota acessível ao banheiro	Sim, de acordo com a Norma da ABNT (NBR9050)
Banheiro adaptado para pessoas com deficiência	Sim, de acordo com a Norma da ABNT (NBR9050)

Fonte: Censo SUAS, 2024.

TABELA 38: Espaço físico dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

Espaço físico e acessibilidade	Dados informados – Projeto Esperança	Dados informados – Centro de Convivência do Idoso
Total de salas exclusivas de Coordenação, equipe técnica ou administração	Até 1 sala	De 2 a 3 salas
Total de salas de atendimento aos grupos do SCFV	Até 1 sala	De 6 a 7 salas
Capacidade máxima para atendimento por categoria	De 71 a 80 vagas	De 101 a 150 vagas

Fonte: Censo SUAS, 2024.



TABELA 39: Espaço físico do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Espaço físico e acessibilidade	Dados informados – CREAS
Quantidade de salas com capacidade máxima para 5 pessoas	3
Quantidade de salas com capacidade para 6 a 14 pessoas	2
Quantidade de salas com capacidade para 15 a 29 pessoas	0
Quantidade de salas com capacidade para 30 ou mais pessoas - espaço físico	0
Salas exclusivas de Coordenação, equipe técnica ou administração	0
Quantidade total de banheiros	3
Possui Recepção	1
Cozinha/Copa	1
Almoxarifado	1
Espaço externo no CRAS para atividades de convívio	1
Sala para Arquivos	2
Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS	2
Rota acessível aos espaços do CRAS (recepção, salas de atendimento e espaços de uso coletivo)	2
Rota acessível ao banheiro	2
Banheiro adaptado para pessoas com deficiência	1

Fonte: Censo SUAS, 2024.

TABELA 40: Espaço físico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

Espaço físico e acessibilidade	Dados informados – APAE
Quantidade de Salas com capacidade máxima de 5 pessoas	1
Quantidade de Salas com capacidade para 6 a 14 pessoas	11
Quantidade de Salas com capacidade de 15 a 29 pessoas	1
Quantidade de Salas com capacidade para 30 ou mais pessoas	0
Quantidade de Salas exclusivas de Coordenação, equipe técnica ou administração	3
Banheiros de uso exclusivo das(os) trabalhadoras(es)	6
Banheiros para uso das(os) usuárias(os)	7
Recepção	Sim
Cozinha/Copa	Sim
Refeitório	Sim
Almoxarifado ou similar	Sim
Piscina	Sim
Quadra esportiva	Sim
Espaço externo para atividades de convívio ou recreação (exceto quadra e piscina)	Sim
Área de descanso para a(o) usuária(o)	Não
Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção no interior da unidade	Sim, de acordo com a Norma da ABNT (NBR9050)
Rota acessível aos espaços da Unidade (recepção, salas de atendimento e espaços de uso coletivo)	Sim, de acordo com a Norma da ABNT (NBR9050)
Rota acessível ao banheiro	Sim, de acordo com a Norma da ABNT (NBR9050)
Banheiro adaptado para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	Sim, de acordo com a Norma da ABNT (NBR9050)

Fonte: Censo SUAS, 2024.



TABELA 41: Espaço físico das Unidades de Acolhimento

Espaço físico e acessibilidade	Dados informados – Casa Lar	Dados informados – Lar dos Velhinhos Dona Aracy Barbosa
O local onde funciona a Unidade é servido por transporte público (ônibus/trem/metrô/barcas)	Não possui ponto de transporte público nas proximidades (ou exige caminhada superior a 30 minutos)	Não possui ponto de transporte público nas proximidades (ou exige caminhada superior a 30 minutos)
Sala de estar, de convivência ou de outras atividades de grupo	2	2
Quartos para as(os) usuárias(os) acolhidas(os)	5	20
Quartos para as(os) Cuidadoras(es)	0	0
Banheiros para as(os) Usuárias(os) acolhidas(os)	7	20
Banheiros exclusivos para Funcionárias(os)	0	4
Área de recreação interna	Sim	Não
Área de recreação externa	Sim	Sim
Refeitório/Sala de Jantar	Não	Sim
Cozinha para preparo de alimentos	Sim	Sim
Despensa	Não	Sim
Lavanderia	Sim	Sim
Enfermaria	Não	Sim
Sala de Administração	1	1
Sala de Administração: Fica na mesma estrutura física que a Unidade de Acolhimento	Sim	Sim
Sala para reuniões	1	1
Sala para reuniões: Fica na mesma estrutura física que a Unidade de Acolhimento	Não	Sim
Sala para atendimento técnico especializado (psicóloga(o), assistente social etc.)	1	1
Sala para atendimento técnico especializado (psicóloga(o), assistente social etc.): Fica na mesma estrutura física que a Unidade de Acolhimento	Não	Sim

Fonte: Censo SUAS, 2024.

11.3.3. Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

Compõe-se dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos, no município de Andirá:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

II – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);

III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas.

Os dados apresentados a seguir são provenientes dos Registros Mensais de Atendimento (RMA) do CRAS de Andirá, referentes ao ano de 2024. O RMA é um sistema utilizado para registrar, mensalmente, informações sobre a quantidade de atendimentos realizados e o perfil de algumas das famílias e indivíduos atendidos nas unidades do CRAS e do CREAS. Seu principal objetivo é padronizar esses dados em âmbito nacional, contribuindo para a qualificação das informações e o aprimoramento da gestão e do desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

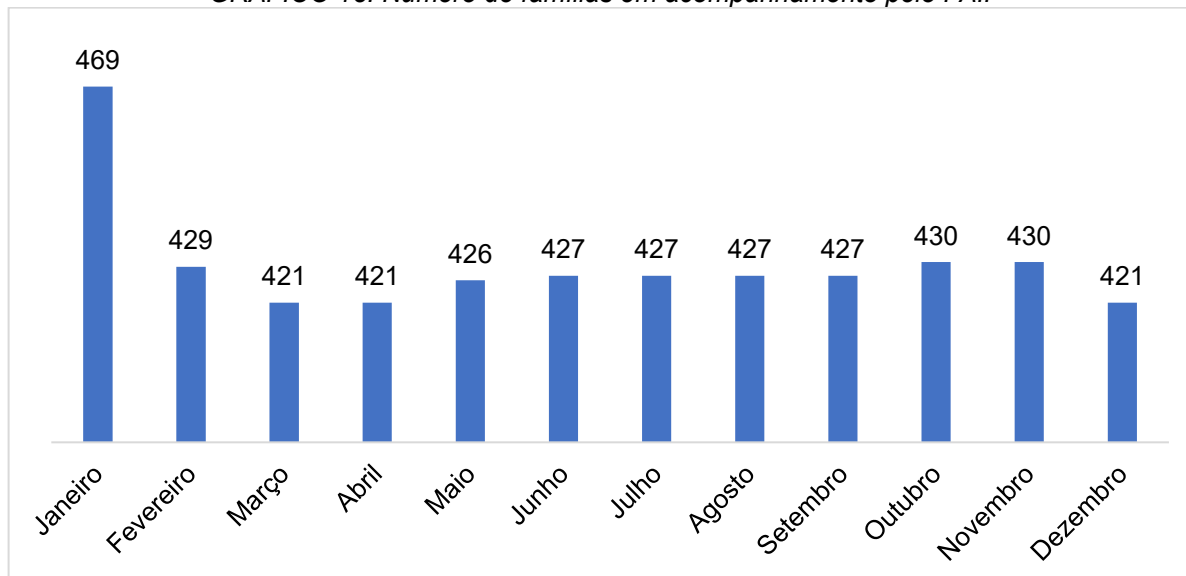
11.3.3.1. Volume de famílias em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) oferece ações socioassistenciais de forma continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e situações de violência em suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. O PAIF é uma atribuição exclusiva do poder público e é desenvolvido necessariamente no CRAS.

Foram atendidas, em média, 430 famílias em acompanhamento pelo PAIF em 2024, sendo o mês de janeiro com maior número de famílias atendidas, com o total de 469 famílias e os meses com menor quantitativo foram março, abril e dezembro, com o total de 421 famílias em acompanhamento pelo PAIF atendidas em cada mês.

Houve inserção de 20 novas famílias em acompanhamento pelo PAIF em 2024: 5 em maio, 6 em junho e 9 famílias inseridas em acompanhamento pelo PAIF no mês outubro.

GRÁFICO 18: Número de famílias em acompanhamento pelo PAIF



Fonte: RMA, 2024.

11.3.3.2. Atendimentos particularizados

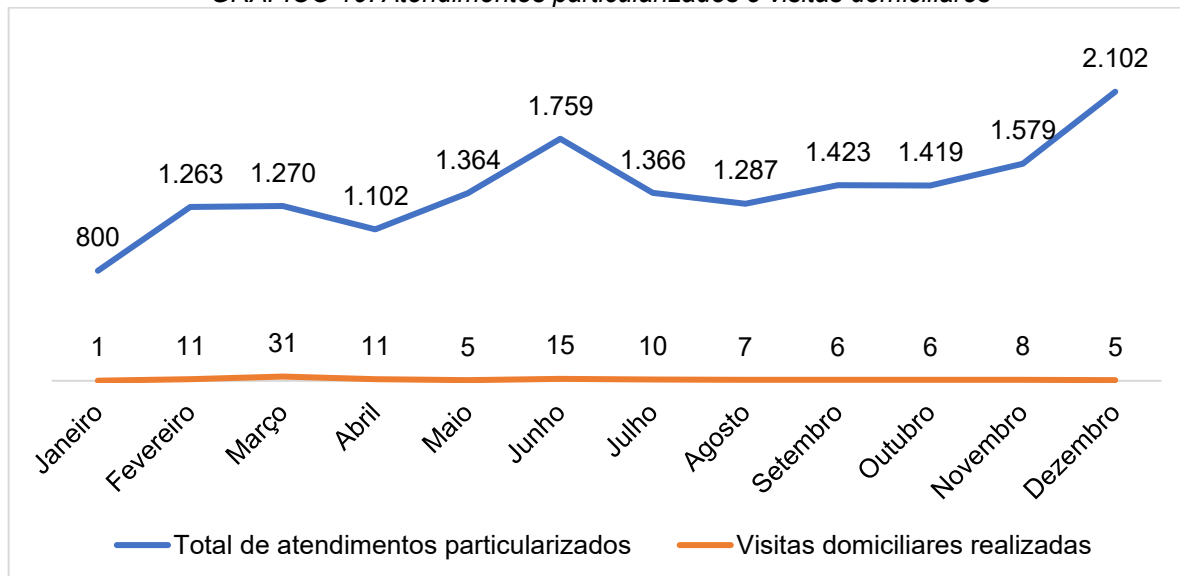
Os atendimentos particularizados são ações pontuais e imediatas, realizadas individualmente com uma pessoa ou com uma única família, diferenciando-se do acompanhamento, que envolve um processo continuado e sistemático. Esses atendimentos podem ocorrer tanto nas dependências do CRAS quanto em outros locais, como nas visitas domiciliares realizadas pela equipe técnica.

11.3.3.2.1. Atendimentos particularizados e visitas domiciliares

Foram realizados, em média, 1.395 atendimentos particularizados em 2024, sendo o mês de dezembro com maior número de atendimentos, somando 2.102 e o mês de janeiro com o menor quantitativo, totalizando 800 atendimentos particularizados.

No mês de março foi realizado o maior número de visitas domiciliares, cujo total foi 31 e no mês de janeiro houve 1 visita domiciliar realizada pela equipe do CRAS. A média anual foi de 10 visitas domiciliares realizadas.

GRÁFICO 19: Atendimentos particularizados e visitas domiciliares



Fonte: RMA, 2024.

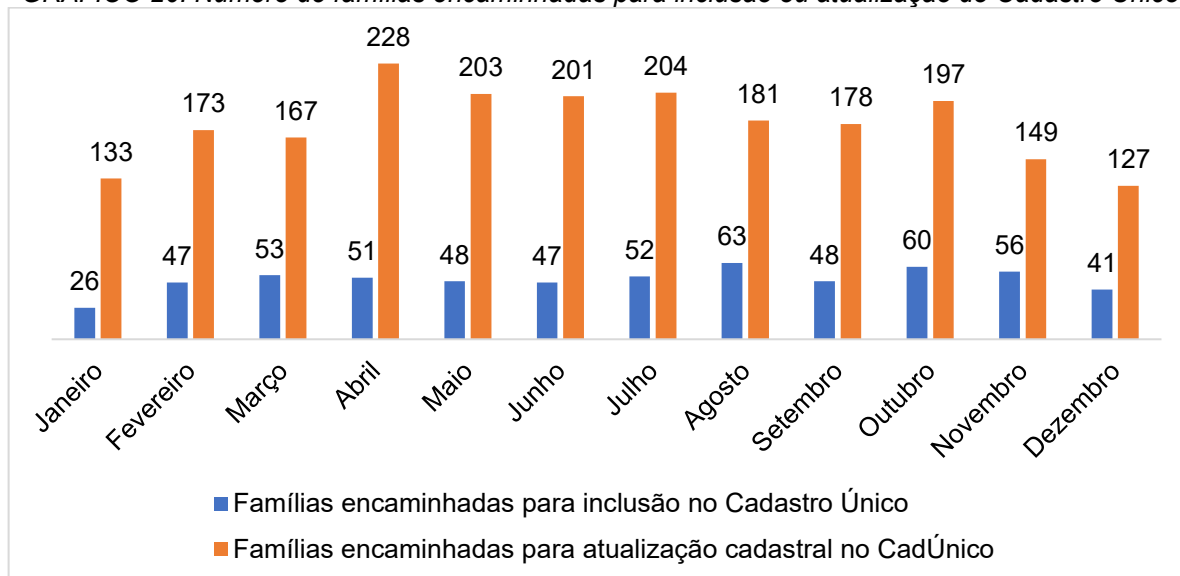
11.3.3.2.2. Famílias encaminhadas para inclusão ou atualização do Cadastro Único

Outro tipo de atendimento realizado pela equipe do CRAS consistiu nos encaminhamentos de famílias para a inclusão ou atualização de seus dados no CadÚnico do município.

No gráfico a seguir é possível observar que houve maior número de famílias encaminhadas para a atualização dos dados do CadÚnico em 2024, cuja média anual foi de 178 famílias. Informação compatível com os dados apresentados anteriormente referente à base de dados do CadÚnico de 2024, onde constatou-se grande quantitativo de famílias inscritas que realizaram a atualização cadastral no ano mencionado.

A média de famílias inseridas no CadÚnico do município foi de 49 famílias, sendo o mês de agosto com maior número de famílias incluídas, totalizando 63 famílias.

GRÁFICO 20: Número de famílias encaminhadas para inclusão ou atualização do Cadastro Único



Fonte: RMA, 2024.

11.3.3.2.3. Indivíduos encaminhados para acesso ao Benefício de Prestação Continuada

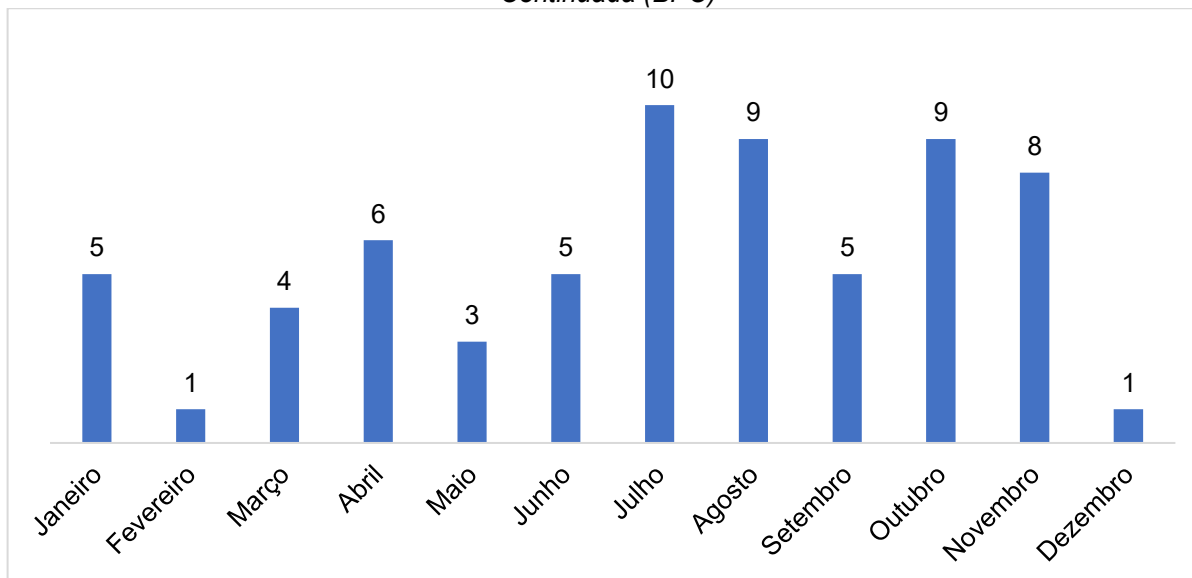
A Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), estabelece em seu artigo 20, o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esse benefício garante o pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas idosas, com 65 anos ou mais, e a pessoas com deficiência de qualquer idade, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência nem de tê-la garantida por sua família.

Para ter acesso ao BPC, não é necessário ter contribuído para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas é obrigatória a inscrição no CadÚnico. Diferente dos benefícios previdenciários, o BPC não inclui o pagamento de 13º salário nem gera direito à pensão por morte.

Em 2024, foram encaminhados ao todo 66 indivíduos para acesso ao BPC, sendo 10 pessoas no mês de julho o maior quantitativo registrado e nos meses de fevereiro e dezembro houve o encaminhamento de 1 pessoa, em cada mês.



GRÁFICO 21: Número de indivíduos encaminhados para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)

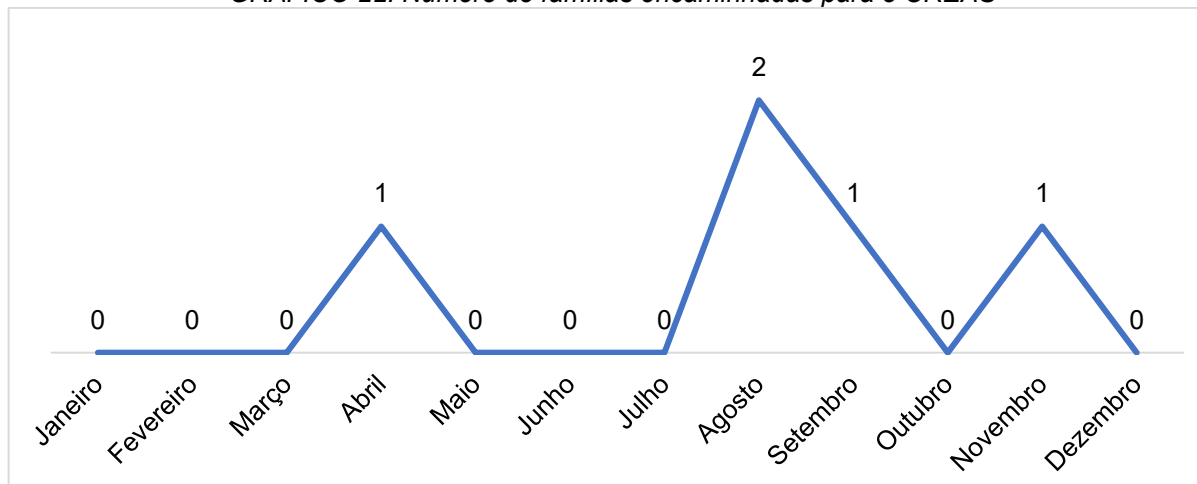


Fonte: RMA, 2024.

11.3.3.2.4. Famílias encaminhadas para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

A equipe do CRAS de Andaraí encaminhou 5 pessoas para serem atendidas no CREAS. Houve encaminhamentos nos meses de abril, agosto, setembro e novembro de 2024. Apesar de ser um quantitativo baixo, indica que a referência para a Proteção Social Especial é realizada pela equipe da Proteção Social Básica quando há necessidade.

GRÁFICO 22: Número de famílias encaminhadas para o CREAS



Fonte: RMA, 2024.

11.3.3.2.5. Benefícios eventuais

Os benefícios eventuais são provisões suplementares e temporárias ofertadas no âmbito da Política de Assistência Social, com o objetivo de atender situações de vulnerabilidade temporária ou de emergência vivenciadas por indivíduos e famílias. Previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e regulamentados por normativas municipais, esses benefícios podem ser concedidos, por exemplo, em casos de nascimento, morte, situações de calamidade pública ou dificuldades decorrentes de perdas materiais e/ou de renda. Sua concessão não está condicionada à contribuição previdenciária, mas sim à avaliação socioassistencial realizada pelas equipes dos serviços, sendo um importante instrumento para a proteção social de cidadãos em contextos de fragilidade momentânea.

Observa-se que houve maior quantitativo de “outros benefícios” concedidos/entregues em 2024 na comparação com os auxílios-natalidade e auxílios-funeral.

Foram concedidos/entregues 8.445 “outros benefícios”, cuja média foi de 704; 17 auxílios-funeral, com média de 1 e 7 auxílios-natalidade, cuja média correspondeu a 0,6, como pode ser observado na tabela a seguir.

TABELA 42: Benefícios eventuais concedidos/entregues

Mês	Auxílio-natalidade	Auxílio-funeral	Outros benefícios eventuais	Total Geral
Janeiro	0	1	686	687
Fevereiro	5	1	611	617
Março	2	1	696	699
Abril	0	2	566	569
Maio	0	2	539	541
Junho	0	2	1.393	1.395
Julho	0	2	602	604
Agosto	0	1	544	545
Setembro	0	0	463	463
Outubro	0	1	579	580
Novembro	0	3	447	450
Dezembro	0	1	1.319	1.320
Total Geral	7	17	8.445	8.469
Média	0,6	1	704	706

Fonte: RMA, 2024.

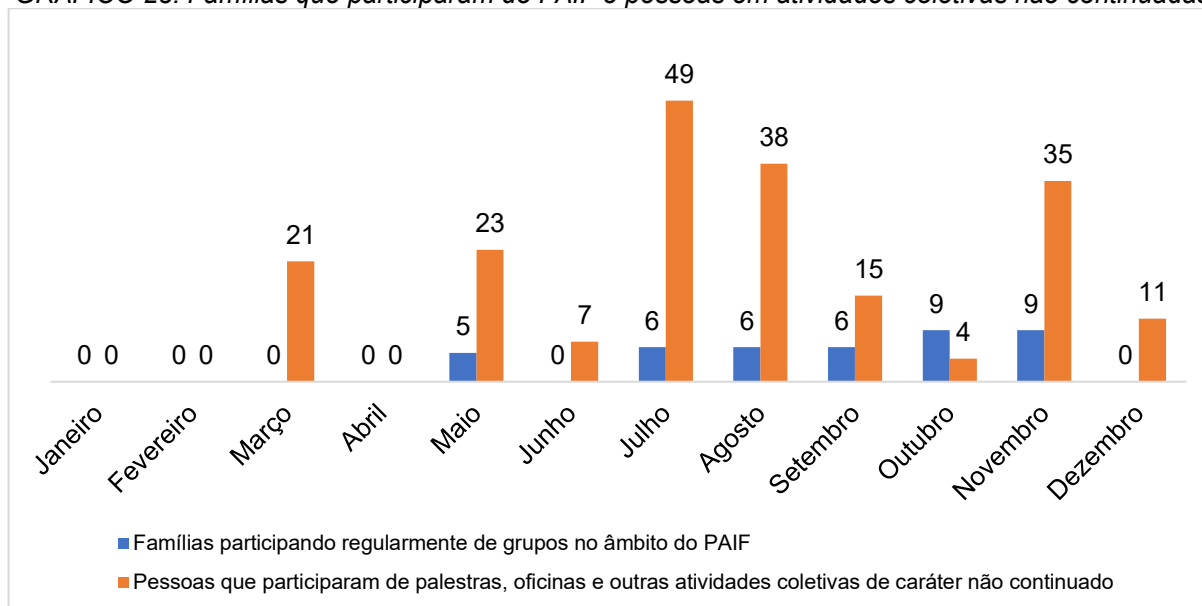
11.3.3.3. Atendimentos coletivos

11.3.3.3.1. Famílias participando regularmente de grupos do PAIF e pessoas em atividades não continuadas

Os grupos do PAIF são atividades coletivas de caráter continuado, ou seja, as famílias são acompanhadas todos os meses pela equipe do CRAS. Em 2024, foram acompanhadas ao todo 41 famílias, em média 3 por mês.

As atividades coletivas que são pontuais referem-se a palestras e oficinas, por exemplo. Ao todo, 203 pessoas participaram de atividades de caráter não continuado, cuja média foi de 17 pessoas por mês.

GRÁFICO 23: Famílias que participaram do PAIF e pessoas em atividades coletivas não continuadas



Fonte: RMA, 2024.

11.3.3.3.2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

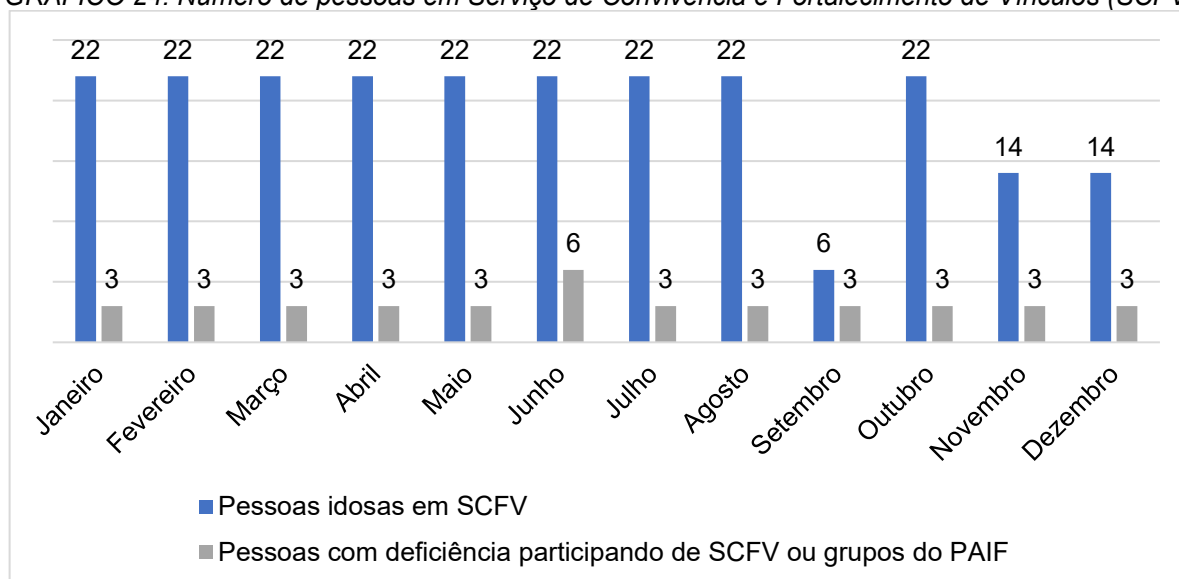
O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço da Proteção Social Básica (PSB), oferecido de forma complementar ao trabalho social realizado com as famílias por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Desenvolvido em grupos, organizados por faixa etária, o SCFV

promove atividades artísticas, culturais, esportivas, de lazer, entre outras, com foco no fortalecimento das relações familiares e comunitárias. Com caráter preventivo, protetivo e proativo, o serviço busca enfrentar situações de vulnerabilidade e risco social que possam comprometer os vínculos afetivos e sociais. Além disso, o SCFV contribui para a garantia das seguranças socioassistenciais de acolhida e de convivência familiar e comunitária, estimulando a autonomia dos participantes e promovendo o desenvolvimento de competências pessoais e relacionais.

No gráfico a seguir está a representação da frequência das pessoas idosas no SCFV, cuja média foi de 19 pessoas por mês. As pessoas com deficiência que participam de SCFV ou de grupos do PAIF tiveram a média anual de 23 pessoas atendidas nesses serviços em 2024.

Importante destacar que o SCFV é ofertado tanto pelo CRAS quanto por entidades socioassistenciais, quais sejam: o Projeto Esperança, que atende crianças e adolescentes o Centro de Convivência do Idoso, que atende pessoas idosas.

GRÁFICO 24: Número de pessoas em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)



Fonte: RMA, 2024.

11.3.4. Proteção Social Especial de Média Complexidade

A Proteção Social Especial compõe-se dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços

Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos, no município de Andaraí:

I – Proteção Social Especial de Média complexidade:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

b) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;

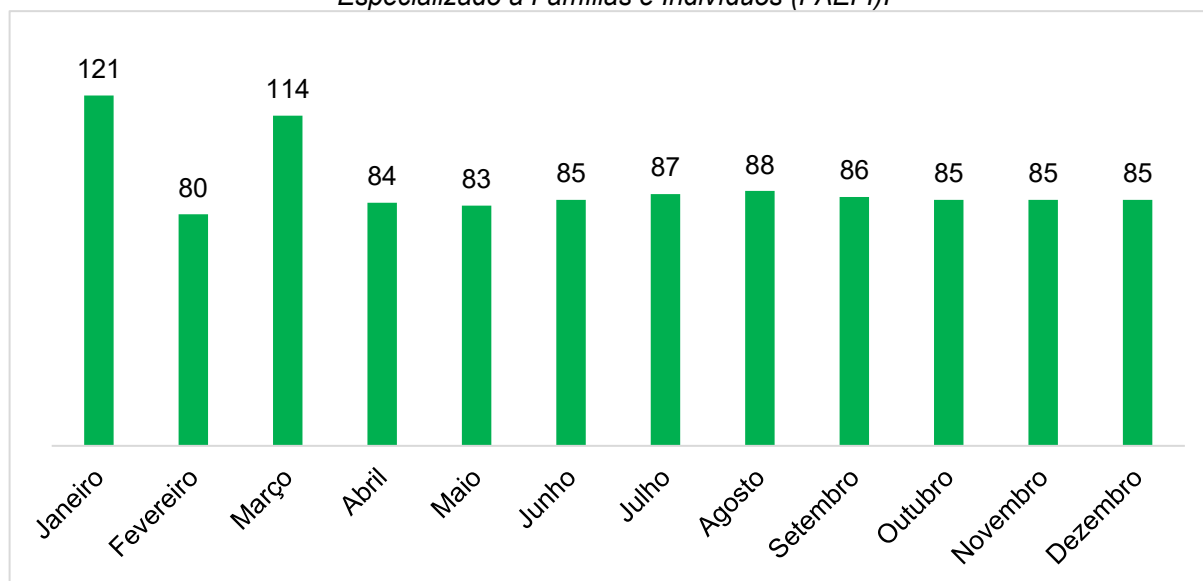
c) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

11.3.4.1. Volume de famílias em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

Em 2024, a equipe do CREAS realizou o acompanhamento pelo PAEFI a média de 90 famílias. Em janeiro houve o maior quantitativo, totalizando 121 famílias acompanhadas e no mês de fevereiro o menor número, somando 80 famílias.

Houve a inserção de 22 novos casos inseridos no acompanhamento pelo PAEFI: 4 em fevereiro; 3 nos meses de janeiro, abril, junho, julho e setembro; 2 no mês de março e 1 em agosto.

GRÁFICO 25: Número de famílias em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)



Fonte: RMA, 2024.

11.3.4.1.1. Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI

As famílias inseridas no acompanhamento pelo PAEFI foram: 17 famílias beneficiárias do PBF, 3 famílias com membros beneficiários do BPC, 5 famílias cuja situação de violação de direitos estava associada ao uso de substâncias psicoativas e 10 famílias de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas.

TABELA 43: Novos casos inseridos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

Mês	Famílias beneficiárias do PBF	Famílias com membros beneficiários BPC	Famílias cuja situação de violência/violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	Famílias com adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto
Janeiro	3	0	0	2
Fevereiro	2	0	0	3
Março	2	0	2	0
Abril	3	0	0	0
Maio	0	0	0	0
Junho	3	0	3	2
Julho	1	2	0	1
Agosto	1	1	0	0
Setembro	2	0	0	2
Outubro	0	0	0	0
Novembro	0	0	0	0
Dezembro	0	0	0	0
Total Geral	17	3	5	10
Média	1,4	0,3	0,4	0,8

Fonte: RMA, 2024.

11.3.4.1.2. Pessoas vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no PAEFI

Ao todo, foram inseridas no acompanhamento pelo PAEFI 23 pessoas vítimas de violência ou violações de direitos: 13 crianças de 0 a 12 anos, 3 adolescentes de 13 a 17 anos, 6 pessoas de 18 a 59 anos e 1 pessoa idosa.

Na tabela a seguir é possível observar que a maioria das pessoas inseridas no PAEFI que foram vítimas de violência ou violação de direitos eram do sexo feminino. A maioria do sexo masculino tinha entre 0 e 12 anos.

TABELA 44: Pessoas com direitos violados que ingressaram no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

Mês	Total	De 0 a 12 anos		De 13 a 17 anos		De 18 a 59 anos		60 anos ou mais	
		Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.
Janeiro	6	3	3	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Março	3	-	2	-	-	1	-	-	-
Abril	3	1	-	-	-	-	1	-	1
Maio	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Junho	4	-	-	1	2	-	1	-	-
Julho	3	1	-	-	-	-	2	-	-
Agosto	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Setembro	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Outubro	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Novembro	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Dezembro	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	23	8	5	1	2	2	4	0	1
Média	2	1	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: RMA, 2024.

11.3.4.2. Atendimentos realizados no CREAS

A equipe do CREAS realizou, ao todo, 1.236 atendimentos individualizados, 177 visitas domiciliares e 5 atendimentos em grupo. Houve ainda a contrarreferência de 5 pessoas encaminhadas para o CRAS, ou seja, apesar de ser um número pequeno, há a articulação com a Proteção Social Básica quando necessário.

TABELA 45: Atendimentos realizados no Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Mês	Total de atendimentos individualizados	Total de atendimentos em grupo	Famílias encaminhadas para o CRAS	Visitas domiciliares
Janeiro	51	0	0	20
Fevereiro	105	0	1	14
Março	256	0	0	17
Abril	89	0	1	19
Maio	85	0	0	12
Junho	93	0	1	15
Julho	79	0	0	8
Agosto	42	0	0	5
Setembro	193	1	1	28
Outubro	136	0	1	19
Novembro	36	2	0	10
Dezembro	71	2	0	10
Total Geral	1.236	5	5	177
Média	103	0,4	0,4	15

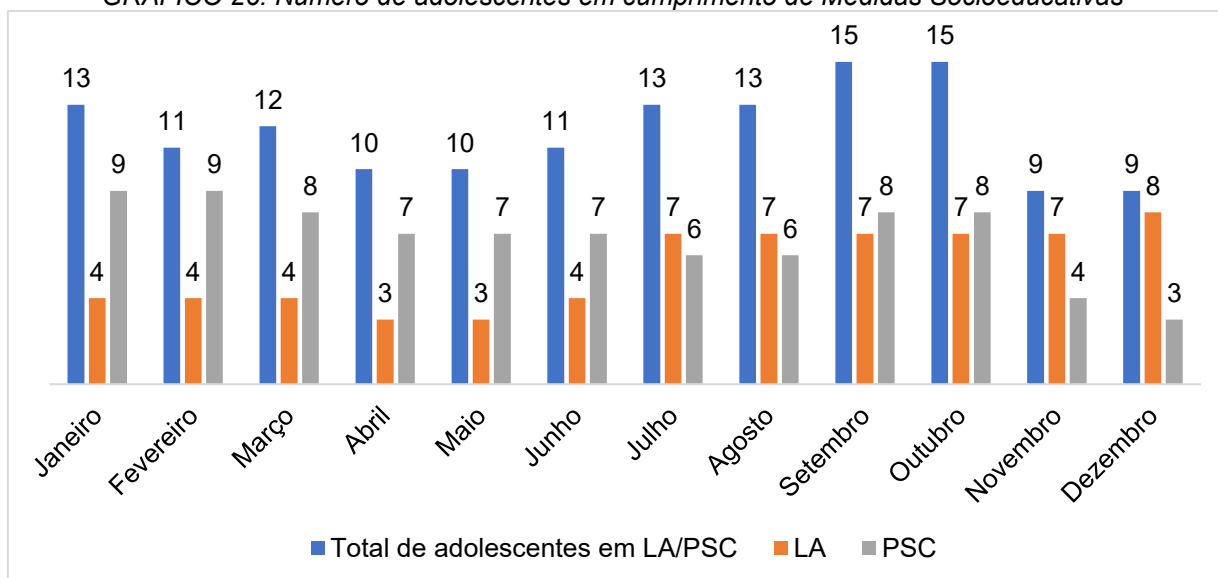
Fonte: RMA, 2024.

11.3.4.3. Serviço de Proteção Social a Adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa

Em 2024, foram atendidos, em média, 12 adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas: 5 em cumprimento de Liberdade Assistida e 7 em Prestação de Serviços à Comunidade.

O maior quantitativo foi registrado nos meses de setembro e outubro, cujo total foi de 15 adolescentes em Medidas Socioeducativas atendidos pela equipe do CREAS.

GRÁFICO 26: Número de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas



Fonte: RMA, 2024.

11.3.5. Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Conforme a Lei n.º 3.020, de 19 de dezembro de 2017, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade está organizada em;

- Serviço de Acolhimento institucional;
- Serviço de Acolhimento em República.

Atualmente, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade oferta os seguintes serviços:



- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Casa Lar;
- Serviço de Acolhimento Institucional para idosos – Lar dos Velhinhos Dona Aracy Barbosa.

Os dados dos atendimentos realizados por esses serviços foram coletados por meio da aplicação de questionário semiestruturado, cujas análises serão apresentadas no capítulo seguinte.

12. DADOS PRIMÁRIOS

A elaboração de um Diagnóstico Socioterritorial requer o envolvimento ativo de toda a Rede Socioassistencial do município. Esse processo colaborativo é fundamental para coletar informações mais qualificadas sobre a demanda existente, o perfil do público atendido e a percepção dos trabalhadores e gestores sobre o funcionamento e a articulação dos serviços.

Além do uso de dados secundários, como aqueles disponíveis em bases oficiais, é essencial realizar a coleta de dados primários, que permitam captar aspectos subjetivos e realidades locais que, muitas vezes, não estão visíveis nos sistemas oficiais, contribuindo para um diagnóstico mais completo, sensível e alinhado às especificidades do território. Desse modo, foram elaborados instrumentos de pesquisa no formato questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, para a coleta de dados primários quantitativos e qualitativos.

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável (Lakatos; Marconi, 2003, p. 201)

A Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial (SER DHE) juntamente com a Comissão de monitoramento do diagnóstico decidiram contemplar três tipos de instituições para a coleta de dados:

- a) Conselho Tutelar;
- b) Entidades de assistência social;
- c) Secretarias municipais.

A SER DHE encaminhou os modelos de questionários específicos para cada tipo de instituição para avaliação, sugestão de ajustes e posterior aprovação pela comissão do diagnóstico.

Após a aprovação dos questionários, a SER DHE entrou em contato por telefone com os representantes das entidades de assistência social e das secretarias municipais listadas pela comissão.

Para a coleta de dados dos atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar foi solicitado por meio de ofício, enviado no dia 02 de junho de 2025, os Relatórios Trimestrais de Atendimentos do ano de 2024. O objetivo era levantar os dados referentes às violações de direitos de crianças e adolescentes do Município de Andirá.

A finalidade do contato por telefone foi apresentar a equipe da SER DHE, os objetivos do diagnóstico e da pesquisa (aplicação do questionário), informando o prazo para a devolutiva. Desse modo, entre os dias 27 e 29 de maio de 2025 a SER DHE realizou o contato com os representantes, confirmando os endereços de e-mail para os quais foram enviados os respectivos questionários e o ofício² (APÊNDICES I, II e III). Os questionários respondidos foram enviados até o dia 03 de julho de 2025.

Os dados dos questionários serão apresentados conforme o tipo de instituição, organizados da seguinte forma: a) rede socioassistencial; b) secretarias (intersetorialidade) e c) Conselho Tutelar.

12.1. Rede Socioassistencial

12.1.1. Perfil da Rede Socioassistencial

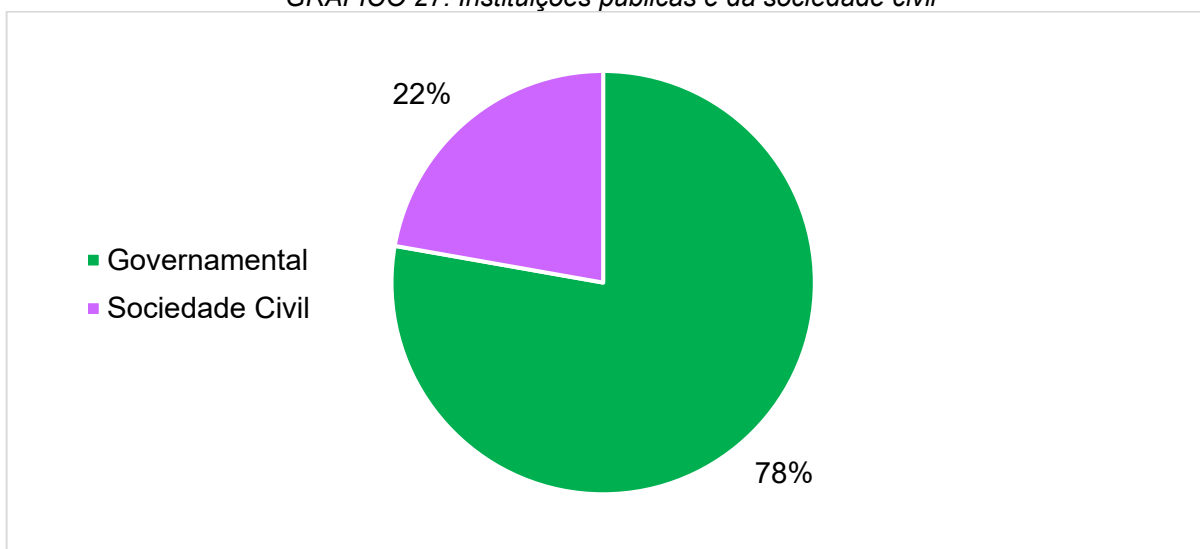
A Rede Socioassistencial do Município de Andirá oferta os três níveis de proteção social (básica, especial de média complexidade e especial de alta complexidade).

Está estruturada em instituições públicas (governamentais) e entidades socioassistenciais (sociedade civil), sendo que 78% são governamentais e 22% são instituições da sociedade civil.

² A SER DHE agradece a participação de todos na pesquisa para este diagnóstico.



GRÁFICO 27: Instituições públicas e da sociedade civil



Fonte: Questionários para a rede socioassistencial, 2025.

TABELA 46: Equipamentos públicos e entidades socioassistenciais que compõem a Rede Socioassistencial

Instituição	Representação
Proteção Social Básica	
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Governamental
Projeto Esperança – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes	Governamental
Centro de Convivência dos Idosos (CCI) – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas	Governamental
Programa Criança Feliz	Governamental
Proteção Social Especial de Média Complexidade	
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Governamental
APAE – Escola de Educação Especial Raio de Luz	Sociedade Civil
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Governamental
Casa Lar – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	Governamental
Lar dos Velhinhos Dona Aracy Barbosa – Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas	Sociedade Civil

Fonte: Questionários para a rede socioassistencial, 2025.

No mapa a seguir está a representação da localização das instituições governamentais e da sociedade civil que fazem parte da Rede Socioassistencial de Andaraí.



MAPA 4: Localização da Rede Socioassistencial do Município de Andirá - PR



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados por meio dos questionários, 2025.

A localização dos equipamentos públicos e das entidades socioassistenciais precisa ser estratégica para garantir o acesso da população aos serviços, programas, projetos e benefícios disponíveis.

A Rede Socioassistencial de Andirá está distribuída em vários bairros da sede (Andirá), especialmente nos bairros Jardim Vésper e Virgílio Rosário.

Importante mencionar que o Programa Criança Feliz funciona no mesmo prédio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Projeto Esperança cedeu uma sala para a equipe do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedora

TABELA 47: Endereços das instituições da Rede Socioassistencial

Instituição	Endereço
Proteção Social Básica	
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Rua Erasmão Canhoto, 195 - Jardim Vésper
Projeto Esperança - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Avenida Major Barbosa Ferraz, 2002 - Virgílio Rosário
Centro de Convivência dos Idosos (CCI) - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Avenida Major Barbosa Ferraz Junior, 1902 - Virgílio Rosário

Instituição	Endereço
Programa Criança Feliz	Rua Erasmo Canhoto, 195 - Jardim Vésper
Proteção Social Especial de Média Complexidade	
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Rua Sergipe, 150 - Centro
APAE - Escola de Educação Especial Raio de Luz	Rua Sergipe, 1000 - Jardim Monte Carlo
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Avenida Major Barbosa Ferraz Junior, 2002 - Virgílio Rosário - sala cedida no SCFV Projeto Esperança
Casa Lar - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	Avenida Major Barbosa Ferraz Junior, 2014 - Virgílio Rosário
Lar dos Velhinhos Dona Aracy Barbosa - Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos	Rua Bandeirantes, 1700 - Vila Americana

Fonte: Questionários para a rede socioassistencial, 2025.

Como mencionado anteriormente, a Rede Socioassistencial oferta serviços, programas, projetos e benefícios nos níveis de proteção social, conforme descrito na tabela a seguir.

TABELA 48: Serviços ofertados pela Rede Socioassistencial

Instituição	Serviço ofertado
Proteção Social Básica	
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	PAIF (acolhida, atendimento particularizado, atendimento coletivo, encaminhamentos, visitas domiciliares, etc.) e Serviço de Domicílio a pessoa idosa e com deficiência.
Projeto Esperança	Dança, judô, música, artesanato, jardinagem, Educação física e criação.
Centro de Convivência dos Idosos CCI	Aqui é ofertado café da manhã, almoço e café da tarde. Eles jogam bingo, baralho, fazem crochê e tem baile e hidroginástica.
Programa Criança Feliz	O Programa Criança Feliz é um programa que atende gestantes e famílias com crianças de 0 a 3 anos e de 03 a 06 anos beneficiárias do BPC, realizando visitas domiciliares, orientando sobre cuidados, saúde e fortalecendo o vínculo familiar.
Proteção Social Especial de Média Complexidade	
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. A unidade deve, obrigatoriamente, ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). É unidade de oferta ainda do serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto; Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município. Também são atendidos famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras.

Instituição	Serviço ofertado
Escola de Educação Especial Raio de Luz - APAE	Ofertados serviços nas áreas de Assistência Social, Educação, Saúde, Prevenção, Trabalho, Profissionalização, Defesa e Garantia de Direitos, Esporte, Cultura, Lazer, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos com duração indeterminada.
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	
Casa Lar	Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.
Lar dos Velhinhos Dona Aracy Barbosa	Oferecemos um acolhimento residencial, assistência básica a saúde, cuidados pessoais, atividade social e recreação, suporte psicossocial, serviços especializados como cuidados paliativos.

Fonte: Questionários para a rede socioassistencial, 2025.

12.1.2. Público atendido pela Rede Socioassistencial

A Rede Socioassistencial do Município de Andirá – PR atende todas as faixas etárias (ciclos de vida): desde crianças até pessoas idosas.

Do total de 9 instituições, 6 realizam o atendimento de crianças de 0 a 11 anos; 5 atendem os públicos de adolescentes de 12 a 17 anos e de pessoas idosas (60 anos ou mais); e 3 instituições realizam o atendimento de jovens de 18 a 21 anos e de adultos entre 22 e 59 anos, conforme consta na tabela a seguir.

TABELA 49: Faixas etárias atendidas em cada instituição da Rede Socioassistencial

Faixa etária	Instituições	Total
Crianças de 0 a 11 anos	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Esperança³; Programa Criança Feliz; <ul style="list-style-type: none"> CREAS; APAE; Casa Lar; Família Acolhedora. 	6
Adolescentes de 12 a 17 anos	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Esperança; CREAS; APAE; Casa Lar; Famílias Acolhedora. 	5
Pessoas idosas (60 anos ou mais)	<ul style="list-style-type: none"> CRAS; Centro de Convivência dos Idosos; <ul style="list-style-type: none"> CREAS; APAE; Lar dos Velhinhos Dona Aracy Barbosa. 	5
Jovens de 18 a 21 anos	<ul style="list-style-type: none"> CRAS; CREAS; 	3

³ O Projeto Esperança atende crianças a partir de 06 anos.



Faixa etária	Instituições	Total
	<ul style="list-style-type: none"> • APAE. 	
Adultos de 22 a 59 anos	<ul style="list-style-type: none"> • CRAS; • CREAS; • APAE. 	3

Fonte: Questionários para a rede socioassistencial, 2025.

Para compreender qual o perfil do público atendido pela Rede Socioassistencial foi solicitado que as instituições apresentassem o quantitativo de pessoas atendidas em 2024, especificados por faixa etária e sexo.

Do total de 9 instituições, 3 não apresentaram essas informações pois não têm acesso aos dados do ano anterior (2024): CRAS, Programa Criança Feliz e o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora⁴.

Para esclarecimento, foram pedidos os dados de 2024 para a pesquisa por se tratar do ano anterior mais recente cujos dados referentes aos meses de janeiro a dezembro estariam completos para que fosse possível identificar padrões e quais os públicos que são mais atendidos pela Rede.

As crianças, adolescentes e pessoas idosas são os principais públicos atendidos pelas instituições socioassistenciais do município, como é possível observar na tabela a seguir, organizada em ordem decrescente (do maior para o menor) de acordo com o total de pessoas em cada faixa etária.

TABELA 50: Público atendido por faixa etária e sexo

Faixa etária	Feminino	Masculino	Total
Crianças de 0 a 11 anos	78	90	168
Pessoas idosas (60+)	81	58	139
Adolescentes de 12 a 17 anos	68	55	123
Adultos de 22 a 59 anos	28	15	43
Jovens de 18 a 21 anos	3	3	6
Total Geral	258	221	479
Média	43	37	80

Fonte: Questionários para a rede socioassistencial, 2025.

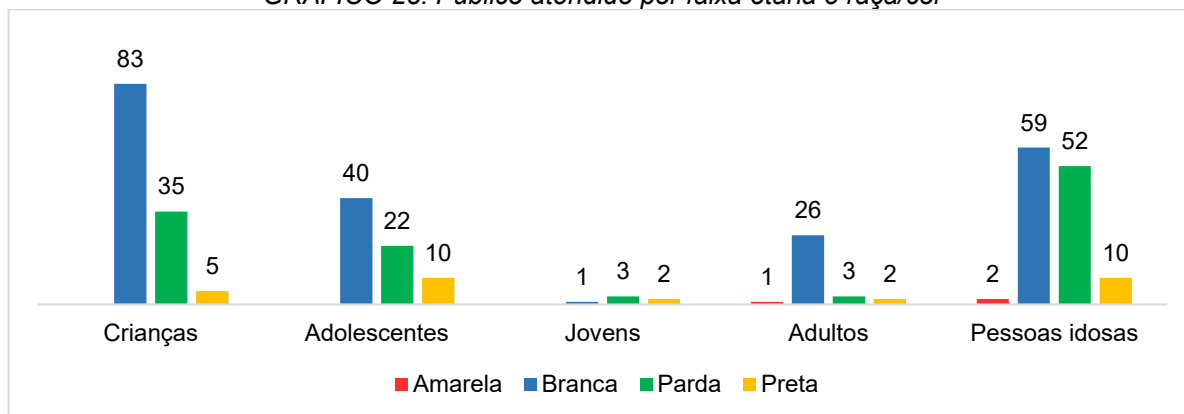
Do total de 9 instituições, 4 não possuem acesso ou coletam dados sobre a raça/cor do público atendido em 2024, que são: CRAS, Programa Criança Feliz, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e o CREAS. A equipe do CREAS informou que iniciaram esse levantamento a partir do mês de julho de 2025.

⁴ O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora está em fase de implementação no município, por esse motivo não disponibiliza de dados de atendimentos de 2024.



Como pode ser observado no gráfico a seguir, a maioria do público atendido era composta por pessoas da raça/cor branca. Apenas entre os jovens, a maioria era da raça/cor parda. Não houve atendimento de pessoas indígenas em 2024.

GRÁFICO 28: Público atendido por faixa etária e raça/cor

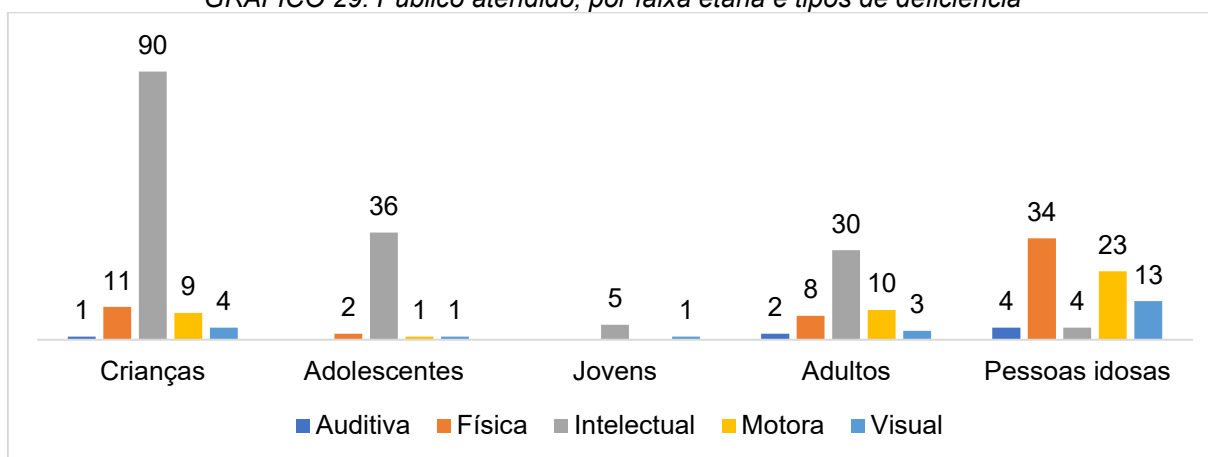


Fonte: Questionários para a rede socioassistencial, 2025.

Outra característica importante a ser identificada no público atendido pela Rede Socioassistencial diz respeito à deficiência, pois a partir desse levantamento é possível planejar de forma mais assertiva e acessível as ações desenvolvidas pelas instituições, seja na adaptação da estrutura física, seja para a capacitação das equipes de profissionais que realizam o atendimento direto ao público.

Como pode ser observado no gráfico a seguir, entre as crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas há predominância de pessoas com deficiência intelectual. No grupo das pessoas idosas, há prevalência de pessoas com deficiência física e motora.

GRÁFICO 29: Público atendido, por faixa etária e tipos de deficiência



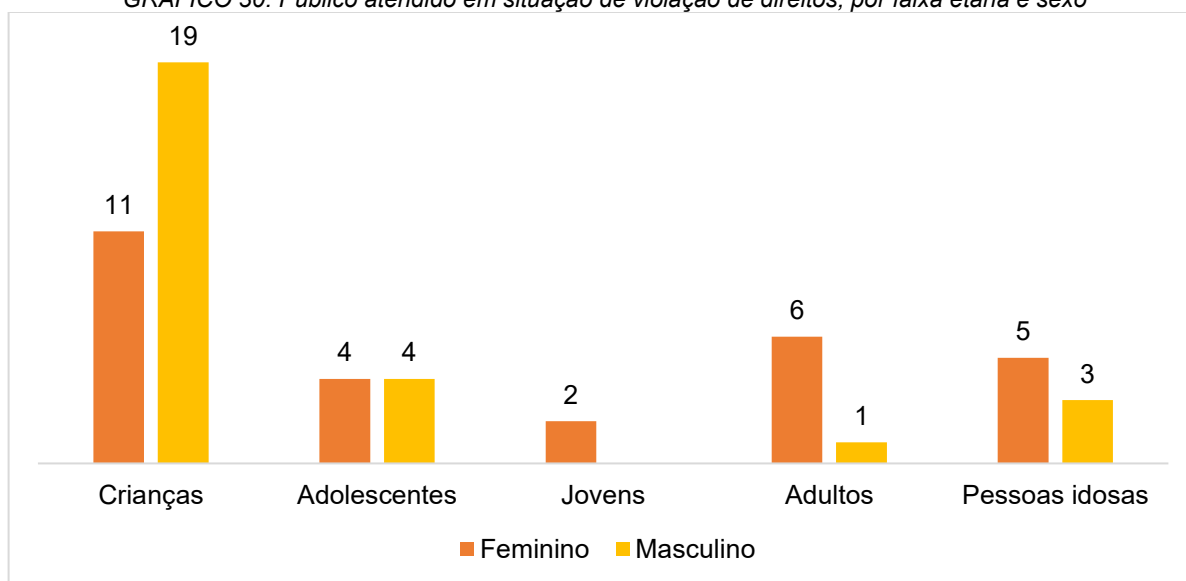
Fonte: Questionários para a rede socioassistencial, 2025.

12.1.2.1. Público atendido em situação de violações de direitos

A violação de direitos pode ser compreendida como a negação das condições mínimas para uma vida digna, sendo composta por práticas estruturais de exclusão, negligência e violência. Essas violações não ocorrem apenas como agressões físicas ou diretas, mas podem ser praticadas de forma simbólica e institucional contra grupos socialmente mais vulneráveis, como crianças, mulheres, pessoas idosas e com deficiência (Minayo, 2006).

As crianças de 0 a 6 anos do sexo masculino foram as principais vítimas de violações de direitos atendidas pela Rede Socioassistencial em 2024. A situação se inverte quando observamos os quantitativos relacionados às jovens, adultas e pessoas idosas que, em sua maioria, são do sexo feminino.

GRÁFICO 30: Público atendido em situação de violação de direitos, por faixa etária e sexo



Fonte: Questionários para a rede socioassistencial, 2025.

Para auxiliar o preenchimento do questionário foi disponibilizada uma legenda com os conceitos de alguns tipos de violações de direitos, conforme disponível a seguir:

- **Abandono/negligência:** ausência ou omissão dos responsáveis em prover necessidades básicas e/ou proteção.
- **Autores de ato infracional:** adolescente que pratica conduta descrita como crime ou contravenção penal.



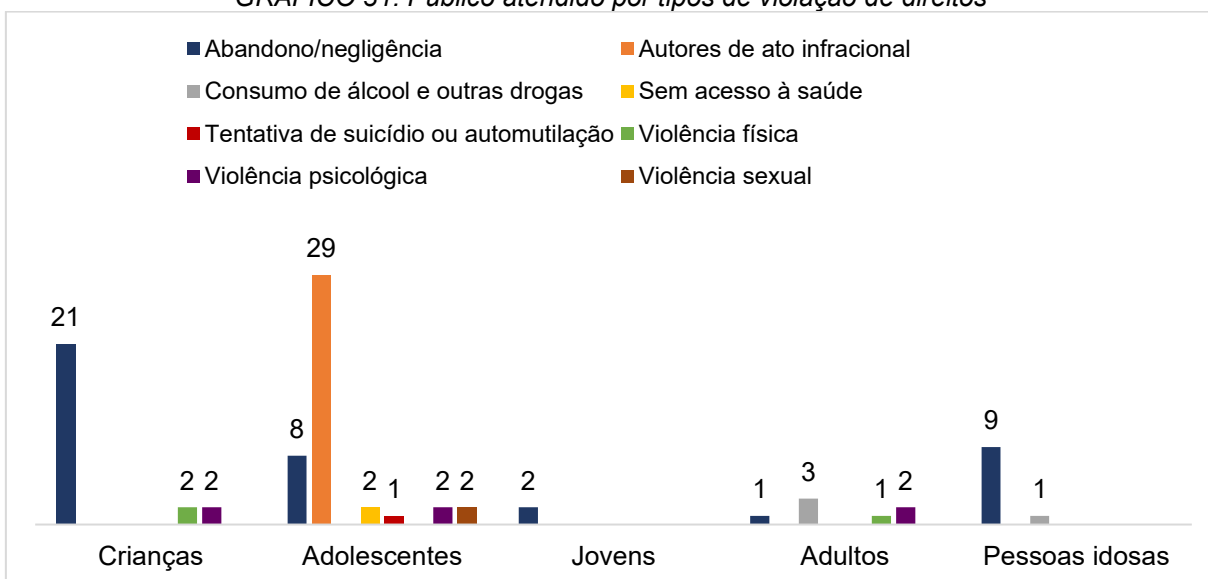
- **Consumo ou dependência de álcool e outras drogas:** transtorno caracterizado pelo consumo compulsivo de uma substância, apesar de ser prejudicial.
- **Crianças e adolescentes sem acesso à escola:** falta de vagas, abandono ou evasão escolar.
- **Existência de barreiras para educação inclusiva:** obstáculos que dificultam a participação de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem.
- **Tentativa de suicídio ou automutilação:** ato intencional de automutilação (com faca, aparelho de barbear, caco de vidro, etc.) ou outras formas de causar dano a si com ou sem intenção de morte.
- **Trabalho Infantil:** trabalho realizado por crianças ou adolescentes abaixo da idade mínima permitida. (aos adolescentes com idade mínima de 14 anos é permitido trabalhar como aprendiz, desde que esteja frequentando a escola)
- **Violência física:** qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal.
- **Violência psicológica:** qualquer conduta que cause danos emocionais, diminuição da autoestima ou que vise controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, etc.)
- **Violência sexual:** conduta que constranja a criança ou adolescente a presenciar, manter ou participar de relações sexuais não desejadas, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força).
- **Outra violação de direitos:** outro tipo de violação que não se enquadre nas descritas anteriormente.

No gráfico a seguir é possível observar que o maior quantitativo se referiu aos adolescentes autores de ato infracional, somando 29 pessoas entre 12 e 17 anos. Aqui cabe uma reflexão: os adolescentes autores de atos infracionais sofreram violações de direitos intrafamiliar e institucional antes de cometerem os atos infracionais.

Esse quantitativo apareceu no levantamento de dados apenas quando os olhares das equipes técnicas foram orientados para essa característica. Na questão anterior, esses adolescentes não foram contabilizados.

O abandono/negligência foi a principal violação de direitos que atingiram crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas, ou seja, os grupos sociais mais vulneráveis. Entre os adultos, o consumo de álcool e outras drogas obteve maior número de registros.

GRÁFICO 31: Público atendido por tipos de violação de direitos



Fonte: Questionários para a rede socioassistencial, 2025.

Sobre as pessoas com direitos violados atendidas em 2024, foi solicitado que as instituições indicassem quantas foram encaminhadas para outros órgãos e/ou entidades.

A rede de saúde foi a mais acionada em 2024, com o total de 38 pessoas encaminhadas para atendimento. Dentro da Rede Socioassistencial, o CRAS foi o equipamento para onde foram encaminhadas 10 pessoas com direitos violados.

Outras pessoas atendidas foram encaminhadas para o Conselho Tutelar, a Prefeitura Municipal e o órgão para internação compulsória.

TABELA 51: Encaminhamentos para outras instituições

Instituição	Crianças	Adolescentes	Jovens	Adultos	Pessoas idosas	Total
Rede de Saúde	2	13	-	19	4	38
CRAS	2	-	3	5	-	10
Conselho Tutelar	2	-	-	-	-	2
Prefeitura Municipal	-	-	-	2	-	2
Internação compulsória	-	1	-	-	-	1
Total	6	14	3	26	4	53

Fonte: Questionários para a rede socioassistencial, 2025.

12.1.3. Avaliação da Rede Socioassistencial

Foi solicitado às instituições que avaliassem a Rede Socioassistencial, primeiramente indicando três pontos positivos e três pontos que precisam melhorar e, para finalizar, as instituições avaliariam, em uma escala de ótima a péssima, como está a Rede atualmente.

Pontos Positivos:

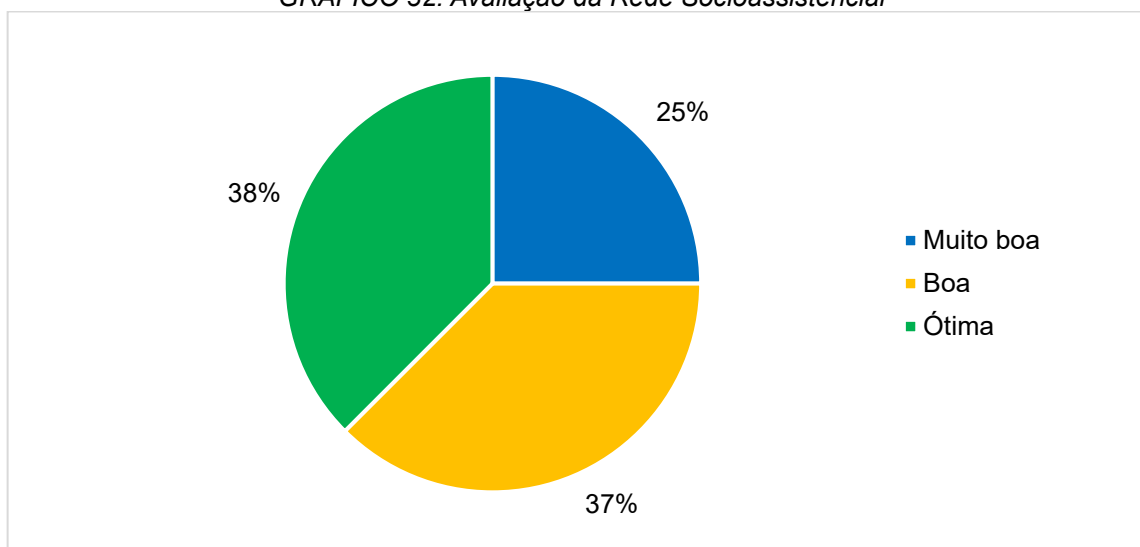
- ☑ Oferta de serviços, programas, projetos e benefícios nos níveis de proteção social;
- ☑ Articulação das instituições da Rede Socioassistencial;
- ☑ Intersetorialidade com a Rede Municipal de Saúde.

Pontos que precisam melhorar:

- Equipes reduzidas (falta de Recursos Humanos);
- Capacitação continuada para todos os profissionais da Rede Socioassistencial (governamental e da sociedade civil);
- Fortalecer a intersetorialidade (comunicação com outras políticas públicas).

A Rede Socioassistencial é considerada ótima para 38% das instituições, enquanto 37% a avaliam como boa e 25% consideram a Rede muito boa. Não houve avaliações regular e péssima.

GRÁFICO 32: Avaliação da Rede Socioassistencial



Fonte: Questionários para a rede socioassistencial, 2025.

12.2. Intersetorialidade

A intersetorialidade é a articulação de órgãos e entidades com diferentes conhecimentos e recursos, visando a complementariedade das ações e a busca por soluções de problemas de forma conjunta.

O questionário elaborado para as secretarias municipais de Andirá objetivou coletar dados qualitativos sobre a articulação com a Política de Assistência Social gerida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante.

Na tabela a seguir estão os endereços das secretarias municipais. Observa-se que a localização da maioria das secretarias está em um único prédio, o que facilita a comunicação e possibilita a realização de reuniões presenciais ampliadas entre os gestores e as equipes técnicas das políticas públicas.

TABELA 52: Localização das secretarias municipais de Andirá - PR

Secretaria	Endereço
Secretaria de Administração e Planejamento	Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - Jardim Vésper
Secretaria Municipal de Finanças	Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - Jardim Vésper
Secretaria Municipal da Saúde	Avenida Cezário Castilho, 1533 - Jardim Novo Horizonte
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Centro de Eventos Comendador Guido Veltrini, s/n - Estrada para Ponte Nova
Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação	Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - Jardim Vésper
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Inovação	Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - Jardim Vésper
Secretaria Municipal de Educação	Rua Sergipe, 995 - Jardim do Lago
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Rua Tibagi, 300 - 370
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - Jardim Vésper
Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos	Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - Jardim Vésper

Fonte: Questionários para as secretarias municipais, 2025.

A Lei Orgânica de Assistência Social propõe um conjunto integrado de ações e iniciativas do governo e da sociedade civil para garantir proteção social para quem dela necessitar. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem.



Por esse motivo, uma das perguntas para as secretarias municipais referiu-se a quais ações, programas, projetos e/ou benefícios que disponibilizam para atender pessoas e/ou famílias que estão em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Na tabela a seguir apresenta-se as respostas de cada uma das secretarias. Importante observar que as ações envolvem acesso à educação, cultura, esporte, lazer, saúde e disponibilidade de recursos para que as políticas públicas sejam executadas.

TABELA 53: Ações, programas, projetos e/ou benefícios destinados às pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade social

Secretaria	Ações, programas, projetos e/ou benefícios
Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação	Projeto Musicou, Biblioteca, Museu de História Natural, Casa da Memória, Banda Musical, Capoeira, Dança, Artes plásticas
Secretaria Municipal de Educação	Não temos nenhum projeto em conjunto com a Secretaria de Assistência Social, somente o Programa Bolsa Família. Na secretaria de Educação há parcerias para o Programa de Alimentação Escolar.
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	A secretaria de obras e urbanismo não possui programas específicos voltados para pessoas em situação de vulnerabilidade, porém pode atuar em conjunto com outras secretarias para ações que beneficiam essa população.
Secretaria Municipal da Saúde	Fornecimento de Fórmulas alimentares para crianças com patologias clínicas diagnosticadas pelos pediatras da Rede de Atenção Primária de Saúde. Suplemento alimentar para idosos e acamados e em tratamento de saúde de acordo com prescrição médica. Fornecimento de fralda geriátrica. Fornecimento de medicamentos não ofertados pela RENAME, para usuários cadastrados no Cadastro Único.
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Parceria junto a Secretaria de Educação no programa de alimentação escolar, garantindo alimentação saudável para crianças de famílias vulneráveis. Continuidade das feiras do produtor, apoiando a geração de renda e empregabilidade.
Secretaria de Administração e Planejamento	Elaboração de todos os processos licitatórios necessários a atender as famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como os devidos contratos.
Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos	A secretaria municipal de viação e serviços públicos disponibiliza: <ul style="list-style-type: none"> • Isenção de determinadas taxas do setor, como a taxa de sepultamento e placa de identificação, para pessoas devidamente inscritas no cadastro único. • Instalação de equipamentos de uso coletivo em áreas de vulnerabilidade: implantação de parquinhos, bancos, placas de orientação e demais mobiliários urbanos. • Manutenção prioritária de áreas frequentadas por públicos atendidos pela assistência social: realização periódica e com prioridade das ações de roçada, poda de árvores e limpeza de espaços públicos, como Centros de Convivência (CCI), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e CREAS, por exemplo.
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Em 2024, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ofertou diversas ações e projetos abertos a toda a população, beneficiando também pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social no município. Entre as iniciativas, destaca-se a realização da Corrida de São Sebastião, um evento gratuito que promove a prática esportiva e a integração comunitária. Foram mantidas também as escolinhas esportivas nas modalidades de futebol, futsal, voleibol, judô e ginástica, todas gratuitas e acessíveis à população em geral. Os espaços de lazer do município contam com playgrounds além de brinquedos

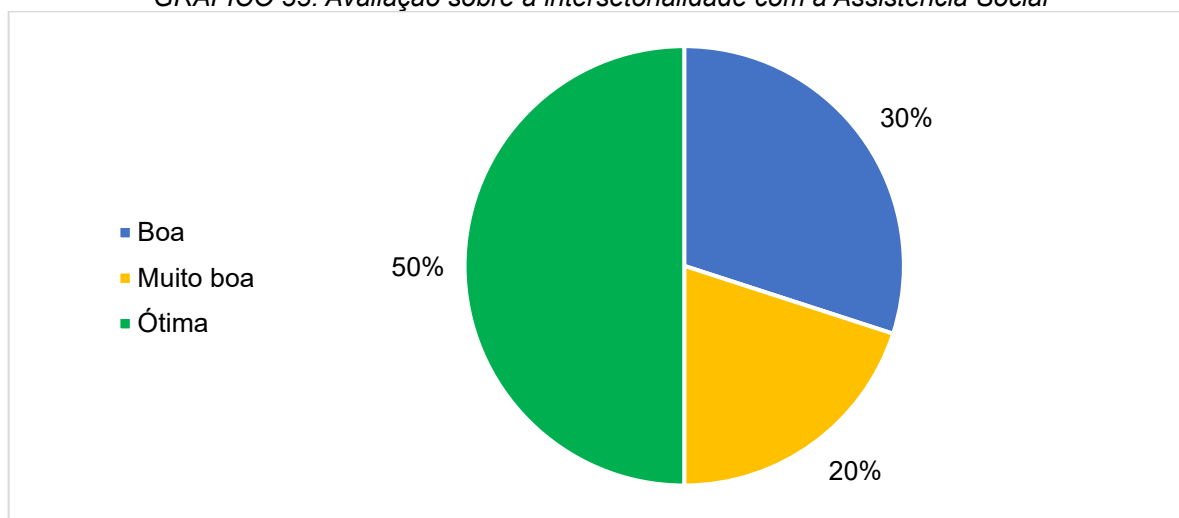


Secretaria	Ações, programas, projetos e/ou benefícios
	inclusivos, garantindo o acesso de crianças com deficiência. Ainda que não tenham foco exclusivo em públicos vulneráveis, elas contribuem diretamente para a inclusão social e para a melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade.
Secretaria Municipal de Finanças	Indiretamente a Secretaria de Finanças atende toda a população de Andirá, visto que dá o suporte financeiro as demais secretarias do município, visando às necessidades e prioridades.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Inovação	Não existe ações específicas para famílias em situação de vulnerabilidade social. Desenvolve a inclusão laboral em parceria com o CRAS.

Fonte: Questionários para as secretarias municipais, 2025.

Metade dos representantes das secretarias municipais avaliam que a intersetorialidade em Andirá é ótima; 30% consideram boa e 20% avaliam que a articulação entre as secretarias com a Política de Assistência Social é muito boa.

GRÁFICO 33: Avaliação sobre a intersetorialidade com a Assistência Social



Fonte: Questionários para as secretarias municipais, 2025.

A comunicação foi o ponto positivo mais citado sobre a intersetorialidade, além disso algumas secretarias listaram algumas ações executadas em parceria com a Assistência Social que alcançam o público-alvo dessa política pública, como oferta de capacitações, acesso a direitos culturais e sociais, acesso à saúde, manutenção de espaços públicos.



TABELA 54: Pontos positivos na articulação intersetorial

Secretaria	Pontos positivos
Secretaria de Administração e Planejamento	Comunicação. As secretarias possuem um bom relacionamento pessoal e profissional
Secretaria Municipal da Saúde	A comunicação entre as equipes multidisciplinares entre as secretarias municipais, propiciando agilidade e resolução nas demandas dos munícipes.
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Capacitação em técnicas agrícolas para pequenos produtores e famílias de baixa renda; Elaboração de fóruns/câmara/conselhos que fortalecem o diálogo entre setores e suas ações conjuntas; Promoção da empregabilidade, sustentabilidade e segurança alimentar.
Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação	O acesso a direitos culturais e sociais, o fortalecimento de vínculos comunitários, a potencialização de projetos.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Inovação	Existe um bom relacionamento embora não criamos ações conjuntas.
Secretaria Municipal de Educação	Somente o Programa Bolsa Família.
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	A parceria entre a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a Assistência Social é necessária para promover ações inclusivas e ampliar o acesso ao esporte como ferramenta de transformação social. Destacam-se como pontos fortes o uso do esporte como meio de integração social e fortalecimento de vínculos comunitários, além do apoio mútuo em eventos que estimulam a cidadania, saúde e convivência comunitária.
Secretaria Municipal de Finanças	A secretaria municipal de assistência social e educação profissional de Andaraí tem um papel central no SUAS do município, oferecendo diversos serviços e programas e benefícios que atendem famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	A intersectorialidade entre as secretarias de Obras e Urbanismo e Assistência Social pode trazer benefícios como a melhoria da qualidade de vida da população, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento urbano mais equitativo. Ex.: Programa de moradia em que exige tanto a participação de Obras e Urbanismo como da Assistência Social.
Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos	A secretaria de Viação contribui com a manutenção e conservação dos espaços frequentados por usuários da Assistência Social, isenção de taxas oferece apoio logístico a ações sociais e garante uma resposta rápida em situações emergenciais.

Fonte: Questionários para as secretarias municipais, 2025.

Entre os obstáculos citados para a articulação intersetorial está a falta de recursos humanos e financeiros para o atendimento das demandas que devem ser atendidas pelas secretarias municipais. Essa escassez gera sobrecarga para as equipes técnicas e, conseqüentemente, atraso nos encaminhamentos e devolutivas sobre casos encaminhados que precisam de ações multisetoriais.

Outro ponto em destaque refere-se à necessidade de implementação de sistema informatizado para atualização e monitoramento de dados territorializados para mapeamento mais eficaz das demandas a serem atendidas.

Uma sugestão apontada é a possibilidade de planejamento conjunto de ações e definição de fluxos de atendimento para agilizar as tomadas de decisões intersetoriais no município.

TABELA 55: Obstáculos na articulação intersetorial

Secretaria	Obstáculos
Secretaria de Administração e Planejamento	A falta de recursos humanos e financeiros.
Secretaria Municipal de Finanças	O principal obstáculo é a falta de recurso financeiro para realizar a manutenção e aprimoramento dos serviços e benefícios à população usuários da Assistência Social.
Secretaria Municipal da Saúde	Considerando a boa relação entre as equipes multidisciplinares os obstáculos que surgem no decorrer dos atendimentos das demandas são resolvidos em tempo hábil.
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	A Agricultura normalmente está mais voltada à produção e ao desenvolvimento econômico, a Assistência Social foca na proteção social. Essa diferença de foco pode gerar descompassos na hora de definir ações conjuntas; Escassez de recursos humanos e financeiros são limitações que dificultam a atuação conjunta dos setores; Descompasso entre calendários de execução, nem sempre é possível manter um cronograma que seja coincidente entre as secretarias, prejudicando assim a operacionalização conjunta.
Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação	A sobrecarga de trabalho dos profissionais e a falta de recursos financeiros e humanos dedicados à colaboração.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Inovação	Não existe obstáculos, apenas ausência de programas que exigem a cooperação entre as secretarias.
Secretaria Municipal de Educação	Não temos nenhum obstáculo.
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Entre os principais obstáculos estão a limitação de recursos humanos, que dificulta a execução de ações conjuntas em maior escala, e a necessidade de maior integração nos planejamentos e fluxos de trabalho entre as equipes técnicas das secretarias.
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	A fragmentação das políticas públicas e a falta de recursos financeiros capacitação técnica.
Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos	Falta de sistemas compatíveis ou de acesso mútuo aos dados territoriais e sociais pode comprometer o mapeamento conjunto de necessidades, dificultando a priorização de áreas e pessoas com maior vulnerabilidade. Em certas situações as devidas secretarias não deveriam trabalhar de forma isolada.

Fonte: Questionários para as secretarias municipais, 2025.

12.3. Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar informou que, devido à mudança no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), os conselheiros tutelares tiveram dificuldades

em utilizar a nova plataforma, inviabilizando o registro sistemático dos atendimentos realizados.

No entanto, em 2024, o Conselho Tutelar realizou busca ativa de alunos com infrequência escolar, a partir de informações compartilhadas pelo Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP). Os dados foram organizados por demanda com o total referente ao agrupado de fevereiro a dezembro ano de 2024, pois os registros não seguiram um padrão que pudesse ser organizado por trimestre.

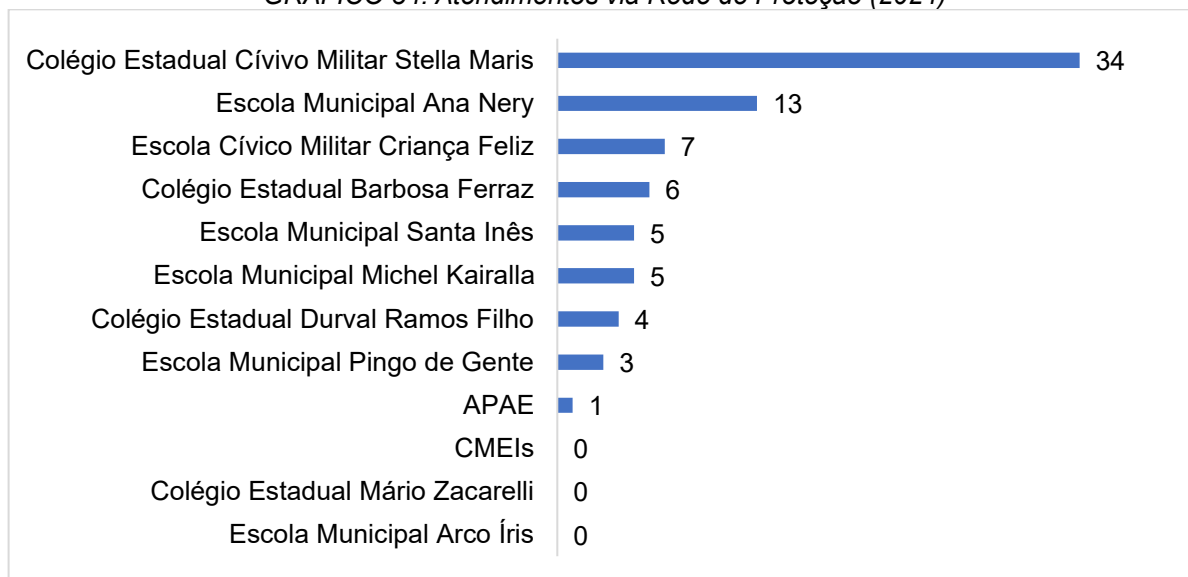
Além disso, também foi disponibilizado os atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar em articulação com a rede de proteção (escolas, unidades de saúde, CRAS, CREAS e outros serviços).

TABELA 56: Relatório anual SERP (2024)

Ação	Quantitativo
Total recebidos	273
3 vezes – Encaminhados ao Ministério Público	43 (vezes 3)
Busca ativa 1 vez – retornou	60
Busca ativa 2 vezes – retornou	40 (vezes 2)
2 buscas ativas – atingiu maioria	2 (vezes 2)

Fonte: Conselho Tutelar, 2025.

GRÁFICO 34: Atendimentos via Rede de Proteção (2024)



Fonte: Conselho Tutelar, 2025.

12.4. Considerações sobre os dados primários

A aplicação de questionários semiestruturados para as instituições da Rede Socioassistencial possibilitou identificar o perfil do público atendido em 2024 registrado nos controles internos das equipes técnicas.

A Rede Socioassistencial atende todos os públicos conforme os ciclos de vida (faixas etárias), com maior volume de atendidos entre crianças, adolescentes e pessoas idosas, público predominantemente da raça/cor branca e do sexo feminino. Entre as pessoas com deficiência, a maioria são de pessoas com deficiência intelectual, dado que indica a necessidade de capacitações continuadas das equipes técnicas para aprimorar o atendimento dessa especificidade.

Com relação às pessoas em situação de violação de direitos observou-se que a maior parte do público foi vítima de abandono/negligência, principalmente do público de crianças de 0 a 6 anos.

A Rede de Saúde é a principal interlocutora no atendimento das demandas do público atendido pela Rede Socioassistencial de Andirá. E, através dos questionários encaminhados para as secretarias municipais foi possível identificar quais ações as duas políticas públicas desenvolvem em parceria.

A falta de recursos humanos foi o principal obstáculo identificado tanto na Rede Socioassistencial quanto entre as secretarias municipais. Por esse motivo, faz-se necessário a intervenção da administração pública para o planejamento e realização de concursos públicos para a ampliação das equipes das instituições governamentais.

Além disso, é importante buscar apoios com escolas, universidades, sistema judiciário e outros municípios da região para a realização de capacitações e formações das equipes. A troca de saberes e experiências torna o serviço realizado mais qualificado, sendo uma oportunidade de conhecer novos instrumentos e técnicas que facilitem o trabalho já realizado.

A sugestão de implementação de sistema informatizado para o município, que seja acessível para as equipes técnicas de todas as políticas públicas pode gerar dados mais qualificados que deem suporte para o planejamento mais assertivo, territorializados, de forma conjunta (fortalecendo a intersetorialidade), diminuindo custos.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Andirá, segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, apresenta uma taxa de crescimento populacional anual de -0,30%, indicando uma leve retração demográfica. A composição etária da população mostra que 55% são adultos com idade entre 20 e 59 anos, 24% são crianças e adolescentes de 0 a 19 anos, e 21% são pessoas idosas com 60 anos ou mais. A população urbana é predominante, representando 96% do total. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é considerado alto, com valor de 0,725, o que aponta para avanços importantes em áreas como educação, saúde e renda.

No campo da Assistência Social, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento essencial para o planejamento e a gestão das políticas públicas voltadas à população em situação de vulnerabilidade. Em Andirá, mais de 55% das famílias inscritas no CadÚnico possuem renda mensal de até meio salário mínimo, evidenciando uma demanda potencial significativa por serviços socioassistenciais. Destacam-se os territórios de Timburi, Industrial e o Distrito de Nossa Senhora Aparecida, onde mais de 60% das famílias cadastradas se enquadram nessa faixa de baixa renda. Em 2024, o município alcançou a atualização cadastral de mais de mil famílias, o que representa um importante avanço na qualificação dos dados utilizados para o planejamento das ações da assistência social.

Essas informações, quando analisadas de forma articulada com os dados da Vigilância Socioassistencial e do CadSUAS, permitem identificar demandas específicas por território, orientar a ampliação ou readequação da oferta de serviços, e embasar decisões sobre a implementação de novos benefícios. A análise da composição das equipes, por exemplo, apontou a necessidade de readequação dos recursos humanos, com base nos parâmetros da NOB-RH/SUAS e nos dados coletados por meio de questionários aplicados junto aos trabalhadores do SUAS.

Um aspecto positivo identificado no diagnóstico é a existência de articulação entre os diferentes serviços da rede socioassistencial, com evidência de fluxo de referência e contrarreferência entre as instituições. A intersetorialidade também se mostra como um ponto forte da gestão municipal: há cooperação entre as secretarias, o que possibilita um atendimento mais completo às famílias, que muitas vezes

possuem demandas que vão além da assistência social. Nesse sentido, recomenda-se o fortalecimento do planejamento conjunto entre as políticas públicas e a definição de fluxos intersetoriais para agilizar a tomada de decisões e o encaminhamento adequado dos usuários.

O município também demonstra potencial para ampliar a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), estendendo-o a novos públicos e faixas etárias ainda não contempladas. A parceria com o Conselho Tutelar, por meio da integração ao SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência), pode contribuir significativamente para a obtenção de dados mais consistentes sobre violações de direitos de crianças e adolescentes, permitindo a territorialização mais precisa das ações.

A estruturação recente da Vigilância Socioassistencial, aliada ao treinamento da equipe com base no Protocolo de Operacionalização da Vigilância (documento elaborado pela Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial) abre novas possibilidades para o aperfeiçoamento da política de assistência social no município. O monitoramento contínuo dos dados de atendimento, a qualificação da informação produzida e a divulgação periódica dessas análises junto à rede são estratégias fundamentais para fortalecer a gestão e promover melhorias na oferta dos serviços.

Outras sugestões relevantes surgiram a partir dos questionários aplicados, como a oferta de capacitação continuada para os profissionais do SUAS e a criação de um formulário unificado para monitoramento da rede, de forma que todos os equipamentos da assistência social possam alimentar a Vigilância Socioassistencial de maneira padronizada. Além disso, propõe-se a aplicação de enquetes ou questionários simples junto aos usuários, com o objetivo de captar a percepção da população sobre a estrutura física, qualidade dos atendimentos e dos serviços prestados, promovendo assim uma gestão mais participativa e responsiva às reais necessidades dos territórios.

Para finalizar, apresenta-se um modelo de formulário que pode ser utilizado pelas equipes da rede socioassistencial do município a fim de qualificar os dados dos atendimentos realizados.



FIGURA 7: Modelo de ficha de atendimento

Ficha de atendimento (modelo)	
Nome completo: _____	Data de nascimento: __/__/____
Sexo: Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/>	
Raça/cor: Amarela <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/>	
Deficiência: Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Tipo: _____	
Responsável familiar: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Grau de parentesco RF: _____	
Endereço: _____	Bairro: _____
Telefone: _____	
Unidade: _____	Data do atendimento: __/__/____
Técnico responsável: _____	Cargo/função: _____
Encaminhamento por outra instituição: Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Instituição: _____	
Descrição do atendimento realizado:	

Houve violação de direito? Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Qual (is): _____	
Encaminhamentos:	

Observações:	

Fonte: Elaboração própria Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial, 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU. Raphael Lorenzeto de. **Localização de Andirá no Paraná**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Andir%C3%A1#/media/Ficheiro:Parana_Municip_Andira.svg. Acesso em: 07 jun. 2025.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Painel de Informações do Novo CAGED**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTZhNTetNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>. Acesso em: 24 jun. 2025.

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná. **Sistema de Informações sobre necessidades Habitacionais do Paraná**. Disponível em: <https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/listaFormMunicipio.php>. Acesso em: 10 mai. 2025.

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **Tabnet**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

DATASUS. Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>. Acesso em: 17 jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Andirá. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/andira.html>. Acesso em: 06 mai. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 22 mai. 2025.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática** (SIDRA). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 24 jun. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores>. Acesso em: 23 mai. 2025.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Andirá**, junho 2025. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86380&btOk=ok>. Acesso em: 09 jun. 2025.

LEIS MUNICIPAIS. **Andirá**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3163/leis-de-andira/>. Acesso em: 06 mai. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO; IBGE. Censo Demográfico 2022. Características dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/02/censo-2022-caracteristicas-domicilios.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Prefeitura municipal de Andirá. **Plano Municipal de Assistência Social 2022 – 2025**. Disponível em: <https://andira.pr.gov.br/cidade/noticia/plano-municipal-de-assistencia-social-2022-2025>. Acesso em: 06 mai. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. **Painel de Informações da RAIS**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaZmJmMDVhODctMTEwOS00YTVhLWJhNzltOWE3NmVIMWEwMTUxliwidCI6IjNIYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. VIS DATA 3 *beta*. **Beneficiários do BPC no Cadastro Único do Município de Andirá – PR**. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 28 de jul. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Questionário para a Rede Socioassistencial

O objetivo deste questionário é coletar dados quantitativos e qualitativos sobre os atendimentos realizados **no ano de 2024**, bem como sobre a percepção sobre os desafios e as potencialidades da rede socioassistencial do município para compor o Diagnóstico Socioterritorial do Município de Andirá - PR.

Receberemos o questionário respondido até o dia **23/06 (segunda-feira)**.

Quaisquer dúvidas com relação ao preenchimento deste instrumento de pesquisa, favor entrar em contato com Greciane Martins de Oliveira:

e-mail: greciane@serdhe.com.br

telefone: (67) 99294-2186

Responsável pelo preenchimento:

Nome: _____

Telefone: _____

Cargo/função: _____

DADOS INSTITUCIONAIS

1. Órgão ou entidade:

- () Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
- () Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
- () Escola de Educação Especial Raio de Luz (APAE)
- () Programa Criança Feliz (PCF)
- () Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
- () Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Casa Lar
- () Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos – Lar dos Velhinhos Dona Aracy Barbosa



- () Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Centro de Convivência dos Idosos (CCI)
- () Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Projeto Esperança

2. Endereço completo (Rua, Avenida, Travessa; número e bairro):

3. Indique a faixa etária qual o segmento/público atendido:

- () crianças de 0 a 11 anos
- () adolescentes de 12 a 17 anos
- () jovens de 18 a 21 anos
- () adultos de 22 a 59 anos
- () pessoas idosas (60 anos ou mais)

4. Oferta de serviços:

- () Proteção Social Básica
- () Proteção Social Especial de Média Complexidade
- () Proteção Social Especial de Alta Complexidade

4.1. Tipo de representação:

- () Governamental
- () Sociedade Civil

4.2. Descreva brevemente o tipo de serviço ofertado:

4.3. Indique o quadro de recursos humanos da sua entidade:



Cargo	Profissão/Escolaridade	Vínculo empregatício

ATENDIMENTOS REALIZADOS EM 2024

5. EM 2024, indique o quantitativo de pessoas atendidas, conforme sexo e faixa etária:

Faixa etária	Feminino	Masculino	Total
Crianças de 0 a 11 anos			
Adolescentes de 12 a 18 anos			
Jovens de 18 a 21 anos			
Adultos de 22 a 59 anos			
Pessoas idosas (60 anos ou mais)			

5.1. Do total de pessoas atendidas EM 2024, indique o quantitativo conforme faixa etária e raça/cor:

LEGENDA:

O quesito raça ou cor é uma classificação usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2020 para denominação étnica ou racial das pessoas no Brasil. Essa classificação inclui os termos: preta, parda, amarela, indígena ou branca. Cada uma dessas categorias é autoatribuída, ou seja, a própria pessoa se autodefine como pertencente a algum desses termos.

Faixa etária	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Total
Crianças de 0 a 11 anos						



Faixa etária	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Total
Adolescentes de 12 a 18 anos						
Jovens de 18 a 21 anos						
Adultos de 22 a 59 anos						
Pessoas idosas (60 anos ou mais)						

5.2. Do total de pessoas atendidas EM 2024, indique o quantitativo de pessoas com deficiência atendidas conforme faixa etária e tipo de deficiência

Legenda:

Deficiência auditiva: limitação de longo prazo da audição, seja unilateral (um ouvido) ou bilateral (ambos ouvidos), total ou parcial, que impede ou dificulta a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade em igualdade de condições.

Deficiência física: alteração, completa ou parcial, de um ou mais segmentos do corpo humano, resultando em comprometimento da mobilidade, coordenação e, por vezes, da fala. Isso pode ocorrer devido a diversas causas, incluindo problemas genéticos, condições adquiridas ou traumas, afetando a capacidade funcional da pessoa.

Deficiência intelectual: caracterizada por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, associado a limitações no comportamento adaptativo, que se manifestam antes dos 18 anos. Isso significa que a pessoa apresenta dificuldades em aprender e adaptar-se a novas situações, bem como em desenvolver habilidades sociais e de autocuidado.

Deficiência motora: é uma condição que resulta em limitações do funcionamento físico-motor de um indivíduo. Essas limitações podem afetar a mobilidade, coordenação, fala e outras funções motoras, variando em grau e intensidade. A causa da deficiência motora pode ser hereditária, congênita (presente desde o nascimento) ou adquirida (resultado de trauma, doença ou infecção).

Deficiência visual: perda total ou parcial da visão, que pode ser congênita ou adquirida, e que não pode ser corrigida com tratamento clínico ou cirúrgico. Inclui cegueira, baixa visão e visão monocular.



Faixa etária	Auditiva	Física	Intelectual	Motora	Visual	Total
Crianças de 0 a 11 anos						
Adolescentes de 12 a 18 anos						
Jovens de 18 a 21 anos						
Adultos de 22 a 59 anos						
Pessoas idosas (60 anos ou mais)						

6. Do total de pessoas atendidas EM 2024, quantas estavam em situação de violação de direitos?

Faixa etária	Feminino	Masculino	Total
Crianças de 0 a 11 anos			
Adolescentes de 12 a 18 anos			
Jovens de 18 a 21 anos			
Adultos de 22 a 59 anos			
Pessoas idosas (60 anos ou mais)			

6.1. Indique o quantitativo de pessoas atendidas com direitos violados, conforme o tipo de violação:

LEGENDA:

Abandono/negligência: ausência ou omissão dos responsáveis em prover necessidades básicas e/ou proteção.

Autores de ato infracional: adolescente que pratica conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Consumo ou dependência de álcool e outras drogas: transtorno caracterizado pelo consumo compulsivo de uma substância, apesar de ser prejudicial.

Crianças e adolescentes sem acesso à escola: falta de vagas, abandono ou evasão escolar.



Existência de barreiras para educação inclusiva: obstáculos que dificultam a participação de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Tentativa de suicídio ou automutilação: ato intencional de automutilação (com faca, aparelho de barbear, caco de vidro, etc.) ou outras formas de causar dano a si com ou sem intenção de morte.

Trabalho Infantil: trabalho realizado por crianças ou adolescentes abaixo da idade mínima permitida. (aos adolescentes com idade mínima de 14 anos é permitido trabalhar como aprendiz, desde que esteja frequentando a escola)

Violência física: qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal.

Violência psicológica: qualquer conduta que cause danos emocionais, diminuição da autoestima ou que vise controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, etc.)

Violência sexual: conduta que constranja a criança ou adolescente a presenciar, manter ou participar de relações sexuais não desejadas, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força).

Outra violação de direitos: outro tipo de violação que não se enquadre nas descritas anteriormente.

Tipo de violação	Crianças de 0 a 11 anos	Adolescentes de 12 a 18 anos	Jovens de 18 a 21 anos	Adultos de 22 a 59 anos	Pessoas idosas (60 anos ou mais)
Abandono/negligência					
Autores de ato infracional					
Consumo ou dependência de álcool e outras drogas					
Crianças e adolescentes sem acesso à escola					
Tentativa de suicídio ou automutilação					
Trabalho Infantil					



Tipo de violação	Crianças de 0 a 11 anos	Adolescentes de 12 a 18 anos	Jovens de 18 a 21 anos	Adultos de 22 a 59 anos	Pessoas idosas (60 anos ou mais)
Violência física					
Violência psicológica					
Violência sexual					
Outra violação de direitos (Especificar: _____)					

7. Do total de pessoas atendidas EM 2024 com DIREITOS VIOLADOS, quantas foram encaminhadas para outros órgãos da rede socioassistencial ou intersetorial?

Órgão	Crianças de 0 a 11 anos	Adolescentes de 12 a 18 anos	Jovens de 18 a 21 anos	Adultos de 22 a 59 anos	Pessoas idosas (60 anos ou mais)
CRAS					
Conselho Tutelar					
Defensoria Pública					
Polícia					
Rede de saúde					
Outro: Qual _____					

REDE SOCIOASSISTENCIAL

8. Cite 3 pontos positivos da Rede Socioassistencial:



9. Cite 3 pontos que podem melhorar na Rede Socioassistencial:

10. Como avalia a Rede Socioassistencial:

- () Ótima
- () Muito boa
- () Boa
- () Regular
- () Péssima



APÊNDICE II - Questionário para as políticas intersetoriais

O objetivo deste questionário é coletar dados qualitativos sobre a articulação intersetorial com a Secretaria de Assistência Social do município para compor o Diagnóstico Socioterritorial do Município de Andirá - PR.

Receberemos o questionário respondido até o dia **23/06 (segunda-feira)**.

Quaisquer dúvidas com relação ao preenchimento deste instrumento de pesquisa, favor entrar em contato com Geciane Martins de Oliveira:

e-mail: geciane@serdhe.com.br

telefone: (67) 99294-2186

Responsável pelo preenchimento:

Nome: _____

Telefone: _____

Cargo/função: _____

DADOS INSTITUCIONAIS

1. Secretaria Municipal:

- () Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
- () Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- () Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação
- () Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Inovação
- () Secretaria Municipal de Educação
- () Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- () Secretaria Municipal de Finanças
- () Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
- () Secretaria Municipal da Saúde
- () Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos

2. Endereço completo (Rua, Avenida, Travessa; número e bairro):



3. Liste quais programas, projetos, ações e/ou benefícios ofertados pela sua secretaria que atenderam pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade social no município em 2024:

INTERSETORIALIDADE COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL

A intersectorialidade é a articulação de órgãos e entidades com diferentes conhecimentos e recursos, visando a complementariedade das ações e a busca por soluções de problemas de forma conjunta.

A partir desse conceito, responda as perguntas a seguir pensando em como está a intersectorialidade das políticas públicas promovidas pela sua secretaria em articulação com as políticas de Assistência Social do município.

4. Articulação com a Assistência Social para o planejamento de programas, projetos, ações e/ou benefícios voltados para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social:

- () Ótimo
- () Muito bom
- () Bom
- () Regular
- () Péssimo

5. Na sua opinião, quais os pontos fortes com relação à intersectorialidade de sua secretaria com a Assistência Social do município?



6. Na sua opinião, quais principais obstáculos com relação à intersectorialidade de sua secretaria com a Assistência Social do município?
